

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE PODER E SUBJETIVIDADES**

ROSEMERI MOREIRA

**SOBRE MULHERES E POLÍCIAS:
A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**

**FLORIANÓPOLIS
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES DE PODER E SUBJETIVIDADES**

ROSEMERI MOREIRA

**SOBRE MULHERES E POLÍCIAS:
A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Linha de Pesquisa: Relações de Poder e Subjetividades, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora Dra. Cristina Scheibe Wolff
Co-orientadora Dra. Mariana Joffily

**FLORIANÓPOLIS
2011**

Catálogo na Publicação
Biblioteca do CEDETEG - UNICENTRO, Campus Guarapuava

M838s Moreira, Rosemeri
Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em
São Paulo (1955-1964).
/ Rosemeri Moreira. -- Florianópolis, 2011.
xii, 328 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa
de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa: Relações de Poder e
Subjetividades,
2011

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

Co-orientadora: Profa. Dra. Mariana Joffily

Banca examinadora: Profa. Dra. Denise Rollemberg, Profa. Dra. Ana
Paula Vosne Martins, Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores, Profa. Dra.
Janine Gomes da Silva, Profa. Dra. Luciana Klanovicz.

Bibliografia

1. Mulher. 2. Polícia Feminina. 3. História. I. Título. II. -Programa de
Pós-Graduação em História.

CDD 305.4

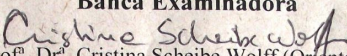
**Sobre mulheres e Polícias: A construção do
policimento feminino em São Paulo (1955-
1964)**

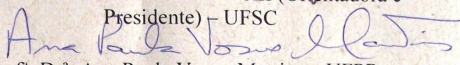
Rosemeri Moreira

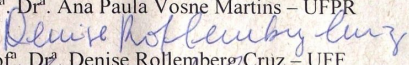
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final
para obtenção do título de

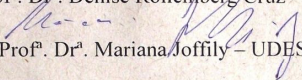
DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

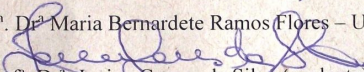
Banca Examinadora

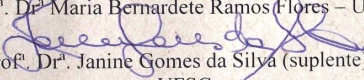

Prof.^ª. Dr.^ª. Cristina Scheibe Wolff (Orientadora e
Presidente) – UFSC


Prof.^ª. Dr.^ª. Ana Paula Vosne Martins – UFPR


Prof.^ª. Dr.^ª. Denise Rollemberg Cruz – UFF


Prof.^ª. Dr.^ª. Mariana Joffily – UDESC


Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Bernardete Ramos Flores – UFSC


Prof.^ª. Dr.^ª. Janine Gomes da Silva (suplente) –
UFSC

Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Klanovicz (suplente) –
UNICENTRO

Prof.^ª. Dr.^ª. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 19 de dezembro de 2011.

Dedico este trabalho

A todos as pessoas que romperam os encarceramentos
de si

AGRADECIMENTOS

Às professoras Cristina Scheibe Wolff e Mariana Joffily, meus sinceros agradecimentos, não apenas pela orientação e co-orientação firme e segura, demonstrada na elaboração desta tese, mas também pelo incentivo, respeito as minhas escolhas, confiança e amizade neste tempo de convivência.

A tod@s integrantes do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo aprendizado obtido nesse ambiente disseminador principalmente da crença na autonomia intelectual.

Ao ex-diretor do Museu e Biblioteca de Polícia da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Cel. RR PM Álvaro Guimarães Santos, ao atual Diretor Cel. RR PM José Augusto Fontes Rico, e aos demais funcionários: Cb. PM Marcia Aparecida Saragoça Prado; Cb. PM Vanderlei Gomes de Oliveira; Sgto. PM Lenir Celestino Moura; Sd. PM José Carlos de Oliveira; Sd. PM Magno Sérgio dias Pereira; Sd. PM Irenilde Machado Romeiro; a Sra. Sonia Maria Alberto Amorim, e ainda a estudiosa de relações de gênero da PMESP, Major PM Renata Dias de Souza, agradeço pela cordial atenção, presteza e auxílio na busca pela documentação e pela paciência que tiveram devido a convivência forçada pela presença constante da pesquisadora.

Ao diretor do Museo Policial da Província de Buenos Aires em La Plata, Comissário Miguel Prados e a Tenente Miriam Peña; aos funcionários do Museo de Carabinero de Chile (Santiago), museólogo Jaime Alegría, historiadora María Paz Crovetto Matamala, restauradora Carolina Rosales Rodriguez; e a Sra. Paula Romero Espinoza, bibliotecária da Biblioteca Escuela de Carabineros “Del General Carlos Ibañez del campo”, os quais disponibilizaram a documentação em tempo recorde além de simpaticamente se disporem a compreender meu portunhol.

A todos os/as entrevistados/as, policiais e estudiosos, os quais compartilharam suas lembranças e seu conhecimento.

Ao arquivo do Senado Federal em Brasília, ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Biblioteca da Cinemateca Brasileira.

À Coordenação do Programa de Pós- Graduação em História da UFSC, aos funcionários e professores pela disposição, presteza e atenção dispensada sempre que solicitados.

À Banca de qualificação composta por: Dra. Hilda Pívaro Stadniky da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Dra. Mariana Joffily (UDESC) e Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC), as quais contribuíram com reflexões preciosas sobre o objeto de estudo.

Ao Programa Universidade para Todos (REUNI), pela concessão da bolsa de estudos no ano de 2009, sem a qual a pesquisa teria sido interrompida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa durante o período 2010/2011, sem a qual esta pesquisa não teria sido possível.

As pessoas mais compreensivas, confiáveis e íntegras que conheço, minhas amigas de longa data, Maria Helena Perehovski e Cleuzi Garcia, às quais me acompanharam neste trajeto dos últimos 4 anos.

Por fim, e sempre nas razões primeiras, agradeço: ao meu pai José (*in memoriam*); à Anair minha mãe, que não se importa nem um pouco em ter uma filha doutora, mas que adorava ter uma filha policial; a Carolina minha filha, na qual anseio por acender ao menos uma faísca de feminismo em seu espírito de jornalista; ao Vitor, meu filho, com o qual aprendo todos os dias, que o nosso corpo não nos define; aos meus irmãos e irmãs, Rose, Rosani, Rosângela, Liza, Dete, Angelo e João Adolfo, além das cunhadas, dos cunhados e dos incontáveis sobrinho/as, os quais mais próximos ou mais distantes, não deixam, contudo, de fazer parte da pessoa que me invento a cada dia.



Minha intenção é cometer o movimento contrário do rio,
em que a curva do atalho
não me leve onde todos estão...
Quero uma trilha subversiva
que me traga os belos cacos estranhos
deformadas pela perfeição,
que ainda me restam neste faz-de-conta..."

Caroline Meggiato

RESUMO

O objeto da pesquisa em questão constitui-se no processo de criação da Polícia Feminina na cidade de São Paulo, em 1955. Processo que permitiu o acesso de mulheres à função de agentes da violência legítima do Estado, em um contexto de debate sobre os modelos de policiamento que existiam no país: o policiamento civil e o militar. O recorte temporal baliza o período 1955-1964, abarcando desde o processo de construção dos enunciados fundadores do policiamento de “tipo” feminino; a configuração políticas das polícias paulistas do período pós-guerra e pós-vargas; o processo inicial de recrutamento e a transformação das mulheres em policiais femininas; além do desenvolvimento das atividades da chamada Polícia Feminina no espaço urbano paulistano, até o início dos governos militares, em 1964. Para tanto, foram utilizadas como fontes: diários oficiais, leis, decretos-lei, diretrizes, portarias, boletins gerais da PMESP, correspondência oficial, álbuns e pastas de fotografias, periódicos e filmes, localizados no museu da PMESP; no arquivo do Senado Federal; no Arquivo Público do Estado de São Paulo; na Biblioteca da Cinemateca Brasileira e no *Museo Policial da Província de Buenos Aires*. Além dessas fontes, foram produzidas entrevistas com três homens policiais da reserva remunerada e uma mulher policial participante do primeiro “Corpo de Policiamento Especial Feminino”. A principal questão da pesquisa é sobre a articulação do gênero na trama discursiva que possibilitou o imbricamento entre as concepções “mulher” e “policial”, uma vez que eram/são percebidos como culturalmente opostos. Para tanto, o texto enfoca em primeiro lugar a discussão sobre o processo da criação discursiva do modelo de “Polícia Feminina”, abarcando a historicidade e os lugares das falas, o pensamento jurídico-criminológico do período referente às mulheres e presente na formação das polícias, e ainda o contexto político de embate entre as principais polícias paulistas no pós-guerra. Em segundo lugar, o texto se atém na edificação do corpo da policial feminina, feito através da legislação construída e por meio dos processos de recrutamento e dos cursos de formação a elas destinados. O terceiro capítulo é uma reflexão sobre a adaptação, acomodação e confrontação, entre a imagem idealizada da policial e a prática cotidiana na cidade de São Paulo. E, por fim, a partir da figura central da Cmt. Hilda Macedo é discutida a divulgação e o desenrolar das atividades da Polícia Feminina paulista, e a inserção do policiamento feminino, no processo de internacionalização das polícias, próprio ao contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Mulheres; Gênero; Corpo; Polícia; Maternalismo.

ABSTRACT

The object of this research is the process of the Female Police creation in Sao Paulo in 1955. Process that allowed the access of women to the role of agents of legitimate violence of the state, in a context of a debate about policing models that existed in the country: the civilian police and the military. The time frame marks the period 1955-1964, embracing since the construction process of the founders statements of the feminine policing "type"; the political configurations of the Sao Paulo's police from the post-war and post-Vargas period; and the initial process of recruitment and transformation of women in female police officers; in addition to the activities of the so called Female Police in urban Sao Paulo, until the beginning of military governments in 1964. Thus, were used as sources: Official Diaries, Laws, decree-laws, guidelines, ordinances, the PMESP General Bulletins, official correspondence, photo albums and folders, periodicals and movies, located at the PMESP Museum; on archives of the Senate; in the Public Archives of the State of São Paulo; In the Library of the Brazilian Cinema and in the Police Museum of the Province of Buenos Aires. In addition to these sources, were produced interviews with three men of the paid police reservists and a police woman participant in the "Special Women Police Force", the first of its kind in the country. The main question of this research is about the discursive plot that allowed the overlapping between the conceptions of "woman" and "police", as it were/are perceived as cultural opposites. Thus, the text focuses first on the discussion about the process of the discursive creation of the model of "Female Police", embracing the historicity and places of speeches, the legal and criminological thought of the period concerning women and present on the police formation, and also the political context of the collision between police in Sao Paulo after the war. In second place, is focused the building of the body of the female officer inside the police force, made through a built legislation and by the procedures for recruitment and training courses for them. The third chapter is a reflection about the adaptation, accommodation and confrontation between police and the idealized image of daily practice. And finally, from the central figure of the Commander Hilda Macedo was discussed the propagation and the unroll of the activities of the Police Women of Sao Paulo, and the inclusion of women officers in the process of internationalization of the police itself to the context of the Cold War.

Keywords: Women; Gender; Body; Police; Maternalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I A CRIAÇÃO DA POLÍCIA FEMININA DE SÃO PAULO	43
1.1 Um “feminino” como polícia? Antecedentes da criação da Polícia Feminina paulista	44
1.2 As fundadoras paulistas	60
1.3 Os textos fundadores	69
1.4 As mulheres no pensamento jurídico-policial e a criminalidade	86
1.5 Pós Guerra, pós Vargas, as polícias de São Paulo e a Polícia Feminina.....	91
II. DE “MOÇAS DO INTERIOR” A “MOÇAS DE AZUL” – (1955-1964)	99
2.1 Organizando a Polícia Feminina de São Paulo	100
2.2 Entre ginásticas, armas e marchas: aprendendo a ser uma policial feminina	115
III. AS POLICIAIS NAS RUAS PAULISTANAS – (1955/1964): “ANJO AZUL” OU “SELVAGEM FERA”?.....	148
3.1 Os lugares do policiamento feminino	149
3.2 Os números do cotidiano	167
3.3 O cotidiano dos números (jan./jul. 1956)	179
3.4. Os olhares sobre as policiais	192
IV. AS VIAGENS DA COMANDANTE E AS POLICIAIS DA ARGENTINA, EUA e INGLATERRA	202
4.1. Afirmção e divulgação do policiamento feminino paulista.	202
4.2 Internacionalização das polícias e o policiamento feminino: as viagens da comandante	213
4.2.1 “Para mulheres líderes de organizações femininas de países latino-americanos”: rumo aos EUA.....	214
4.2.2 “O intercâmbio das personalidades femininas”: rumo à Argentina	227
4.2.3 A convite de vossa majestade: rumo à Inglaterra	237
CONSIDERAÇÕES	250

FONTES E REFERÊNCIAS	264
ANEXOS	293

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Comandante Hilda Macedo, 1958	64
Figura 2	Formatura da 4ª Turma de Polícia Feminina. 15/01/1958	65
Figura 3	Comandante Hilda Macedo (à dir.) e a Subcomandante Eurydice da Silva Costa (à esq.). Maio/1955.....	66
Figura 4	Hilda Macedo. Década de 1940	67
Figura 5	Cmt. Hilda Macedo. 1957.....	69
Figura 6	S/legenda (desfile de 07 de setembro de 1956 – SP)	119
Figura 7	Do Departamento de Educação Física e Desporto, outubro de 1955.....	122
Figura 8	Do Departamento de Educação Física e Desporto, outubro de 1955.....	123
Figura 9	2ª turma de policiais femininos de 1956 (Compromisso Funcional).....	123
Figura 10	2ª turma de policiais femininos de 1956 (Compromisso Funcional)	124
Figura 11	2ª turma de policiais femininos de 1956 (Compromisso Funcional)	124
Figura 12	Exercício no galpão da sede da Polícia Feminina - Rua Guainazes, 1112 – (4ª Turma, 1958)	125
Figura 13	S/legenda (apresentação de defesa pessoal em 1955)	130
Figura 14	Compromisso Funcional de 25/01/1958	131
Figura 15	Do Departamento de Educação Física e Desportes (1955)	131
Figura 16	2ª turma de policiais femininos de 1956 (Compromisso Funcional)	132
Figura 17	4ª turma (1957)	132
Figura 18	4ª turma (1957)	133
Figura 19	Policia Feminina em treinamento de Tiro (1956)	137
Figura 20	Policia Feminina em treinamento de Tiro (1957)	137
Figura 21	(Primeiro uniforme, 1955)	139
Figura 22	Turma de 1955.....	140
Figura 23	São Paulo 14 de dezembro de 1959	145
Figura 24	1958	146
Figura 25	1958	146
Figura 26	s/l (Yara Duarte à direita, 1955-1956)	152
Figura 27	Policiaemento na área interna da Estação da Luz (Ala oeste, 1956)	155
Figura 28	S/legenda (Estação da Luz, 1956)	156
Figura 29	S/legenda (Estação da Luz, 1956)	157
Figura 30	S/legenda (1957)	158
Figura 31	S/legenda (1957)	158
Figura 32	S/legenda (1959)	161

Figura 33	S/legenda. (Estação da Luz, 1956)	161
Figura 34	S/legenda. (Estação da Luz, 1958)	162
Figura 35	S/legenda (Estação Júlio Prestes, 1956)	162
Figura 36	S/legenda (Estação Júlio Prestes, 1956)	162
Figura 37	S/legenda (Estação da Luz, 1957)	163
Figura 38	S/legenda (1956)	165
Figura 39	Policiais Femininas na Estação da Luz – 1957	166
Figura 40	S/legenda (Estação da Luz, 1956-57)	166
Figura 41	Seccional Centro, 1958	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Encaminhamentos Polícia Feminina (1956-1964)	169
Gráfico 2	Locais de encaminhamentos (maiores índices/1956)	171
Gráfico 3	Locais de encaminhamentos (maiores índices 1964)	174
Gráfico 4	Tipos de ocorrências	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ATS	<i>Auxiliary Territorial Force</i>
BAWP	<i>British Association for Women in Policing</i>
BMP	Biblioteca e Museu de Polícia
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargento
Cia PM	Companhia Policial Militar
Cmt.	Comandante
CWAAF	<i>Canadian Women's Air Force</i>
CWAC	<i>Canadian Women's Army Corps</i>
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DMSCE	Departamento Médico do Serviço Civil do Estado
DOI	Departamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ENP	<i>The European Network of Policewomen's</i>
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
IACP	<i>International Association of Chiefs of Police</i>
IAWP	<i>International Association of Women Police</i>
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
LAPD	<i>Los Angeles Police Department</i>
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MET/Met	<i>Metropolitan Police</i>
MPF	Movimento Político Feminino
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
SCmt.	Subcomandante
WAAC	<i>Women's Auxiliary Army Corps</i>
WAAF	<i>Women's Auxiliary Air Force</i>
WASP	<i>Air Force Service Pilots</i>
WAVES	<i>Women's Accepted for Voluntary Emergency Service</i>
WCTU	<i>Women's Christian Temperance Union</i>
WRCN	<i>Women's Royal Canadian Naval</i>

WRN
WRN

Women's of the Royal Navy
Women's Royal Naval Service

I. A CRIAÇÃO DA POLÍCIA FEMININA DE SÃO PAULO

Ora essa, mulheres policiais! Isto é mesmo o fim do mundo! Isto é mesmo o fim do mundo! Muita gente, pensando em mulheres avantajadas, de olhar fero e trabuco à cinta, vaticinou o ridículo quando não o fracasso da nova instituição.¹

Presente de natal para São Paulo², mulheres militarmente perfiladas na Praça da Sé³ ao som de cantos natalinos e discursos oficiais, compõem o cenário que inaugura as atividades da “Polícia Feminina” no Brasil, na noite de 24 de dezembro de 1955. Quinze mulheres atentas aos outros e a si mesmas, defrontavam-se com uma praça lotada de pessoas ouvindo o governador Jânio Quadros, que as anunciava como o presente da cidade. Bem ao estilo paulista, denominadas de “bandeirantes da Polícia Feminina”⁴, essas mulheres afiguravam-se como imagem oposta ao “trabuco à cinta” e “olhar fero”.

Primeiro do gênero no Brasil e recorrentemente apontado como o primeiro da América do Sul, a partir de dezembro de 1955, um pequeno grupo de mulheres passou a exercer oficialmente a atividade de agente do monopólio da violência do Estado: a atividade policial.

Nesse capítulo discuto o contexto da criação do “Corpo de Policiamento Especial Feminino”⁵ na cidade de São Paulo. Entre os enunciados das defensoras, o pensamento jurídico-policial e a configuração das polícias paulistas do período, reflito sobre a trama discursiva que possibilitou e direcionou a construção desse tipo de policiamento denominado “feminino”.

Num primeiro momento, enfoco o processo histórico da criação da “Polícia Feminina” no Brasil. Processo que vai desde as sugestões

¹ Bate papo com a chefe das policiais de São Paulo. *Revista Américas*. Vol. IX, n. 8. Ago. 1957. p. 26. Acervo Biblioteca e Museu de Polícia (BMP/PMESP).

² Polícia Feminina: presente de natal. *A Hora*, 26 dez. 1955. s/p. (recorte). Pasta 073/58 - Divulgação Programas de Rádio, Televisão e Cinema Pasta. Acervo BMP/PMESP.

³ POLÍCIA FEMININA. Livro Geral de Ocorrências n. 1. Postos: Corporação, Sorocabana, Luz e Aeroporto. 24/12/55 a 16/05/56. Fl. 2. Acervo BMP/PMESP.

⁴ MACEDO, Hilda. *Polícia Feminina: conclusão*. *Revista Militia*, n. 62, ano X, mar/abr. 1956. p. 12. Acervo BMP/PMESP.

⁵ SÃO PAULO. Decreto Lei n. 24.548, de 12 de maio de 1955. Institui na Guarda Civil, um Corpo de Policiamento Especial Feminino. Pasta Histórico da Polícia Feminina. Acervo BMP/PMESP.

apontadas na década de 1930 por sufragistas; um momento de acirramento do debate por mulheres paulistas e cariocas em fins dos anos 40 até as discussões levadas a cabo por mulheres intelectuais paulistas em 1950, que enfim culminaram na criação deste “tipo” de policiamento num contexto político favorável.

A seguir, são apresentadas as mulheres que elaboraram a defesa da inclusão de um feminino como necessário às polícias na década de 1950: Esther de Figueiredo Ferraz, Hilda Macedo e Maria de Lourdes Pedroso. Os textos produzidos por estas intelectuais, em defesa da Polícia Feminina são analisados na sequência, a fim de se compreender as justificativas simbólicas da inclusão de mulheres em uma atividade considerada viril por excelência.

Posteriormente, são discutidos os pressupostos do pensamento jurídico-policial do período relativo às mulheres, uma vez que estes eram direcionadores da formação policial do período. E, por fim, é abordado o contexto político de embate entre as polícias paulistas, o qual abriu brechas à criação de um policiamento feminino coadunado ao policiamento de tipo civil.

1.1 Um “feminino” como polícia? Antecedentes da criação da Polícia Feminina paulista

Essas mulheres! O que lhes terá dado no bestunto que pretendem entrar para a Polícia?!⁶

Em maio de 1955, ao ordenar o alistamento de “[...] 50 mulheres, para formação do Corpo Policial Feminino, destinado ao policiamento especializado [...]”⁷, o governador Jânio Quadros pôs fim nas reivindicações feitas, principalmente, pelo “bestunto” de mulheres brasileiras, desde a década de 1930.

Textos e discursos das sufragistas enunciavam a necessidade de inclusão de mulheres na atividade policial. Na 2ª Conferência da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1931, foi

⁶ FERRAZ, Esther de Figueiredo. Atribuições de uma polícia feminina. *Revista Militia*, n. 49, ano VII, junho de 1954. Conferência pronunciada na Faculdade de Direito de São Paulo no dia 29 de setembro de 1953. p. 33. Acervo BMP/PMESP. “Bestunto” é uma expressão corrente nas regiões sul e sudeste do Brasil no início do século XX e significa “cachola”, “cabeça”.

⁷ Boletim da Guarda Civil, n. 93, de 3 de maio de 1955. Assuntos Administrativos. XXV Ordem de Alistamento. p. 16. Acervo BMP/PMESP.

listado o pedido de criação de uma Polícia Feminina nos moldes ingleses⁸. Bertha Lutz, quando deputada, no anteprojeto de Lei para criação do Departamento Nacional da Mulher defendia a necessidade de que a proteção e vigilância de mulheres, crianças e jovens, deveriam ser executadas por outras mulheres:

[...] exercer, em cooperação com a justiça e a Polícia Civil, a vigilância social e preventiva em benefício da infância e da mocidade desamparadas e ameaçadas pelo abandono e exploração moral, intelectual ou física; receber, acompanhar, recolher e vigiar mulheres delinquentes e criminosas.⁹

Nessas poucas palavras, Bertha Lutz condensa ideias presentes no pensamento político do período: o surgimento da “questão social” e o desenvolvimento do assistencialismo como prática estatal; o acirramento do olhar sobre a infância e juventude; e a preocupação com a chamada profilaxia do espaço urbano industrial, palco do comportamento criminoso e/ou delinquente, em que a presença das mulheres desviantes não podia ser ignorada. Todos estes aspectos se encontravam interligados pelo viés vigilante e preventivo da Criminologia Positivista, pautada na noção de “periculosidade” e “defesa social”, que tinha em vista a construção do progresso e da modernidade, modelados pela concepção do papel preventivo do Estado, frente a segmentos da população considerados potencialmente perigosos¹⁰.

⁸ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & feminismo*. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 133. A polícia inglesa era conhecida no pós-guerra como a mais civilizada do mundo ocidental (questão discutida no Cap. IV).

⁹ LUTZ, Bertha. Anteprojeto de Lei para criação do Departamento Nacional da Mulher. Art. 11, letra e. Apud SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 260.

¹⁰ Ver: SALVATORE, Ricardo; SOZZO, Máximo. Criminología moderna en América Latina y Estados Unidos – (1880-1940). In: DAMMERT, Lucía (ed.). *Crímen y inseguridad*. Políticas, temas y problemas en las Américas. Santiago, Chile: Catalonia, 2009. p. 19-56; ALVAREZ, Marcos C. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas*: saber jurídico e nova escola penal no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2003; RIBEIRO FILHO, Carlos Antonio Costa. Clássicos e positivistas no moderno direito penal brasileiro: uma interpretação sociológica. In: HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno*: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 130-146.

Ao dar visibilidade à ação efetiva de mulheres no processo de construção do chamado “policiamento feminino”, não me pauto pelo desejo de afirmar/reafirmar o conservadorismo de classe e gênero, mas sim em apontar as diversas formas de lutas pensadas e levadas a cabo por diferentes grupos de mulheres e que são desestabilizadoras - mesmo que a revelia dos diversos agentes históricos – das fronteiras simbólicas entre feminino e masculino. Essa ênfase é feita principalmente porque, em diversos estudos acadêmicos, os movimentos de mulheres e/ou feministas estão postos como expectadores da ação estatal, alheios ou pouco interessados no processo de participação de mulheres da atividade policial.

As sufragistas brasileiras não foram as únicas que defenderam a criação de um policiamento a ser feito por mulheres. No Uruguai, a médica socialista, Paulina Luisi (1875-1950), ao responsabilizar os homens pelo tráfico de mulheres brancas, pela prostituição e pelas enfermidades venéreas que grassavam em Montevidéu, defendia a criação de um corpo policial feminino, que substituísse a polícia existente no trato com estas questões¹¹. Sob o viés eugenista e higienista, próprio do período, Luisi defendia a formação de assistentes sociais, para a realização de campanhas de educação sexual voltada às prostitutas e também às crianças e aos jovens¹². Em 1931, foi criada no Uruguai a primeira unidade policial autônoma composta por mulheres da América do Sul. A primazia desse feito é recorrentemente defendida para o estado de São Paulo. Essa unidade de polícia feminina uruguaia,

¹¹ LAVRIN, Assunción. Paulini Luisi: pensamiento y escritura feminista. In: CHARNON-DEUTSCH, Lou. (ed.). *Estudios sobre escritoras hispánicas en honor de Georgina Sabat-Rivers*. Madrid. Editorial Castalia. 1992. p. 167. Segundo Assunción Lavrin, as mulheres médicas da América do sul orientaram seu Eugénismo em defesa da saúde do binômio mãe/filho e um contexto em que não existia cura para as enfermidades transmissíveis. Paulini Luisi, assim como outras feministas abolicionistas, posicionava-se contra a concepção de uma prostituição necessária a preservação moral das mulheres respeitáveis, e que deveria ser mantida sob o estrito controle policial e sanitário.

¹² Sobre as feministas uruguaias e brasileiras do início do séc. XX, Margareth Rago defende que ambas estavam “[...] próximas das reivindicações colocadas pelo feminismo liberal [...]”, uma vez que buscavam a igualdade de direitos civis e políticos entre mulheres e homens e o acesso à educação. A diferença entre elas decorria do fato que ao contrário das feministas das camadas médias e das elites brasileiras, as uruguaias questionavam o casamento civil, reivindicam o direito ao prazer sexual e problematizavam os direitos das mulheres trabalhadoras (RAGO, Margareth. Entre a história e a liberdade. *Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001. p. 114. (362 p.). Sobre o movimento sufragista uruguaio ver: OSTA, Maria Laura. *El sufragio: una conquista femenina*. Montevidéu: OBSUR, 2008.

sob chefia exclusiva de mulheres, tinha sua função delimitada ao trato com as mulheres, crianças e adolescentes, que eram considerados desamparados e/ou delinquentes¹³. Dentre esses personagens, as prostitutas tiveram papel central na função do policiamento feminino.

No Brasil, após a conquista do voto, outros projetos de ampliação do espaço de atuação de um feminino continuaram a ser levados a cabo por mulheres. Mesmo que arrefecido com a instalação do Estado Novo, os pressupostos do sufragismo, comumente denominado de Feminismo de 1ª Geração, estava longe de extinguir-se. No caso da defesa de criação de uma polícia que fosse “feminina”, entenda-se maternalizada, parece acertada a afirmação de June Hahner¹⁴ ao se referir às sufragistas, dizendo que esse movimento garantiu legitimidade a muitas atuações de mulheres, abrindo caminho a outras reivindicações e organizações, formadas após o fim da ditadura varguista. Para Hahner, o mesmo tipo de profissionais de classe média alta continuaria a liderar organizações de mulheres, após a conquista do voto.

Na década de 1940, mulheres participantes do Movimento Político Feminino (MPF), existente em São Paulo desde a década de 1930, retomaram o enunciado de Berta Lutz sobre a necessidade de uma polícia que fosse “feminina”. Com esse intuito, apoiaram fortemente a Campanha “Polícia dos Amigos da Cidade” lançada em 1947, pelo Secretário de Segurança Cel. Flodoardo Maia¹⁵, após o episódio conhecido como Quebra-bondes¹⁶.

Com a finalidade de aumentar o contingente de policiais, frente à ameaça de novos conflitos com os insurgentes, a campanha visava recrutar cidadãos “amigos” da cidade, que fizessem a vigilância dos

¹³ DONATIO, Marcela; MAZZOTA, Cecília (orgs). *La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina*. Buenos Aires: RESDAL, 2009. p. 90-91. Mesmo considerando, com relação aos demais países da América do Sul, a precocidade do Uruguai na criação do policiamento feminino, é preciso assinalar a inexistência de marcos legislativos regulatórios nesse período. Somente em 1970, a Lei nº 13.835 legalizou a criação da Polícia Feminina no Uruguai.

¹⁴ HANHER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003. p. 31.

¹⁵ Secretário de Segurança de 19/03/1947 a 30/08/1947 e novamente entre 25/10/1949 a 01/02/1951. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/historico/secretarios.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

¹⁶ O episódio conhecido Quebra Bondes refere-se a um quebra-quebra de ônibus e bondes ocorrido na cidade de São Paulo em 1º de agosto de 1947, desencadeado por um aumento das tarifas. DUARTE, Adriano Luiz. O “dia de São Bartolomeu” e o “carnaval sem fim”: o quebra-quebra de ônibus e bondes na cidade de São Paulo em agosto de 1947. *Rev. Bras. Hist.* 2005, vol.25, n. 50. p. 25-60.

possíveis revoltosos. Mas, ao contrário do Cel. Flodoardo Maia, preocupado em conter os insurrectos, as mulheres do MPF se inscreveram na campanha, postulando a necessidade de contenção das polícias. O que elas apregoavam era a necessidade existência de uma polícia que não se pautasse pela força bruta no trato com os habitantes da cidade de São Paulo¹⁷.

Retórica ou não, certo é que esse episódio havia colocado as polícias frente a segmentos da população, “[...] elegantemente trajadas [...]”¹⁸, para o espanto dos policiais, que assim descreviam diversos participantes do conflito. Grupos, até então, nunca postos sob sua tutela, ao contrário dos já conhecidos mendicantes, prostitutas, negros, pobres em geral e operários. Além do episódio do Quebra-bondes, é importante salientar o significativo aumento do contingente das classes médias a partir de 1945¹⁹, que incidiu na formação de uma população urbana cada vez mais diversificada e que exigiu tratamento diferenciado por parte das polícias.

Em busca de apoio político, o MPF sugeriu ao vereador André Nunes Junior, a inclusão de um setor de polícia feminina no projeto de lei de criação da polícia municipal. Com o parecer favorável pela Comissão de Justiça, foi oficialmente criado em 1949, um “[...] setor feminino, no policiamento do município, com 100 vagas destinadas às mulheres [...]”²⁰, que, no entanto, não foi efetivado. Não constam nas fontes maiores detalhes sobre a derrocada desse projeto. É importante observar que as municipalidades não haviam readquirido plenamente a autonomia política perdida em 1930, e os prefeitos nomeados seguiam o ordenamento do Interventor do estado, na época, Adhemar Pereira de Barros²¹. Mesmo com o fim do Estado Novo, somente em 1953 a cidade

¹⁷ PEDROSO, Maria de Lourdes. Polícia Feminina. *Revista Militia*, n. 56, ano IX, mar/abr, 1995. p. 6. Acervo BMP/PMESP.

¹⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP) - Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Dossiê 50-Z-2, v.6.

¹⁹ FELDMAN, Sarah. A configuração espacial da metrópole (1945-1960). In: CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (Orgs.). *São Paulo metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004. p. 124-127

²⁰ ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial, de 13 de Novembro de 1949. Parecer sobre o Projeto de Lei nº 248/48. Acervo BMP/PMESP.

²¹ Para Suely Queiroz, com a redução das municipalidades, Vargas repetiu o que havia sido feito, em 1891, pela republicana. Vargas imprimiu predominância à administração federal, reduzindo a autonomia estadual e, por conseguinte, a municipal (QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e poder público na Cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.). *História*

de São Paulo passaria a ter novamente um prefeito eleito pelo voto direto, a saber, Jânio da Silva Quadros.

Ainda em 1948, o diretor de Serviço de Trânsito da Cidade de São Paulo, Eduardo Tavares do Carmo e integrantes do MPF produziram um memorial encaminhado ao então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Cel. Nelson de Aquino²², que propunha uma “Divisão Feminina”, a qual deveria ser focada principalmente na problemática do trânsito e com as funções de:

- 1) Proteção aos escolares, com policiamento de trânsito, em frente às escolas e grupos escolares;
- 2) Ensinos sobre trânsito, em aulas especiais, nos próprios grupos escolares, destinadas à preparação da criança para enfrentar a via pública;
- 3) Policiamento de parques públicos e jardins públicos freqüentados por crianças;
- 4) Guardas das prisões femininas, do Gabinete de Investigação e Casa de Detenção;
- 5) Policiamento de festas infantis e ambientes femininos desse caráter;
- 6) Várias outras funções poderão ser atribuídas a um corpo de guardas femininos, ditadas por experiência futuras.²³

As falas contidas neste memorial se coadunavam às questões presentes nos debates sobre a capital paulista: a presença e a circulação de crianças e jovens no espaço urbano e o confinamento feminino nos cárceres. As preocupações com os pedestres e trânsito urbano, desde fins da década de 1940, eram saldo da opção política tomada a partir de 1930, da efetivação do chamado Plano de Avenidas de Prestes Maia²⁴,

da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 44). Adhemar Pereira de Barros foi Interventor Federal de São Paulo de 27/04/1938 a 04/06/1941 e Governador eleito, de 14/03/1947 a 31/01/1951.

²² Secretário de Segurança no período de 17/10/1947 a 28/06/1949. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

²³ Memorial de Eduardo Tavares Carmo e do MPF, Apud PEDROSO, Maria de Lourdes. Polícia Feminina. *Revista Militia*, n. 56, ano IX, mar/abr., 1995. p. 6. Acervo BMP/PMESP.

²⁴ Prestes Maia, coadunando as ideias de perímetro de irradiação (urbanismo francês) e sistema radial (urbanismo alemão), propôs um esquema de circulação composto por “[...] um anel de irradiação ‘protegendo o centro’ (Triângulo), um sistema de radiais e uma malha de vias perimetrais [...]”. Além de preparar a metrópole industrial, que viria a se expandir nas décadas de 1940-1950, o Plano de Avenidas conferiu a São Paulo a “[...] feição de cidade do automóvel [...]” (SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: PORTA, op.

relativa à circulação das pessoas e à ocupação urbana na cidade de São Paulo. Privilegiando os pneus em detrimento dos trilhos, a opção rodoviarista, através da linguagem da racionalidade técnica, contribuiu à “[...] operação de desmontagem de um espaço público próprio dos trabalhadores e opostos à elite e à burguesia”²⁵.

Sobre a ordenação da presença de crianças nos parques públicos, contida no memorial do MPF, é importante ressaltar que a concepção urbanística proveniente do Plano das Avenidas privilegiava a circulação e o movimento, em detrimento dos espaços de sociabilidade²⁶. A não valorização dos parques e espaços verdes presente nesse projeto urbanístico, segundo Margareth Rago, provinha do medo das elites com relação à invasão dos pobres nesses lugares, que “[...] com seus hábitos considerados selvagens e promíscuos, levava a que se reforçasse a vigilância nos passeios existentes [...]”²⁷.

A disputa entre pedestres e automóveis incidia em novas práticas nessa composição urbana. A presença de crianças nos espaços de

cit., passim, p. 382; 394). Suely Queiroz assinala que no recenseamento de 1950, havia 150 mil veículos em circulação pelas 8 mil ruas (oficiais) da cidade: 75 mil automóveis; 22 mil caminhões; 800 bondes e 3 mil ônibus (QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e poder público na Cidade de São Paulo. In: PORTA, op. cit., p. 42, (p. 15-51). A criação da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), em 1947, é o marco da predominância dos pneus sobre os trilhos.

²⁵ PAOLI, Mª Celia; DUARTE, Adriano. São Paulo no plural: espaço público e rede de sociabilidades. In: PORTA, op. cit., p. 65. A partir da adoção do modelo radial concêntrico, as amplas avenidas seguiam em todas as direções propiciando a horizontalidade indefinida da metrópole que se traduziu no aumento incontrolado da periferia. Através de formulações técnicas, o espaço urbano foi reorganizado pela premissa da crescente separação entre local de trabalho e moradia, o qual incidiu na busca pelo esvaziamento dos bairros operários próximos ao centro da cidade. Segundo Sarah Feldman, a partir de 1940 a cidade se compactava com a verticalização de áreas centrais e ao mesmo tempo se expandia, através da intensa ocupação da periferia pela população de baixa renda em busca de moradia. A Lei do Inquilinato de 1942, que levou à crise de habitação devido à escassez de imóveis para alugar, e à instituição do sistema de vendas à prestação visavam, principalmente, à propagação do processo informal de autoconstrução nos loteamentos periféricos e o deslocamento dos pobres dos bairros centrais (FELDMAN, op. cit., p. 124-127).

²⁶ PAOLI; DUARTE, op. cit.

²⁷ Rago enfatiza que a destruição de praças e parques, como o do Anhangabaú que foi transformado em estacionamento, fazia parte das concepções pouco democráticas do urbanismo do período, em que estão ausentes os espaços de divertimento da população (RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidades e lazer em São Paulo (1900-1950). In: PORTA, op. cit., p. 434-435). Sobre o projeto dos parques infantis de Mário de Andrade, desarticulados a partir da instalação do Estado Novo Ver: BRITES, Olga. Crianças em São Paulo: algumas experiências (1930/1940). In: DEAECTO, Marisa Midori et al (Orgs). São Paulo: espaço e história. São Paulo: LCTE Editora, 2008. p. 137-170.

circulação era percebida de formas diversas. Feita no memorial do MPF, a evocação aos “escolares”,²⁸ que necessitavam de proteção e aprendizado frente ao novo fluxo urbano, legitimava o projeto de uma polícia que os protegesse, e surgia como contraponto à figura dos delinquentes e “menores”. Estes últimos, por sua vez, problematizados desde fins do séc. XIX nas falas de juristas e criminologistas careciam ser regenerados através do trabalho²⁹.

Posta não como um crime em específico, a delinquência de crianças e jovens abarcava um estilo de vida, uma maneira de portar-se, de estar nas ruas. Era um comportamento que subvertia o ordenamento do espaço público paulista, que havia sido idealizado através de uma equivalência normativa entre tempo do trabalho, tempo do lazer e tempo da família. Essa idealização definia a condição marginal dos territórios populares e da presença das crianças pobres nas ruas, uma vez que para estes, o trabalho, o lazer e o cotidiano familiar não tinham clara delimitação³⁰. A ordem urbana da capital paulista havia sido construída através da correspondência entre esses tempos e espaços específicos. Por um lado, a cidade da legalidade e da ordem, a exhibir, segundo Paoli e Duarte, “[...] os signos modernos da velocidade, do barulho, das novas máquinas, do furor as buzinas, do bom da civilidade francesa [...]”³¹; e de outro, a cidade às avessas que o olhar vigilante da polícia tentava submeter.

Presente também no memorial do MPF a preocupação com as mulheres encarceradas, como justificativa da criação de um policiamento feminino. É importante observar que os lugares que as mulheres ocupam nas práticas delituosas conjugam-se às violações “[...]”

²⁸ Na Cidade de São Paulo em 1946 a taxa de alfabetização para pessoas com mais de 6 anos era de 80% (MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo*. Corpo e alma do Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 330). Dados do IBGE sobre 1940 apontam que na região centro-oeste, a taxa de analfabetismo era de 20,5%, uma das menores do país.

²⁹ Ver: MARCÍLIO, Maria Luíza. História social da criança abandonada. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006; MARIANO, Hélió. A Assistência à Infância e o Amparo à Maternidade no Brasil entre o público e o particular: 1927-1940. 127f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. 2007.

³⁰ Segundo Raquel Rolnik: “[...] tempo do lar, que se dava no interior da família, tempo para trabalhar na fábrica, no escritório e na loja; tempo para a movimentação de um espaço para o outro, nas ruas; tempo para o prazer, nos cafés, nos cabarés, bordéis ou bares” (ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997. p. 84-85).

³¹ PAOLI; DUARTE, op. cit., p. 56.

das determinações coletivas que estabelecem o papel de mulheres e homens na sociedade”³². Até então, os olhares dos juristas e criminologistas percebiam as mulheres delituosas sob o viés da maternidade e da esfera doméstica: focavam os chamados “desvios” de comportamento sexual e da função maternal. Na São Paulo dos anos 1940, as sensibilidades que afloravam sobre a circulação de mulheres na cidade, as percebiam como o oposto da figura maternal idealizada da policial feminina. Para além dessa policial destinada a regenerar o espaço público, as mulheres desviantes, mesmo que ladras, homicidas, estelionárias, etc., na maioria das vezes, eram descritas como levadas pela passionalidade a cometer crimes que eram ocasionais³³ ou ainda, devido à crença da péssima influência do mundo moderno que as afetava moralmente³⁴.

A menção feita, no memorial da MPF, às mulheres prisioneiras, não era uma inquietação nova. A preocupação com a separação dos encarcerados por sexo consta em relatórios sobre as prisões, desde o início do período imperial³⁵. Nestes relatórios, a prostituição feminina, que grassava nos cárceres, é atribuída à falta de alimentos e vestimentas. Desde os anos 1820, aparecem sugestões de que a guarda das encarceradas deveria ser feita por outras mulheres “probas e bem morigeradas”³⁶, a fim de que fosse conservada a moralidade das prisioneiras. No entanto, a repetição dessas sugestões em relatórios subsequentes, denota a não adoção de medidas que separassem efetivamente os homens e as mulheres. Os favores sexuais como moeda de troca com a carceragem continuaram fazendo parte do cotidiano do aprisionamento, tanto para as mulheres, quanto para os homens aprisionados.

³² PIMENTEL, Elaine. *Criminologia e Feminismo: um casamento necessário*. Anais do VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa. jun/2009. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/429.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

³³ FAUSTO, Bóris. *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 75.

³⁴ MOREIRA, Rosemeri. Corpo e maternalismo nos saberes médico, jurídico e criminológico. In: MARTINS, Mário et. Al. (Orgs). *Por linhas tortas: gênero e interdisciplinaridade - II*. v. 6. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011. p. 141-160.

³⁵ Estas falas constam em relatório de 1829 sobre a situação da cadeia da Cidade de São Paulo feito por uma comissão de cinco “cidadãos probos” (SALLAS, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999. p. 51-52).

³⁶ Idem. Para os defensores da constituição de uma carceragem feminina a homossexualidade, masculina ou feminina, não era sequer cogitada.

Em 1941, foi criado o Presídio de Mulheres na cidade de São Paulo, como parte da reformulação do sistema prisional que se deu a partir do Estado Novo³⁷. O jurista Lemos de Brito, seu principal defensor, enfatizava no anteprojeto da criação do presídio, a situação de promiscuidade entre:

[...] a mulher honesta e de boa família, condenada por um crime passional ou culposos, ou a que aguarda julgamento, seja por um aborto provocado por motivo de honra, seja por infanticídio determinado muitas vezes por uma crise psíquica de fundo puerperal, estão as prostituídas mais sórdidas, vindas como homicidas a zona do baixo meretrício, as ladras reincidentes, as mulheres portadoras de tuberculose, sífilis, moléstias venéreas, ou hostis à higiene. Quando não atacadas pelo satiríase, tipos acabados de ninfômanas, que submetem ou procuram, pela força, as primeiras aos mais repugnantes atos de homossexualismo [...].³⁸

A concepção da prisão como espaço regenerador, consolidada desde a década de 1920 com a edificação da Penitenciária do Estado, pressupunha a classificação minuciosa dos reclusos. O sistema prisional paulista passou também, a categorizar as mulheres por crime, contravenção e por situação penal, em uma triagem que visava separar as mulheres recuperáveis das irrecuperáveis, bem ao modo do Código Penal de 1940. No entanto, na contramão desse processo, o cargo de carcereira foi vetado às mulheres pela Lei Estadual nº. 262 de 1949, que reorganizava os cargos de carreira na Polícia Civil. As mulheres que, no entanto, já trabalhavam como carcereiras eram consideradas “auxiliares” de carceragem, e eram contratadas como extranumerárias.

³⁷ A criação do presídio feminino, junto ao complexo do Carandiru, fazia parte da reforma penal encetada em 1940. Nesse período foi reorganizada a Penitenciária Estadual; criada a Colônia de Taubaté (1939) e o Instituto de Biotipologia Criminal (1941) e organizado o Departamento de Presídios do Estado em 1943 (Ibid., p. 315). Em 1942, no Rio de Janeiro foi criada a Penitenciária das Mulheres (LIMA, Elça Mendonça. *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro: o período das freiras* (1942-1955). OAB/RJ, Rio de Janeiro, 1983, p. 15).

³⁸ BRITO, Lemos. Anteprojeto da construção do Presídio Feminino (1941) Apud SOARES, Bárbara Musemeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 56.

Assim como a ocupação dos cargos de escrivãs, carcereiras ou investigadoras, a defesa de criação de uma Polícia Feminina ia de encontro aos projetos de contenção das mulheres na ocupação dos cargos públicos. Nessa batalha legislativa, foi aprovada, em 1951, a Lei nº 1.542³⁹ que permitiu a ocupação dos cargos de carcereiras, telegrafistas e escrivãs. Lembrando ainda, que o Código de Processo Penal de 1941 passara, timidamente, a prever que a revista que tivesse de ser feita em uma mulher, deveria ser realizada somente por outra mulher “[...] se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”⁴⁰.

No Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 24 de Julho de 1951⁴¹, consta a nomeação de uma inspetora de quartirão, Maria de Andrade, para a cidade de São Paulo. A figura misteriosa dessa inspetora, citada brevemente por Maria de Lourdes Pedroso⁴², como tendo sido enfermeira do Hospital Pinel por cinco anos, materializava a presença de uma mulher na função de policiamento, prevista pela Portaria n. 57 de 1950⁴³. A portaria de nomeação de Maria de Andrade justificava:

[...] já não se pode deixar de contar com o auxílio feminino, levando-se em conta que, muitas vezes, é a mulher a mais indicada para o desempenho de determinadas funções em que a própria mulher é interessada, por exemplo, no caso de indigitadas autoras de infrações penais, de vítimas do sexo feminino que necessitam de proteção da polícia, de menores transviados, abandonados, etc...⁴⁴

Enfocando a presença de mulheres e jovens que precisavam ser disciplinados no espaço público, a atuação claramente policial de uma mulher inspetora se pautava na ideia de auxílio. O pressuposto do

³⁹ De autoria da deputada Maria Conceição da Costa Neve Santamaria (Partido Trabalhista Brasileiro).

⁴⁰ BRASIL. Decreto Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Cap. XI – Da Busca e da Apreensão, Art. nº 249. Acervo BMP/PMESP.

⁴¹ ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial, de 24 de Julho de 1951. p. 11.

⁴² PEDROSO, Maria de Lourdes. Polícia Feminina. *Revista Militia*, n. 56, ano IX, mar/abr. 1995. p. 7. Acervo PMESP.

⁴³ ESTADO DE SÃO PAULO. Diário Oficial, de 09 de Janeiro de 1951. p. 5. As funções de inspetor/a de quartirão se resumiam em serviços de vigilância, informações e cadastramento.

⁴⁴ Idem.

auxílio feminino reitera a separação simbólica entre público e privado relativa às construções de gênero⁴⁵. O auxílio das mulheres no ordenamento da rua, apresentado nesse enunciado, encontra-se inserido na problematização do espaço urbano como sinônimo de perigo. Como assinala Fausto, já na década de 1920, o impacto da urbanização, aos contemporâneos, situava São Paulo como uma cidade ameaçadora⁴⁶. A rua foi erigida como lugar de devassidão e perdição, principalmente, para mulheres e crianças. Esse medo do urbano e de seus espaços de sociabilidade, para Rago, se relaciona ao processo de homogeneização social da sociedade de massas recém-percebida⁴⁷. Com o impacto do fenômeno da multidão, surgido na década de 1940, o ambiente urbano passou a ser intuído, cada vez mais, como hostil, cada vez mais com “mil dentes”⁴⁸.

O debate sobre a criação de um policiamento feminino, retomado após a 2ª Guerra Mundial, foi de certa forma, por esse conflito afetado. Nas maiores cidades brasileiras eram visíveis as mudanças econômicas, políticas e culturais, que propiciaram diferentes oportunidades às mulheres. A participação de mulheres no mercado de trabalho, principalmente, no comércio e no setor de serviços de consumo coletivo, cresceu após a guerra e se diversificaram as ocupações possíveis a serem por elas desempenhadas⁴⁹. Para Roney Cytrynowicz, os exemplos trazidos dos Estados Unidos e da Europa pela guerra às mulheres de classe média no Brasil, as colocavam como protagonistas no espaço público⁵⁰.

As atividades desenvolvidas pelas Organizações Femininas Auxiliares de Guerra (OFAGs) influenciaram na cogitação da criação da

⁴⁵ Joana Pedro assinala que as “esferas”, pública e privada permanecem separadas pela leitura que dicotomiza a responsabilidade de “fazer” e de “ajudar a fazer”, sempre que de fato sejam extrapoladas as funções, atribuições e qualificações específicas a cada gênero “deslocado” em sua esfera de atuação. PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, Maringá, v. 4, p. 33-39, 2000.

⁴⁶ FAUSTO, op. cit., p. 15.

⁴⁷ RAGO, *A invenção do cotidiano...*, op. cit., passim, p. 403, 405, 413.

⁴⁸ ANDRADE, Mário. Os cortejos. In: *De Paulicéia desvairada a café: poesias completas*. São Paulo: Círculo do livro, 1986. p. 38. A percepção da cidade como “caos” urbano, segundo Maria Adélia de Souza, se devia a ampliação desmesurada da periferia junto a vivência da escassez dos serviços urbanos (SOUZA, Maria Adélia de. *Metrópole paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização*. In: PORTA, op. cit., p. 546).

⁴⁹ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 624.

⁵⁰ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: mobilização e cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 123.

Polícia Feminina nos anos 1950. Existentes no Brasil entre 1942 e 1945, essas organizações abriram caminho à experiência da caserna às mulheres⁵¹.

Possuindo uma estrutura de organização interna, tal qual o modelo do Exército do período, as Fags (Feminino auxiliar de guerra)⁵², contavam com regulamento disciplinar e regulamento de continências próprio, os quais as inseriam no mundo dos militares. Mundo em que diversos rituais simbólicos e conhecimentos práticos foram com elas compartilhados. O militarismo apreendido pelas mulheres das OFAGs, mesmo que distante da aproximação militar/combate, é aquele em que a hierarquia e a disciplina são postas sobre o controle de si, sobre o controle do corpo. Este último, espacialmente localizado conforme as regras das localizações funcionais⁵³, como enfatizado no elogio coletivo às Fags paulistas:

[...] Êste comando manifesta sua satisfação em julgar de modo muito favorável, **o garbo, a convicção e a disciplina** dos Batalhões dessa Organização, no desfile do dia 7 de Setembro. Núcleo ainda novo de mulheres de várias profissões e diversas condições sociais, com firme propósito de servirem ao Brasil [...].⁵⁴

⁵¹ As ações dos Corpos Femininos Auxiliares de Guerra, instituídos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, entre 1942-1945, permanecem ausentes na pesquisa histórica. A OFAG de São Paulo foi fundada em 28 de julho de 1942. A criação e atuação das OFAGs a exemplo das organizações auxiliares de guerra dos países aliados, colocou mulheres frente ao militarismo e em atividades de policiamento. Na definição dos militares, os serviços auxiliares de guerra abrangiam as atividades que “[...] por sua natureza, interessam à vida da Nação em guerra e em que as mulheres possam substituir os homens convocados para o serviço militar (MINISTÉRIO DA GUERRA. 2ª Região Militar. *Regulamento Interno da Organização Feminina Auxiliar de Guerra*. 28 jul. 1943. Cap. II. Art. 2º, Parágrafo único. Pasta OFAG. Acervo BMP/PMESP).

⁵² Assim eram designadas as mulheres pertencentes às OFAGs (MINISTÉRIO DA GUERRA. 2ª Região Militar. *Regulamento Interno da Organização Feminina Auxiliar de Guerra*. 28 jul. 1943. Pasta OFAG. Acervo BMP/PMESP).

⁵³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 127. A distribuição dos indivíduos no espaço exige o que Foucault denomina de “quadriculamento”. A saber: “cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar um indivíduo [...] o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir” (Ibid., p. 123).

⁵⁴ EXÉRCITO BRASILEIRO. 2ª Região Militar. Assentos Funcionais de Ruth Pereira. Elogio coletivo do Gen. Cmt. 2ª Região. Em 7 set. 1943. Pasta OFAG. Acervo BMP/PMESP. Ruth Pereira trabalhou na separação das fichas de apresentação dos reservistas. Grifo meu.

Militarismo compartilhado nos inúmeros regulamentos que hierarquizavam, encarceravam e distanciavam os corpos, tais como no diálogo possível prescrito disciplinarmente, entre as FAGs e os militares homens, seus superiores hierárquicos:

[...] Se o superior quando for saudado pela subordinada pela primeira vez, desejar-lhe “bom dia”, “boa tarde”, etc. além de lhe retribuir a continência, a subordinada responderá: “Viva o Brasil, Sr. Capitão!”. [...] Se o superior, ao se retirar disser - “Até logo” ou “Até Amanhã”, a voluntária ou legionária responderá “Tudo pelo Brasil!”⁵⁵

Essas mulheres uniformizadas, tendo entre 17 e 50 anos de idade, prestavam os serviços tradicionais de secretárias, telefonistas, recepcionistas, enfermeiras, datiloscopistas e datilógrafas⁵⁶. Além disso, o que interessa destacar são as atividades de patrulhamento feitas nas ruas centrais das cidades e o serviço de trânsito executado pelas FAGs. Sobre o patrulhamento na cidade de São Paulo, o Cel. Carlos Fuchs relata ter passado “um vexame”, quando aos 21 anos de idade, passeando ao anoitecer, foi abordado por duas Fags, que após um interrogatório o impeliram a ir para casa⁵⁷. Nas fontes apuradas, consta que uma das integrantes da OFAG paulistana entrou no primeiro grupo da Polícia Feminina paulista, sendo designada como subcomandante. O uniforme usado pelas FAGs foi utilizado em 1955, como modelo para a confecção do uniforme das policiais femininas.

Com o compromisso de “[...] se preciso for, sacrificar minha própria vida [...]”⁵⁸, para as auxiliares de guerra brasileiras não havia

⁵⁵ Previsto no Regulamento das Continências. EXÉRCITO BRASILEIRO. 2ª Região Militar. *Regulamento das Continências Para as Organizações Femininas Auxiliares de Guerra. Voluntárias e Legionárias*. Cap. III. Da continência Individual. Oficina Tipográfica do Quartel General da 2ª. Região Militar. p. 7-8. Pasta OFAG. Acervo BMP/PMESP.

⁵⁶ MINISTÉRIO DA GUERRA. 2ª Região Militar. *Regulamento Interno da Organização Feminina Auxiliar de Guerra*. 28 de julho de 1943. Cap. V. Art. 43. Pasta OFAG. Acervo BMP/PMESP.

⁵⁷ FUCHS, Carlos. São Paulo: 28 jul. 2009. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. MP3 – 36 min. Coronel da Reserva Remunerada da PMESP. Em 1955, Carlos Fuchs era subinspetor da Guarda Civil e trabalhou no recrutamento do primeiro grupo de mulheres policiais.

⁵⁸ MINISTÉRIO DA GUERRA. 2ª Região Militar. *Regulamento Interno da Organização Feminina Auxiliar de Guerra*. 28 de julho de 1943. Cap. VII. Art. 54º. Acervo BMP/PMESP.

regularmente nenhum auxílio financeiro. Finda a guerra, de forma semelhante às congêneres europeias, as OFAGs foram automaticamente extintas⁵⁹. No entanto, deixaram presságios de que as mulheres poderiam atuar em atividades até então a elas corporal e simbolicamente negadas.

O debate sobre o policiamento feminino chegou ao Congresso Nacional em 1951, por meio de um projeto de lei, apresentado pelo senador Mozart Lago⁶⁰. A proposta de Lago era a criação de um Departamento Feminino articulado aos serviços da Polícia Civil do Distrito Federal, com a finalidade de transferir “[...] à alçada do Departamento Feminino, a polícia de costumes, a guarda dos detentos condenados do sexo feminino e tudo o que disser respeito à mulher e aos menores em relação a função policial”⁶¹. Na justificativa deste projeto, Lago citava um episódio em que uma jovem, presa injustamente, fora estuprada por um policial de plantão:

[...] como reparar o dano moral? [...] Os vexames que sofrem as mulheres que têm a infelicidade de cair nas mãos da polícia, seja porque ato for. Só elas mesmas poderão descrever. Na polícia de costumes, então, seria de estarrecer procurar demonstrar porque não tem sido possível acabar com os lupanares clandestinos.... [...] A prisão de menores, recolhimento de menores e notadamente até a puberdade, sem distinção de sexo, deve ficar sob a alçada feminina. O que se passa nesses setores e que não chega ao conhecimento público nem sempre se pode revelar.⁶²

O pressuposto de um feminino como sinônimo de moralidade, bondade, compreensão e sensibilidade garantia a salvaguarda de

⁵⁹ Ver: QUETÉL, Claude. *Mulheres na Guerra: 1939- 1945*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

⁶⁰ Mozart Lago foi senador da República entre 1951-1955 pelo Partido Social Progressista (PSP) do Rio de Janeiro. Mozart Lago pronunciou-se 24 vezes no plenário do Senado Federal em defesa da participação de mulheres no serviço público e nos direitos civis das mulheres casadas (Ver: MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. *Rev. Estud. Fem.* 2008, vol.16, n.2, p. 463-488).

⁶¹ LAGO, Mozart. Projeto de lei nº 33 de 1951. *Diário do Congresso Nacional*, 17 Jul. 1951. p. 5303-5304. Acervo Arquivo Senado Nacional.

⁶² Idem.

mulheres e crianças nas mãos de policiais mulheres. Como ecos nem tão longínquos do pensamento de Auguste Morel, os argumentos de Lago têm por base uma dupla assunção: a bondade natural das mulheres e o fato de que os homens, mesmo policiais, estariam sujeitos a comportamentos violentos e às taras sexuais⁶³.

A situação das mulheres detidas ou presas, frente à lascívia dos policiais, é tema principal para Mozart Lago. Na percepção do senador, a criminalidade feminina crescia cada vez mais, e era causada pela “[...] necessidade que obriga os homens a aceitarem o trabalho feminino”⁶⁴. Ou seja, a participação ativa no mercado de trabalho colocava perigosamente, as mulheres na esfera pública, na rua, sendo por esta, corrompidas. Ao mesmo tempo, para Lago, a presença de mulheres na atividade de policiamento, garantiria a manutenção da moralidade nas ruas.

Causando polêmica em 1953, Mozart Lago fez um pronunciamento defendendo “[...] um espaço da Mulher dentro das Forças Armadas [...]”⁶⁵. Com o exemplo dos trabalhos de montagem de aeronaves, realizados por mulheres, na Força Aérea britânica e estadunidense, Lago propunha a extensão a elas de um serviço civil obrigatório. Em 1954, evocando o modelo inglês de Polícia Feminina, Mozart Lago propôs outro projeto com o mesmo teor. O senador reforçava nesse novo texto, o temor à ação dos policiais sobre as presas e detentas, propondo a não permissão “[...] **em hipótese alguma**, nos presídios destinados a mulheres, a guarda e fiscalização de funcionários

⁶³ Importante influência aos intelectuais brasileiros em fins do século XIX, o francês Auguste Morel (1809-1873), com sua “teoria da degeneração” sintetizava as discussões sobre hereditariedade, o ambiente social e o declínio moral. Para ele os efeitos da civilização e da modernidade é que explicavam a criminalidade e a delinquência. A civilização, como um grande paradoxo, tinha como seu direto resultado tanto a criminalidade quando as grandiosas expressões artísticas do final do século. A variabilidade dos tipos masculinos expressos nesses feitos (crimes e artes) era sinal da evolução, ao passo que a menor variabilidade das mulheres, indicava sua pertença a um nível mais primitivo. Homens e mulheres absorveriam de forma diferenciada os males da modernidade nefanda. O primitivismo das mulheres era base de sua força moral, e colocava àquelas que porventura incorressem nos erros da civilização como passíveis de serem reeducadas mais facilmente que os homens (MOREIRA, op. cit., p. 146).

⁶⁴ LAGO, Mozart. Projeto de Lei nº 33 de 1951. *Diário do Congresso Nacional*, 17 Jul. 1951. p. 5303-5304. Acervo Arquivo Senado Nacional.

⁶⁵ LAGO, Mozart. Pronunciamento. *Diário do Congresso Nacional* 2, 04 fev. 1953. p. 1099. Acervo Arquivo Senado Nacional.

e autoridades de outro sexo, nem mesmo nos casos de detenção para averiguação de crime”⁶⁶.

Os projetos do senador Mozart Lago foram arquivados no final de seu mandato em 1959, momento em que as policiais de São Paulo já circulavam pelas ruas, estações de trens, e centrais de polícia. Na cidade, que já contava com a figura de uma inspetora de quartelão, as ideias do senador ganharam amplitude com a campanha desenvolvida pelas mulheres ligadas ao mundo acadêmico. A campanha teve grande espaço de enunciação junto às propostas que pretendiam descentralizar a prostituição confinada no bairro Bom Retiro desde 1940.

1.2 As “fundadoras” paulistas

Três mulheres ocupam lugar de destaque na narrativa oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), sobre a criação da Polícia Feminina: Esther de Figueiredo Ferraz; Hilda Macedo e Maria de Lourdes Pedroso. Essas mulheres publicaram textos e proferiram conferências em defesa da criação de um novo tipo de policiamento: o “feminino”. Buscando apoio político de juristas, criminologistas, vereadores, deputados, senadores e também do poder executivo estadual, elas obtiveram a simpatia dos interessados na reformulação das polícias brasileiras pelo viés desmilitarizado, em eventos que tratavam de questões referentes à segurança pública, promovidos pela Universidade de São Paulo e pela Escola de Polícia.

Maria de Lourdes Pedroso era médica psiquiatra, fazia parte do Movimento Político Feminino, e, segundo seu relato, participou da produção do memorial que fora enviado ao secretário de segurança paulista em 1948. O texto intitulado “Polícia Feminina”, foi publicado na *Revista Militia*, dois meses antes de entrar em vigor o Decreto Lei que criou o Corpo Especial de Policiamento Feminino⁶⁷. Nesse texto, Pedroso dedicou-se principalmente, a mostrar a historicidade da luta do MPF em defesa de um policiamento feito por mulheres e se coloca como uma das fundadoras. Vale dizer, que dentre as autoras, Maria de Lourdes Pedroso é a que menos aparece nas fontes oficiais.

⁶⁶ LAGO, Mozart. Projeto de Lei nº 54, de 24 de junho de 1954. Autoriza a inclusão de elementos femininos em cargos ou funções policiais e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional* 2, 05 jun. 1954. p. 1245. Grifo meu. Acervo Arquivo Senado Nacional.

⁶⁷ Revista publicada pela Fôrça Pública entre 1947-1969.

Em 1940, período em que apenas 34% das mulheres brasileiras sabiam ler e escrever⁶⁸, Maria Esther de Figueiredo Ferraz iniciou o curso de Direito, na Universidade de São Paulo (USP), aos 25 anos de idade. Professora do ensino médio, das disciplinas de português, francês, latim e matemática, antes de formar-se em Direito licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de São Bento. Na década de 1950, Esther Ferraz tornou-se a primeira professora do curso de direito da USP. Sempre apontada e orgulhosamente destacando seus pioneirismos, em entrevista, ela relata que sua mãe fora a primeira mulher a formar-se dentista no Brasil, em 1907⁶⁹.

Filha da elite paulistana, em 1953, Esther Ferraz participou ativamente do chamado Departamento Feminino da USP, o qual promovia encontros e debates sobre a participação de mulheres em diversas instâncias da vida pública. Como advogada e professora, transitava entre o ambiente universitário e as instâncias jurídico-policiais e políticas. Em 1955, integrou a Comissão Oficial de Reorganização Penitenciária de São Paulo⁷⁰, mesmo ano em que defendeu o ex-governador, Adhemar de Barros, no famoso caso dos “Chevrolets da Fôrça Pública”⁷¹.

Nomeada em 1965, para o cargo de reitora da Universidade Mackenzie - primeira do país -, foi durante o seu mandato que ocorreu o enfrentamento conhecido como “Batalha da Maria Antônia”⁷² entre os alunos da Mackenzie, integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), dentre outros grupos que apoiavam a ditadura, e os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (atual FFLCH), que eram contrários ao governo militar. Ao descrever sua trajetória, Esther Ferraz aponta a amizade de seu irmão, José Carlos

⁶⁸ IBGE. Tendências Demográficas: Uma Análise da População com Base nos Resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

⁶⁹ Primeira ministra do país morre aos 93. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 set. 2008. Caderno Cotidiano, p. 4.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Adhemar de Barros foi denunciado pela apropriação ilegal de 31 veículos (carros e caminhões da *General Motors*) de um lote de 36 que haviam sido comprados pelo governo do estado em 1949 para uso da Fôrça Publica (COTTA, Luiza C. Villaméa. *Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba, mas faz”*. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 61-64).

⁷² Ver: SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na Ditadura Militar. Revista *Aurora*, ano III, n. 5, dez. 2009. Disponível em <<http://www.marilia.unesp.br/#1954,1954>>. Acesso em: 20 Jan. 2010.

Figueiredo Ferraz, prefeito biônico de São Paulo entre 1971 e 1973, com o Gen. João Batista de Oliveira Figueiredo⁷³, como o principal motivo de ter sido a primeira mulher indicada à Ministra de Estado, na pasta da educação⁷⁴, cargo que exerceu entre 1982 e 1985. Comum às mulheres do período que tinham uma sólida carreira profissional, Esther Ferraz não se casou. Escreveu diversos livros e artigos relacionados à educação, direito, criminalidade e mulheres⁷⁵, vindo a falecer em 2008, aos 93 anos de idade.

Esther de Figueiredo Ferraz foi uma das figuras femininas mais proeminentes na defesa da criação da Polícia Feminina, no entanto, em diversas reportagens e na biografia oficial do governo federal, ela não é apontada como tal. Sua ex-aluna, Hilda Macedo, nas fontes oficiais, carrega historicamente esta responsabilidade.

A figura de Hilda Macedo, comandante da Polícia Feminina ao longo de 19 anos, carece ser enfocada mais de perto. Formada em Ciências e Letras pelo Instituto Rio Branco e em Direito pela USP, essa paulistana, filha de portugueses, aos 22 anos de idade ingressou no serviço público como extranumerária, no setor jurídico da prefeitura municipal de São Paulo, em 1938⁷⁶. A partir de 1941, ela passou a trabalhar no gabinete do diretor geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Permanecendo nessa função até 1944, Hilda acompanhou a gestão de Cassiano Ricardo e Cândido Motta Filho. Em seus diversos currículos, todos produzidos a partir de 1955, o período em que trabalhou no DEIP não se encontra listado. No entanto, no relato dos assentos funcionais constam as atividades desenvolvidas no DEIP, como sendo de classificação, catalogação e arquivamento de

⁷³ O então Cel. João Batista de Oliveira Figueiredo foi comandante da Fôrça Pública de São Paulo, nomeado pelo Presidente Castelo Branco entre jul/1966 a fev/1967 e presidente da República, de 1979 a 1985.

⁷⁴ GÓIS, Valter. Alguém tinha que ser a 1ª, diz pioneira: entrevista com Esther de Figueiredo Ferraz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 mar. 2005. Caderno Cotidiano, p. 6. Antes de ser ministra, ela participou do Conselho de Educação do Estado de São Paulo entre 1963 e 1969 e do Conselho Federal de Educação entre 1969 a 1982.

⁷⁵ Esther também pertenceu à Academia Brasileira de Educação, à Associação Brasileira de Educação, à Academia Paulista de Letras, à Academia Paulista de Educação e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

⁷⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Portaria n. 2b.066, de 30 de abril de 1938. Departamento de Expediente e do Pessoal. Pasta Assentos Funcionais. Acervo BMP/PMESP.

artigos publicados na imprensa, relativos à economia e à política nacional e internacional⁷⁷.

Com o intento de situar a trajetória de Hilda Macedo, e, principalmente, enfatizar os pressupostos por ela adotados na defesa do policiamento feminino, é importante assinalar sua proximidade com Cassiano Ricardo e Cândido Motta Filho, homens frequentemente apontados como ideólogos do Estado Novo⁷⁸. O jurista Cândido de Motta Filho (1897-1977), inserido na tradição do direito positivo, foi um dos principais herdeiros de Paulo Egídio e Cândido Motta, no que tange ao pensamento jurídico sobre a infância, a “menoridade” e o papel interventor do Estado⁷⁹, que havia entrado na pauta dos reformistas, desde fins do séc. XIX no Brasil. Sobre a trajetória de Motta Filho é importante destacar sua atividade como diretor do Serviço de Proteção a Menores de São Paulo; o período da direção do DEIP paulista, sucedendo Cassiano Ricardo, tendo chefia direta sobre Hilda Macedo; e sua extensa produção jurídica, da qual cabe apontar suas preocupações referentes ao papel do Estado frente à delinquência e aos “menores”⁸⁰.

Em 1944, Hilda Macedo foi transferida como auxiliar do gabinete da reitoria da USP. Em 1951 foi nomeada assistente da cadeira de Introdução à Criminologia, junto à Hilário Veiga de Carvalho, titular da disciplina e um dos ícones da Medicina Legal e da Criminologia brasileira⁸¹. Carvalho foi mentor de Hilda Macedo nas pesquisas que ela

⁷⁷ Relatório das atividades didáticas e de pesquisa da Dra. Hilda Macedo (cópia). Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 26 de set. 1951. p. 2. Pasta Assentos Funcionais Hilda Macedo. Acervo BMP/PMESP.

⁷⁸ Integrantes da vertente considerada conservadora dos “verde-amarelos” em 1926 propunham um nacionalismo primitivista e ufanista e defendiam o autoritarismo como imprescindível para a independência cultural e política do país. Na década de 1930, o grupo havia se dividido formando o Integralismo e o Bandeirismo. O grupo Bandeira foi fundado por Menotti del Picchia, Paulo Setúbal, Guilherme de Almeida, Valdomiro Siqueira, Monteiro Lobato, Paulo Prado e Mário de Andrade, com o apoio da alta oficialidade do Exército como os Generais Góes Monteiro e Juraci Magalhães (VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112).

⁷⁹ Ver: OLIVEIRA Jr. Alcidesio. “*Penas especiais para homens especiais*”: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) FIOCRUZ, 2005; FONSECA, Sérgio César da. *Infância e disciplina*: o Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

⁸⁰ *Introdução ao estudo da política moderna* (1934); *A função de punir* (1936); *A defesa da infância contra o crime* (1938).

⁸¹ Ao lado de Júlio Afrânio Peixoto, Hélio Gomes, Flamínio Fávero, Hilário Oscar de Oliveira Castro, Armando Canger Rodrigues, entre outros. Principais publicações de Hilário Veiga de

realizou entre 1951-1955, a saber: *Reincidência Criminal de São Paulo*; *Criminalidade Feminina em São Paulo*; *Classificação de Criminosos de Hilário Veiga de Carvalho*, e a pesquisa denominada *Polícia Feminina*. As três primeiras são levantamentos de dados realizados na Penitenciária do Estado, na Casa de Detenção e no Presídio do Hipódromo. A última pesquisa foi apresentada no I Congresso Nacional de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, em 1953, e tornou-se o texto considerado fundador da Polícia Feminina.

Associada à figura político-acadêmica de Esther Figueiredo Ferraz, a trajetória profissional de Hilda Macedo, colocaram-na como a indicada natural ao cargo de comando do policiamento feminino. O que ocorreu em 1955, duas semanas após a publicação do Decreto de criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino.

Paulistana, filha de pais portugueses, e com uma única irmã, a Hilda Macedo que transporece nas fontes escritas e visuais é acima de tudo a comandante (figura 1). Sua imagem condiz com a formalidade narrativa que concerne às fontes policiais.



Figura 1: Comandante Hilda Macedo, 1961.
Acervo: BMP/PMESP - Pasta 058/Gav. 06.

Carvalho: *Lições de Medicina Legal* (1940); *Manual de técnicas tanatológicas* (1950); *Manual de introdução ao estudo de Criminologia* (1953); *Os criminosos e suas classes* (1941); e *Compêndio de Criminologia* (1947). Os três últimos livros foram publicados pela Escola de Polícia de São Paulo (Ver: OLIVEIRA Jr., op. cit.).

No acervo fotográfico, da Biblioteca e Museu de Polícia (BPM) da PMESP, Hilda Macedo se apresenta sempre uniformizada e ativa. Aparece só ou em meio a estadistas, autoridades policiais e militares, secretários e ministros de estado, primeiras damas, e ainda rodeada por suas comandadas (figura 2 e anexo C).



Figura 2: Formatura da 4ª Turma de Polícia Feminina, 15/01/1958. Acervo: BMP/PMESP - Pasta 054/Gav. 06.

Comum às fotografias dos militares e dos policiais em geral, o fotógrafo, posicionado num ângulo inferior, geralmente amplia a estatura dos/as fotografados/as. Mirando o infinito sempre com o olhar à frente, em meio perfil, raramente os/as policiais encaram a objetiva nas fotografias posadas.

Nos diversos álbuns e pastas de fotografias do acervo da PMESP, existem somente duas imagens em que Hilda Macedo aparece sem fardamento. Na primeira delas (figura 03), ainda não havia sido confeccionado o uniforme das recém-nomeadas, Comandante (Cmt) e Subcomandante (SCmt)⁸².

⁸² Nesse texto as abreviaturas relativas aos postos de comando e graduações dos policiais militares ou civis seguem a nomenclatura das fontes e as normas estipuladas pelas Forças Armadas (MINISTÉRIO DE DEFESA. *Manual de abreviaturas, siglas, símbolos, e convenções cartográficas das Forças Armadas*. 2008. Disponível em: <<http://www.dee.ensino.eb.br>>. Acesso em: 15 fev. 2009.



Figura 03: Comandante Hilda Macedo (à dir.) e a Subcomandante Eurydice da Silva Costa (à esq.). Maio/1955.
Acervo: BMP/PMESP - Pasta 058/Gav. 006

Com Eurydice da Silva Costa, ex-Fag paulistana, Hilda sustenta corporalmente a posição militar do “descansar”⁸³, enquanto ambas respondem aos questionamentos do repórter. Os cabelos longos de Hilda, que aparecem contidos na figura 3, logo em seguida, foram cortados e mantidos curtos, no mínimo, pelos próximos 19 anos. Condizendo à nova função ocupada, ambas apresentam uma austeridade suave, e a ausência do uniforme não compromete a imagem assinalada de autoridade.

A segunda imagem em que ela está sem fardamento é de uma foto 3x4, acrescentada ao acervo da PMESP, em 2007, doada junto a outros documentos pela própria Hilda, conforme o ex-diretor da BMP, Álvaro Guimarães Santos⁸⁴. Num momento anterior à empreitada de comandar a Polícia Feminina, quem nos olha é uma jovem Hilda que quase sorri (figura 4).

⁸³ Coluna e cabeça ereta com as mãos cruzadas atrás do corpo (oficialmente a mão esquerda segura o pulso da mão direita fechada).

⁸⁴ Segundo o Cel. Álvaro Guimarães Santos (SANTOS, Álvaro Guimarães. São Paulo: 23 mar. 2010. Entrevista cedida a Rosemeri Moreira. MP3 – 58 min. Ex-Diretor da Biblioteca e Museu da Polícia da PMESP).



Figura 04: Hilda Macedo. Década de 1940.
Acervo: BMP/PMESP - Pasta 054/Gav. 006

Dentre as fontes escritas, em meio aos mais diversos relatórios, regulamentos, entrevistas às rádios, revistas, jornais, programas de televisão e a correspondência oficial, Hilda aparece despida de sua autoridade de comandante, somente em um breve bilhete manuscrito, em que se dirige em tom carinhoso a um colega professor da Escola de Polícia. Bilhete que foi esquecido em meio aos ofícios que alardeiam as medalhas e títulos honoríficos recebidos⁸⁵.

Nas fontes da BMP/PMESP, não se encontram presentes outras “Hildas”, além da comandante. A vida pessoal de Hilda Macedo - e dos policiais em geral - não transparece nas fontes preservadas nos acervos oficiais. Um dos aspectos dessa ausência, penso que condiz com a autorrepresentação das instituições policiais e militares relacionada a um *ethos* específico, baseado no espírito de corpo⁸⁶. A cultura militar, aqui estendida às polícias, não pressupõe distinção entre vida profissional e vida doméstica, uma vez que a carreira extrapola a polaridade público/privado, presente no mundo civil. Ser militar ou ser policial não é meramente uma atividade profissional. Diferentemente da classificação “civil”, ser policial ou ser militar, apresenta-se como uma

⁸⁵ POLÍCIA FEMININA. Pasta Medalhas Hilda Macedo. Acervo BMP/PMESP.

⁸⁶ Os escritos de Pierre Bourdieu sobre o processo de militarização dos partidos políticos, no meu entender descrevem, assim como Celso Castro preocupado com as Forças Armadas, a busca pela construção da unicidade e homogeneidade de qualquer instituição, como é o caso das Forças Armadas e das polícias em geral. Militares, policiais, e também os militantes, encontram-se próximos no que diz respeito à construção da chamada *fides implicita*, base primeira do espírito de corpo (Ver: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2009. p. 119-202; CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004).

categoria identitária⁸⁷ que suprime em termos discursivos a esfera privada.

Em se tratando de uma mulher policial, o apagamento da vida privada de Hilda Macedo nas fontes oficiais se encontra agregado à ação do gênero como estruturante das opções, postas como excludentes, entre carreira profissional e matrimônio/maternidade. O que ocorre também com a figura de Esther de Figueiredo Ferraz. A construção do modelo do dimorfismo sexual⁸⁸, que estabeleceu uma relação direta entre útero, ovários e o sistema nervoso central, serviu à percepção sobre a necessidade de separação entre maternidade/matrimônio e atividades intelectuais⁸⁹. Essa relação, ainda fortemente presente na década de 1950, foi mantida nos critérios de recrutamento das primeiras policiais, as quais deveriam ser solteiras e não ter filhos (questão discutida no capítulo II).

Sobre a família de Hilda Macedo, os pais e a única irmã são apenas lampejos que aparecem em poucas cartas pessoais aqui e acolá⁹⁰. No entanto, o fato de não ter se casado foi pergunta recorrente nas diversas entrevistas que concedeu ao longo de toda sua carreira⁹¹. O que aflora na documentação preservada é a figura de uma solitária mulher,

⁸⁷ Ver CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Zahar, 2004; CASTRO; LEIRNER, op. cit.. Com relação aos policiais (homens), a crença em uma superioridade, mais física que moral, penso estar relacionada à exacerbação da virilidade, concernente a autoridade de ordenar o espaço público, através da possibilidade do uso da força física sobre os demais. Representação coletiva que forja coesão e homogeneidade, a ideia de minoria dos melhores, ou minoria dos “mais homens” é marcada pelo distanciamento com os “paisanos” (termo depreciativo), e com as mulheres em específico. Processo que acarreta/ou na problematização do processo de identificação profissional das mulheres militares e policiais, discutida, respectivamente, por Carla Passos e Andréa Schactae (PASSOS, Carla Christina. *Relações de gênero na caserna: significados dos sujeitos militares no Exército Brasileiro*. 2011. 219f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) PPG-NEIM.UFBA, 2011; SCHAETAE, Andréa Mazurok. *Farda e batom, arma e saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000)*. 2011. 282f. Tese (Doutorado em História) UFPR, Curitiba. 2011).

⁸⁸ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2001.

⁸⁹ MOREIRA, op. cit., p. 114.

⁹⁰ Tais como nas palavras: “[...] lembranças à Elizabeth também e aos senhores pais e irmã.” ESTEVAO, Flávia Brazil. Carta a Hilda Macedo. 28 nov. 1957. Pasta Polícia Feminina Britânica - Processo 35/55. Acervo BMP/PMESP.

⁹¹ POLÍCIA FEMININA. Relatório de entrevista de Hilda Macedo ao Canal 4 – Programa “Brincando com a Estrela”. São Paulo, 8 jan. 1963; Relatório de entrevista Hilda Macedo. Canal 7 – Televisão Record. Programa “Momentos com Luci”. 8 jun. 1963; Relatório de entrevista de Hilda Macedo ao repórter Paulo Victor – Rádio Bandeirantes. 12 ago. 1958. Pasta Divulgação Programas de Rádio e Televisão. Processo 73/58. Acervo BMP/PMESP.

tendo a profissão como sacerdócio. O que não significa, necessariamente, que ela não tivesse os seus amores e dores, contudo, as leituras vigentes no período, relacionam as mulheres com carreiras profissionais à solidão, mantendo-as desse modo, seguramente dentro de um padrão de moralidade. De qualquer forma, na imagem a seguir essa questão se traduz de forma emblemática:



Figura 5: Cmt. Hilda Macedo, 1957.
Acervo: BMP/PMESP - Pasta 056/Gav. 006.

Enquadrada a sós, em meio às sombras, perscrutando o mundo externo, a comandante se apresenta na figura 5 como uma efígie de indagação e vigilância. Hilda Macedo encerrou sua carreira policial em 1974, como a primeira mulher a ocupar o cargo de Coronel da Polícia Militar no Brasil. Faleceu na cidade de São Paulo, em 2007, aos 89 anos de idade.

Após delinear a trajetória dessas mulheres, é preciso discutir os textos por elas produzidos.

1.3 Os textos fundadores

Os textos em defesa da criação de um policiamento feminino, produzidos por Hilda Macedo, Maria de Lourdes Pedroso e Esther de Figueiredo Ferraz, foram publicados, e alguns republicados na *Revista Militia*, entre 1954-1956.

Em meio às disputas e negociações diversas sobre a reestruturação das polícias, em curso no período, interessa refletir de

forma detalhada a respeito das justificativas simbólicas presentes nos enunciados, em defesa da criação da Polícia Feminina. Fazendo parte da memória oficial da instituição, estes textos defendem, acima de tudo, a criação de um novo “tipo” de policiamento: o “policiamento feminino”.

Dois deles constam nos anais do “I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia”, realizado na cidade de São Paulo, em 1953: o texto de Hilda Macedo, intitulado “Polícia Feminina”, e o de Esther de Figueiredo Ferraz, sob o título “Atribuições de uma polícia feminina”. Outro texto de Hilda Macedo foi publicado, originalmente, na *Revista Militia*, em 1955/1956, no momento de início das atividades do Corpo Especial de Policiamento Feminino, quando ela já havia sido designada comandante desse grupo. O texto de Maria de Lourdes Pedroso foi publicado na mesma revista, na edição de mar/abr de 1955, um mês antes da promulgação do Decreto Lei nº 24.548 que criou o Corpo de Policiamento Especial Feminino.

Nesses textos, as argumentações em defesa da entrada de mulheres na atividade policial estão inter-relacionadas, e as diferenças encontradas são mais questões de estilo e ênfase, do que propriamente de conteúdo. Todos eles trazem um histórico de luta pela inclusão de mulheres na atividade policial no Brasil, e na presença de mulheres em corporações policiais, na Europa e nos EUA. As polícias europeias e estadunidenses são postas como modelo de modernidade e civilidade. Relacionando essa defesa à antiga reivindicação das sufragistas, Hilda Macedo cita a visita de policiais inglesas ao Brasil, em 1932:

[...] quando um grupo de idealistas – as instauradoras do Movimento Feminista do Brasil, Bertha Lutz e Gerônima Mesquita – objetivava o empreendimento ora levado a efeito, estiveram em nosso país, por iniciativa desse mesmo movimento, duas policiais inglesas – misses Atckinsons e Betty – as quais teriam sido as orientadoras da Escola se se tivesse logrado fundá-la naquela ocasião.⁹²

⁹² MACEDO, Hilda. Polícia Feminina. *Anais do I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia*. Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo. USP/Escola de Polícia de São Paulo - 1953. p. 15-16. Acervo BMP/PMESP.

Fornecendo datas, números e funções das policiais atuantes em diversos países europeus e nos EUA, os textos assinalam que as nações civilizadas possuíam desde o começo do século XX, setores e departamentos compostos por mulheres assistentes ou auxiliares de polícia. A necessidade de “[...] todo esse nosso esforço, para a modernização da Polícia paulista [...]”⁹³ e das demais polícias no Brasil, seria possível através da inserção de um feminino. Cautelosamente, Hilda Macedo enfatiza que “[...] o trabalho da mulher na polícia refoge à esfera de um direito a reivindicar, para se situar no campo do dever a cumprir; e por só trazer vantagens, por ser necessária à organização social, é que é aconselhável a criação da Polícia Feminina entre nós”⁹⁴. Todos os textos, precavidamente, e a exemplo dos enunciados produzidos pelo movimento sufragista, afirmavam não se pautarem em defender a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas, na necessidade de modernizar as Polícias⁹⁵.

A sutileza de Esther de Figueiredo Ferraz não deixa margem a contestações: “[...] o que se deve investigar é se a Polícia precisa de mulheres. Se há, na multiforme e complexa atividade policial, seja preventiva, seja repressiva, lugar para a colaboração feminina”⁹⁶. Explorando o binarismo sexual, Ferraz parte de questões incontestes a essa lógica:

[...] para o bem das inúmeras pessoas que por circunstâncias – a miséria, a ignorância, a doença, o desamparo, o vício, o crime – se vêm colhidas nas malhas da Lei, e que não estariam suficientemente protegidas se a sua situação ficasse entregue exclusivamente a mãos masculinas.⁹⁷

Subjaz na dicotomia “mãos masculinas/mãos femininas”, assim como, no memorial do MPF, novamente a exacerbação de uma natureza

⁹³ PEDROSO, Maria de Lourdes. Polícia Feminina. *Revista Militia*, n. 56, ano IX, mar/abr. 1995. p. 8. Acervo BMP/PMESP.

⁹⁴ MACEDO, op. cit., p. 3.

⁹⁵ Sobre o movimento sufragista brasileiro Ver: ALVES, op. cit.; HANHER, op. cit.; PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo do Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

⁹⁶ FERRAZ, op. cit., p. 33.

⁹⁷ Idem.

feminina, moralmente superior à masculina. A mulher delituosa ou contraventora, como vítima da sociedade devido à miséria, ao abandono, ou à opressão masculina, estaria a salvo do vício e do crime frente à mulher policial, símbolo de pura virtude. “Quem cuidará melhor dos escolares, da moça violada, da prostituta, das presas, dos feridos, da criança perdida?”; “Não um direito, mas um dever patriótico”; “Quem negará...?”, “Quem deixará de admitir...?”, “Quem duvidará ...?”, “Quem melhor...?”. Partindo destas assertivas, Ferraz discorre sobre diversas situações cotidianas da atividade policial:

[...] quem negará que uma mulher formada em medicina seria mais indicada que um profissional homem para realizar em menores, adolescentes ou jovens vítimas de atentados sexuais – o exame médico legal exigido pela lei para que se instaure o processo crime contra o culpado? [...] Quem duvidará da conveniência de se manter no plantão da Central ou do Gabinete de Investigações uma assistente social ou um corpo de assistentes, para receber as mulheres que aí chegam trazidas pelas viaturas, algumas ébrias e vadias, outras grávidas apanhadas a tentar a prática de um aborto, outras rés de infanticídio, prostitutas presas em plena racolagem, outras enfim conduzidas a presença da autoridade pela simples fato de estarem beijando o namorado numa sala escura do cinema [...]?⁹⁸

Nesta estratégia de gênero, o feminino/mulheres se apresenta como inserido por força da necessidade das corporações policiais, em vias de se modernizarem, e não enquanto um meio de reivindicação das mulheres, propriamente ditas, uma vez, que “[...] entrou em cena, prontamente, a excluir a natureza violenta daquela determinação coletiva [...]”⁹⁹. Nas palavras de Macedo, “[...] não é apenas uma colaboração que a mulher dará aos serviços policiais, mas, antes irá preencher uma lacuna que não poderá ser removida senão por ela, dadas as suas qualidades intrínsecas”¹⁰⁰.

⁹⁸ Ibidem, p. 34.

⁹⁹ Ibidem, op. cit., p. 32.

¹⁰⁰ MACEDO, op. cit., p. 3.

Para Ferraz, as policiais saberiam fazer a triagem, a classificação e o encaminhamento de uma diversa tipologia de mulheres, e que, diferentemente dos homens, primariam por não aviltá-las. A necessidade da classificação moral das pessoas no espaço público, tarefa da Polícia de Costumes¹⁰¹, nesses enunciados, é uma tarefa posta como melhor executada pelas mulheres, dentro de uma concepção expandida do anjo tutelar e de guardiãs da moral¹⁰². Nesse sentido, Ferraz assinala:

[...] mesmo respeitada a nossa vigente organização, de base notadamente masculina – é de fato uma necessidade. E felizes nos sentiríamos, já se essa remodelação dos quadros policiais se fôsse operando paulatinamente, colocando-se hoje uma doutora em medicina e uma enfermeira no Gabinete Médico-legal, amanhã uma ou várias assistentes sociais nos plantões da Central, depois uma escrevente em cada Delegacia Distrital, e assim adiante, até que em cada pôsto onde se exigisse a intuição, a sagacidade, a doçura, tenacidade e capacidade de compreensão de uma alma feminina, aí estivesse efetivamente, uma mulher.¹⁰³

Ferraz agrega as características “doçura” e “capacidade de compreensão”, há longa data, postos como femininos, outros, porém, não diretamente associáveis às mulheres, tais como “sagacidade” e “tenacidade”. A proposta de Ferraz se pauta, não na criação específica de uma corporação de Polícia Feminina, modelo adotado pelo governador Jânio Quadros, em 1955, mas sim, no adentrar de um tipo de policiamento pautado pela civilidade – pensada como inerente às mulheres - em todas as instâncias policiais.

A prostituição, o lenocínio e a condição das mulheres presas são recorrentes, principalmente, nos textos de Pedrosa e Ferraz. A prostituta é colocada como uma vítima e não como criminosa ou degenerada,

¹⁰¹ A Delegacia de Costumes e Jogos foi criada pela Lei nº2034, 30 dez. 1924 (FONSECA, Guido. *História da prostituição São Paulo*. São Paulo: Editora Universitária, 1982. p. 162).

¹⁰² Sobre a construção da figura do “Anjo Tutelar” Ver: ISMÉRIO, Clarisse. *A Mulher, a moral e o imaginário*: 1889-1930. Porto alegre: EDIPUCRS, 1995.

¹⁰³ FERRAZ, op. cit. , p. 35.

necessitando de cuidados especiais de outras mulheres. Na ênfase de Pedroso:

A policial agindo junto a prostituta, seria mais compreensiva, mais humana, mais eficiente, e por outro lado, mais justa. Como mulher, compreenderia que a meretriz, longe de ser uma criatura que deva viver a margem da sociedade, é um ente humano e desgarrado, desorientado, e que ela, - como representante do poder público – cumpre amparar, proteger, assistir, tentar, reconduzir a uma existência normal. E no que diz respeito ao lenocínio, a exploração ou ao parasitismo da prostituição, a mulher seria inexorável, incapaz de condescender com a prática que importa, em última análise, numa afronta a dignidade de todas as mulheres.¹⁰⁴

Tema aglutinador de discussões desde os anos 30, o abolicionismo internacional foi problematizado, em 1952, na Semana de Estudos sobre Prostituição realizada na Escola de Polícia de São Paulo, que contou com a participação de Ferraz como palestrante. A prostituição é o tema mais forte nas argumentações de Ferraz e de Pedroso, as quais postulam a superioridade “inexorável” das mulheres no trato com o tema, frente ao efetivo de homens. Para Ferraz, a função primordial a cargo do policiamento feminino seria a de combater “[...] o flagelo da prostituição e travar luta contra o crime de lenocínio [...]”¹⁰⁵ considerando que:

[...] a mulher tem um imenso papel a desempenhar. Onde quer que haja miséria, sofrimento material e moral. E onde se encontraria mais miséria e mais sofrimento que no setor policial, cujos serviços se ocupam das crianças, dos menores, das jovens, das mulheres sós, isoladas, sem recursos, dominadas pelas dificuldades da vida, procuradas, cobiçadas pelos que as querem explorar?¹⁰⁶

¹⁰⁴ PEDROSO, op. cit., p. 12.

¹⁰⁵ FERRAZ, op. cit., p. 39.

¹⁰⁶ Idem.

Macedo reforça a função principal do policiamento feminino: “[...] será uma Corporação encarregada de setores próprios e mais adequados às características e à capacidade específica da mulher, à qual caberá grande papel no auxílio ao combate, à prostituição e ao lenocínio”¹⁰⁷. No que se refere à atividade dos homens no policiamento ela declara:

[...] Não é que os policiais sejam maus ou incompetentes. Não, mil vezes não! É que lhes falta para este trabalho sobremodo delicado, aquela sensibilidade própria da mulher, tornando-os, portanto, falhos, por falta de capacidade específica... É de se notar, por outro lado que a recíproca é verdadeira.¹⁰⁸

A negativa enfática, de Hilda Macedo, traz à tona determinada visão que se tem/tinha dos policiais homens, como “maus” e “incompetentes”. Essas duas características estão presentes, ainda que, de modo velado no temor do contato dos policiais com mulheres e crianças, vítimas das chagas sociais. Nessa leitura, os homens estariam mais sujeitos às tentações dos vícios da bebida, jogo, corrupção e prostituição. Escrito em 1955, no mês da formatura do primeiro grupo de policiais femininas, Macedo, mais política do que em 1953, apontava as diferenças de atribuições entre homens e mulheres, com base na ideia da complementaridade entre os sexos. Acalmando ainda mais os anseios, ela insistia dizendo que “[...] se trata de uma polícia feminina, e que, portanto tem suas portas fechadas às chamadas ‘paraíbas’; estas não nos servem, a não ser para orientá-las... se passarem por nós [...]”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ MACEDO, op. cit., p. 17.

¹⁰⁸ MACEDO, Hilda. Polícia Feminina II: importância, finalidades, criação, a polícia feminina em outros países, serviços da polícia feminina; sua necessidade, desconhecimento do público. *Revista Militia*, n. 61, ano X, jan/fev, 1956. p. 11. Acervo BMP/PMESP.

¹⁰⁹ Idem. O termo “paraíbas”, usado por Hilda de forma pejorativa, tem origem na a expressão “Paraíba mulher macho” cunhada em 1929 durante a coligação política oposicionista entre os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, no lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência e João Pessoa, governador da Paraíba, como vice. A atitude do estado da Paraíba foi considerada “coisa de macho” (ECHEVERRIA, Regina. *Gonzaguinha e Gonzaga*: uma história brasileira. São Paulo: Ediouro, 2002. p. 111). Em 1952 Luiz Gonzaga gravou a música *Paraíba* que se referia a macheza do estado. Caindo no gosto popular, o termo “paraíba” passou a ser utilizado em referência às mulheres de personalidade forte – machos – diretamente relacionadas à lesbianidade.

Esse enunciado se encontra inserido no pensamento criminológico do período, que considerava como patologia física e moral qualquer comportamento que minimamente, pudesse destoar da lógica sexual dimórfica e heteronormativa.

Em consonância ao discurso de Macedo, Esther Ferraz também se preocupa em construir enunciados reconfortantes à lógica sexual dual estabelecida, afirmando que “[...] a colaboração da mulher nas atividades policiais deveria se efetivar na linha preventiva e curativa, deixada aos homens a parte repressiva e coercitiva, pouco adequada à verdadeira personalidade feminina”¹¹⁰. Dessa forma, o que se preconizava era afastar das policiais qualquer aspecto considerado masculinizante.

No que tange às prostitutas e/ou presidiárias as falas dessas autoras, assim como Mozart Lago¹¹¹, fazem frente a denúncias de maus tratos sofridos por mulheres por parte das diversas polícias. Ferraz aponta que “[...] a Polícia de Costumes – composta exclusivamente de elementos masculinos, está sujeita ao perigo imenso da ‘deformação profissional’, oriunda do contato diário de seus agentes com as pobres mulheres decaídas e seus exploradores, pessoas obrigadas a viver a margem da lei [...]”¹¹². Denúncias veiculadas na imprensa apontavam a ligação dos policiais com o lenocínio: “[...] os exploradores de mulheres da Delegacia de Costumes são conhecidos e não são incomodados”¹¹³.

Desde 1928, a Guarda Civil era responsável pelo comportamento das prostitutas nas ruas paulistanas¹¹⁴. Uma moralidade pública problematizada desde fins do século XIX e posta a cargo da Delegacia de Costumes, incidia sobre as próprias polícias, no período após a 2ª Guerra Mundial. A imposição das formas de uso do espaço público acarreta/va em pressão das elites sobre as polícias, que são/eram vistas

¹¹⁰ FERRAZ, op. cit., p. 36.

¹¹¹ Mozart Lago pronunciava-se frequentemente em plenário denunciando as práticas dos policiais do Distrito Federal chegando a propor um projeto de lei que previa punição ao excesso de violência desses agentes. Mozart, Lago. *Diário do Congresso Nacional* 2. 21 jun. 1952. p. 5621. Acervo Arquivo Congresso Nacional.

¹¹² FERRAZ, op. cit., p. 36.

¹¹³ BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*. 2006. 307f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. 2006. p. 64. Sobre a ação dos policiais nesse período, Battibugli aponta que a violência institucional no Brasil contra as classes populares é a face mais visível de uma combinação perversa entre “[...] não consolidação dos direitos civis e sua tradicional cultura política autoritária” (Idem, p. 14).

¹¹⁴ FONSECA, Guido, op. cit., p. 162.

como grupos de contenção dos segmentos marginalizados, e como tal, contaminadas pelo submundo. O olhar classista que incide/ia sobre as populações desfavorecidas abarca/vam também seus contendedores.

O perigo da “deformação profissional” aos homens, devido à proximidade com as prostitutas estaria ausente na relação mulheres/mulheres. As policiais seriam imunes à contaminação dos males sociais e também da tentação sexual. Os homens, em sua força, teriam grande fraqueza, a de se deixarem dominar pelos instintos sexuais, contrários à racionalidade, normalmente a eles atribuída.

Vale ressaltar, que nos escritos destas mulheres, a imagem dos algozes policiais se encontra estereotipada, tal qual a figura da messalina moderna¹¹⁵. A adoção desses estereótipos mascara a complexa relação existente entre ambos, permeada por uma combinação entre repressão, tolerância, compensações diversas, amor e sexo. A percepção sobre a relação entre os policiais e as prostitutas, contida nesses escritos, é devedora do sufrágismo do início do séc. XX, que também propôs salvar as prostitutas da lascívia masculina. Entretanto, não se pode negar que se encontra presente, entre estes dois personagens, uma relação de poder pautada na hierarquia de gênero, em que o masculino/policial encarna o ordenamento do espaço público, frente às mulheres desviantes de um feminino idealizado.

No período das falas de Ferraz, Macedo e Pedroso, a prostituição era alvo da reforma urbana encetada pelo governo Nogueira Garcez (1951-1955). O governador Garcez, não sem resistência popular, desativou oficialmente o confinamento das prostitutas, em 1953, em meio à “Campanha Pró-Recuperação da Mulher Prostituta”¹¹⁶. A ênfase dada à moralização do bairro do Bom Retiro, e na retirada das prostitutas ali confinadas, está relacionada à reordenação do centro da cidade, feita no final da década de 1940. A preocupação com a salubridade sanitária e a profilaxia moral, contida nas regulamentações urbanísticas, desde a passagem do século XIX ao XX¹¹⁷, segundo

¹¹⁵ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 15-16.

¹¹⁶ Idem, p. 212.

¹¹⁷ No início do séc. XX, a percepção da pobreza urbana por parte dos reformadores sociais imputou às polícias, além do combate ao crime, a função de moralizar o espaço público através do policiamento dos costumes frente aos indesejáveis quinhoeiros da cidade informal: prostitutas, menores, vadios e os primeiros organizadores do incipiente movimento operário. Boris Fausto discute as diversas campanhas contra os “menores e arruaqueiros” e a

Feldman, “[...] culminou com a demarcação da zona da prostituição no Bom Retiro, de 1940 a 1953”¹¹⁸. A Polícia de Costumes manteve-se bastante ocupada em 1940 para efetivar a concentração da prostituição, no bairro do Bom Retiro e em fins da mesma década, preocupou-se com o processo inverso¹¹⁹.

Em 1953, devido à expansão comercial da área central, foi iniciada a campanha pelo desmantelamento da prostituição, oficialmente, confinada nesse bairro. A partir de 1950, segundo Maria Lucia Gama, com intensa circulação da classe média, dos comerciários, artistas, intelectuais e profissionais liberais, o centro paulistano apresentava renovada fisionomia¹²⁰. Esse novo centro havia triplicado¹²¹, expandido e verticalizava-se, e era cada vez mais visível a presença da massa de trabalhadores à margem do mercado de trabalho¹²².

Inseridas no contexto das comemorações do IV Centenário da cidade São Paulo, a intelectualidade do Direito e às autoridades policiais, organizaram em 1953 o I Congresso Nacional de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo¹²³. Presentes nesse congresso, Esther

tentativa de instalação do Regulamento Provisório da Polícia de Costumes, desde 1896, pelo jurista Cândido Motta (FAUSTO, op. cit., p. 11).

¹¹⁸ FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo 1947-1972*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005. p. 151. Segundo Rolnik, a escolha do Bairro Bom Retiro combinava o controle da prostituição ao controle da comunidade judaica. O interventor Adhemar de Barros determinou a concentração dos prostíbulos em um trecho do Bom Retiro (Ruas Itaboca, Aimorés e Ribeiro de Lima), onde foram confinadas “[...] 1.400 mulheres, três postos anti-venéreos e uma delegacia de Polícia, além de alguns bares e restaurantes controlados pela polícia” (ROLNIK, op. cit., p. 87).

¹¹⁹ FONSECA, op. cit., p. 210.

¹²⁰ GAMA, Maria Lúcia. Novos centros e intensas movimentações democráticas. In: CAMPOS, op. cit., passim, p. 138; 141; 143.

¹²¹ São observados no período três centros na cidade de São Paulo: o centro antigo do Triângulo; o centro novo da Praça Ramos de Azevedo até a Praça da República, em torno do Viaduto do Chá e do Teatro Municipal; e o novíssimo centro que se organizou na Avenida Paulista, a qual paulatinamente foi refuncionalizada ao setor bancário (SOUZA, Maria Adélia, op. cit., p. 550).

¹²² Em 1950 a cidade de São Paulo contava com cerca de 2,2 milhões de habitantes. Essa população foi posta diante do crescimento relativamente lento do emprego industrial o qual cada vez menos absorvia a mão-de-obra disponível. As novas indústrias já estavam em processo de busca por espaços mais amplos e mais baratos, e dirigiam-se paulatinamente pra a região do ABC, para o interior do estado ou ainda pra outros estados. (SAES, Flávio. São Paulo Republicana: vida econômica. In: PORTA, op. cit., p. 256-257).

¹²³ Segundo Sílvio Luiz Lofego, através de um imenso aparato ufanista, as comemorações do IV Centenário visavam produzir um sentimento unificador que despertasse o patriotismo paulista ao apresentar ao mundo o gigantismo da cidade (LOFEGO, Sílvio Luiz. *IV*

Ferraz e Hilda Macedo encontraram na temática da prostituição seu maior trunfo na defesa do policiamento feminino. Ao final do congresso foi aprovada por unanimidade uma moção de apoio a criação de policiamento feminino, em todas as unidades federativas.

As críticas aos enunciados de Ferraz, Macedo e Pedroso, não chegaram a tardar. Vale apresentar o debate entre o jornalista Pedro Costa Rêgo e Esther Ferraz. Costa Rêgo se pronunciou contrário ao policiamento feminino, em um artigo endereçado a um amigo fictício, no jornal *Correio da Manhã*:

Um comissário de polícia deve cumprir tarefas abomináveis. Lida com bêbados e ladrões, fica de plantão, pela noite adentro, ganha inimigos e até [...] inimigas. Figure você, Joaquim, a Angélica, tão bem educada no colégio de freiras, a surpreender moças erradas no Leblon. Além do constrangimento que isso lhe traria, a mesma ação policial perderia muito de sua eficácia no momento em que ela precisasse estabelecer o flagrante, e o cúmplice masculino da culpada se valesse de sua condição de rapaz violento e musculoso. Polícia respeitável é a dos ingleses: requer homens altos e fortes. A doce Angélica tem um metro e quarenta e cinco, que nem o salto à Luiz XV vantagem, e sua bolsa crocodilo não pode carregar um revólver, tomando espaço ao “batom”, à caixinha de pó de arroz, ao espelho, ao pente.¹²⁴

Ao qual Esther Ferraz responde:

[...] já incide em erro o Sr. Costa Rêgo, quando coloca na Polícia Feminina a Angélica – pequena boneca de porcelana, quebradiça, fútil e inexperiente como uma “debutante” que aguarda seu primeiro baile, e cujo programa diário se esgota com as visitas à modista, à massagista, à manicura, ao cabeleireiro, sonhando com a

Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004. p. 29).

¹²⁴ RÊGO, Pedro Costa apud FERRAZ, op. cit., p. 35-36.

eventualidade de ser eleita “glamour girl”, garota 53”, ou “miss planalto”. Pois a Polícia Feminina não é mesmo para a Angélica, para nenhuma Angélica do mundo, que o papel da Angélica é o de brilhar nos salões, nas praias e nas piscinas, atraindo olhares para seu encanto e graça, exigindo proteção para sua fragilidade. A Polícia Feminina requer mulheres adultas, independentes, experientes – como tantas que conheço – que tem olhos abertos para tôdas as realidades da vida, sabem como enfrentar essas realidades e possuem aquelas qualidades de inteligência, de caráter e de coração indispensáveis a quem pretende esquecer-se de si para servir ao próximo e ser útil a coletividade.¹²⁵

A percepção sobre um mundo público/policial, distanciado do corpo das mulheres e da ideia de feminino, é colocada em evidência na fala de Costa Rego. A figura da “Angélica”, associada à mulher fútil, para Costa Rêgo, exemplificava as mulheres em geral. Como assinala Margareth Rago, a figura da “melindrosa” e coquete, substituiu a imagem da mulher passiva e ociosa, de fins do século XIX¹²⁶. Essa Angélica sem densidade era o símbolo da mulher moderna, ligada ao consumo e a frivolidade. Coquete e ingênua, Costa Rêgo a descreve constrangida entre as “moças do Leblon” e limitada dentro da moralidade concernente às categorias do dia e da noite, bem como ao seu porte físico.

Assim como a rua, a noite também é uma categoria sociológica, que carrega significados morais, delimitadores de gênero, muito além de uma temporalidade específica. Consoante ao pensamento de DaMatta, as categorias sociológicas da casa e da rua, da noite e do dia, se confirmam como espaços morais¹²⁷. Noite, rua, perigo e luta, permeiam a identidade dos policiais, sempre em busca da ordem social e

¹²⁵ FERRAZ, Esther de Figueiredo. *Atribuições de uma polícia...*, op. cit., p. 36.

¹²⁶ A “mulher ociosa” havia sido construída através do olhar de viajantes e escritores (RAGO, *Os prazeres da noite...*, op. cit., p. 73).

¹²⁷ Para Roberto daMata, a casa e a rua “[...] não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados” (DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 15).

contrapondo-se a um inimigo constante, uma tarefa “abominável”. Disfarçada com “o salto Luiz XV”, a Angélica, de Costa Rêgo, denota a incapacidade corporal das mulheres, além da capacidade moral.

Em sua resposta, Esther Ferraz acentua ainda mais a imagem de Angélica, a fim de se contrapor a ela. Longe da chacota, a Angélica de Ferraz está relacionada ao desejante olhar masculino. A outra imagem de mulheres, por ela reivindicada, “abertas à realidade da vida”, que longe dos salões, praias e piscinas, se aproxima da ideia de sacrifício e sacerdócio. Além da conotação religiosa, presente nesses enunciados, é importante observar, que a vaidade e a preocupação com o corpo eram vistas como sinônimos de esvaziamento espiritual, para as feministas do início do século XX¹²⁸ e também para estas mulheres que tentavam quebrar as delimitações do espaço público, policial e masculino. O moralismo nos trajes, risos e cores ainda fazia parte do espectro rondante da prostituta, que recaía sobre todas as mulheres no espaço público, também apontado por Rago¹²⁹.

Esses textos apontam nuances com relação ao estereótipo comum ao feminino: mesmo defendendo a ideia de sacerdócio e sacrifício, próprios às mulheres santificadas, a mulher policial que começava a ser idealizada, trazia em si a ideia de sagacidade, tenacidade e abnegação. Essas autoras se preocupavam em delinear o que seria condizente a um “policiamento feminino”. Esther Ferraz afirma estar:

[...] temerosa que a iniciativa se deixasse inspirar por um **falso conceito** de Polícia Feminina, conceito segundo o qual a função pode ser, indiferentemente, exercida, em qualquer campo e em qualquer circunstância, pelo homem e pela mulher. [...] encargos acentuadamente sociais, de assistência e prevenção, agindo particularmente nos casos em que estejam envolvidos menores, outros incapazes e mulheres. [...] deve ter antes de tudo, um caráter preventivo, e aplicar métodos de amparo e assistência sempre mais fecundos e mais humanos que os repressivos.¹³⁰

¹²⁸ RAGO, *Os prazeres da noite...*, op. cit., p. 77.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ FERRAZ, Esther de Figueiredo. *Atribuições de uma polícia feminina: continuação ...*, op. cit., p. 36.

Nesse fragmento, ficam claros os limites colocados a essa possível atuação das mulheres na polícia. Na linha “feminina”, considerada sinônimo de preventiva, os textos são enfáticos ao se referirem ao uso do armamento, alegando que “[...] a ‘Polícia Feminina’ não necessita de armas de fogo para sua defesa, pela simples razão de que o policiamento preventivo é o de manutenção da ordem, por meios persuasivos ou, então, a retirada do elemento perturbador da via pública ou do meio social”¹³¹.

Contrapondo-se ao frequente temor da “masculinização”, Hilda Macedo utiliza de forma recorrente as palavras de juristas, policiais homens e criminologistas, para elaborar sua argumentação, como as de Walter Faria Pereira de Queiroz, Osvaldo Silva, Flamíneo Fávero, Augusto Gonzaga e Lemos de Brito. Sobre o uso de armamento, Macedo, precavendo-se ao ataque das policiais serem confundidas com as “paraíbas”, cita as palavras de Osvaldo Silva, Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública: “[...] as mulheres-policiais não deveriam andar armadas, visto que a moderna psicologia policial procura evitar o emprego de revólver, como se faz na Inglaterra [...]”¹³². De acordo com Cristina Wolff, o porte da arma/falo é a suprema subversão de gênero¹³³. Além da existência de um afastamento premente dos aspectos considerados viris, comuns ainda nos textos, é a distância posta com um feminismo tido como “errôneo”, “agressivo” e “antipático”. Para tanto, Ferraz esclarece dizendo que “[...] não me parece, com efeito, que se deva – em nome de um errôneo e superado conceito feminista, em nome de um feminismo agressivo e antipático que quer fazer da mulher rival e concorrente do homem [...]”¹³⁴.

A denominação sugerida por Hilda Macedo, para esse tipo de policiamento a ser organizado – Polícia Feminina – contém certo atrevimento em relação às congêneres europeias e estadunidenses, que titubearam em autodenominar-se policiais¹³⁵. Num ímpeto de rebeldia, declara que essas mulheres com “[...] funções que não se cingirão ao serviço social preventivo, social, mas que, por força das circunstâncias

¹³¹ PEDROSO, Maria de Lourdes. *Polícia Feminina...*, op. cit., p. 13.

¹³² MACEDO, Hilda. *Polícia Feminina. Anais do I Congresso Brasileiro...*, p. 9.

¹³³ WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.* 2007, vol.27, n.54.

¹³⁴ FERRAZ, op. cit., p. 33.

¹³⁵ Nos anos 1950, com exceção das policiais estadunidenses (*Policewomen*) as policiais europeias haviam adotado precavidamente a nomenclatura de “Assistentes de Polícia” ou “Auxiliares Sociais de Polícia” (discutido no capítulo IV).

hã de ser também técnicas e repressivas [...]”¹³⁶, deveriam ser chamadas de policiais.

Nessa fala, Macedo, já como Comandante da Polícia Feminina, deixa transparecer a possibilidade de ação para além dos atributos de afabilidade, mesmo que fortemente apoiada na essência da maternagem, a qual aproximava todas as mulheres (vítimas, delinquentes e policiais) e as crianças (menores, adolescentes, etc.).

Contundente, Macedo ainda sugere como critérios fundamentais à entrada das mulheres na Polícia Feminina, a “[...] sanidade física, mental e moral rigorosamente aferidas [...]” e ainda “[...] que se incorporassem mulheres sem responsabilidades de prole, solteiras ou não, desde que atendida, com rigor, a exigência da idoneidade moral insuspeita”¹³⁷. O maternalismo pensado como inerente às mulheres, e negado na vida privada, é ao mesmo tempo expandido sobremaneira, adentrando ao espaço público sob os auspícios do trabalho policial¹³⁸. Por esse viés, enfatizando a presença constante de mulheres no mundo policial, como vítimas ou criminosas, Macedo declara:

[...] Delinquente ou vítima, tem a mulher que prestar declarações à Polícia, para fins de inquérito policial e, tal como seja a ocorrência, contá-la a um homem como vem sendo feito até agora, será muitas vezes revivê-la. E o não relatar corretamente a ocorrência ou relatá-la com inibições quantas falhas acarretará ao Inquérito Policial!! E nós sabemos [...] da importante peça que é para a Justiça o Inquérito Policial!¹³⁹

Além da defesa explícita da necessidade da presença das mulheres nas delegacias, Macedo se coloca como defensora da polícia judiciária e de seu aparato burocrático, como instância principal da

¹³⁶ MACEDO, Hilda. *Polícia Feminina: conclusão*. Revista Militia, n. 62, ano I, mar/abr. 1956. Passim, p. 17.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Para Françoise Thébaud, o maternalismo ganhou ênfase devido a nacionalização do corpo das mulheres feita pelos Estados providência em formação, em que a maternidade passou ao domínio público (THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995, p. 27-93; FREIRE, Maria Marta de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009).

¹³⁹ MACEDO, Hilda. *Polícia Feminina: conclusão*, op. Cit., p. 10-11.

justiça criminal. A justificativa técnica da produção do inquérito policial, percebido como um meio de chegar à verdade dos fatos, faz parte da concepção de policiamento moderno que formalizou as regras da manipulação metodológica, uma vez, que a falas dos diversos personagens são enquadradas, segundo os cânones da linguagem do aparelho judiciário¹⁴⁰. Além da ênfase na técnica, necessária aos agentes policiais, ela aponta para as dificuldades na captura das falas como uma opressão de sexo.

Ao se utilizarem das categorias como idoso, mulher, carente, menor, e delinquente, na defesa de um feminino como necessário às polícias, essas autoras recorrem a ideia de extensão do espaço privado e do prolongamento das funções domésticas que construíram as profissões ditas femininas¹⁴¹. Nesse caso, elas estendem a maternalização da sociedade às instituições máximas de constituição da virilidade. A ênfase na proteção de mulheres, idosos e crianças se concretizou na primeira legislação formulada em 1955.

Ferraz finaliza o texto com a afirmação de que “[...] nada se faz em matéria social, que não tenha a colaboração harmoniosa dos dois sexos”¹⁴². Em consonância com Esther Ferraz, Macedo conclui seu texto com a ideia que “[...] a mulher formará harmoniosamente ao lado dos seus irmãos masculinos para o melhor cumprimento da Lei e da manutenção da ordem, dentro dos ditames da compreensão, do auxílio e da bondade”¹⁴³. Ambas se calcam na ideia de complementaridade entre os sexos, em que a polícia precisava de um “feminino” para se completar. O que elas defendem é a superioridade intrínseca das mulheres/feminino no ato de acolher/amparar e a necessidade de um “trato mais lhano”¹⁴⁴, por parte das polícias com determinados segmentos da população. Seus pressupostos, tal como as sufragistas brasileiras, buscavam acalmar o horror estampado frente à possibilidade de mudanças no sistema de identificação de gênero e dos papéis sexuais.

No entanto, mesmo que as autoras se utilizem dos estereótipos feminino/masculino, através de representações que conservam/preservam atribuições e qualificações ditas naturais, a leitura

¹⁴⁰ FAUSTO, op. cit., passim, p. 22. Boris Fausto assinala que para “[...] uma pessoa das classes populares [...] o aparelho policial e judiciário representa uma perigosa máquina, movimentada segundo regras que lhes são estranhas” (Idem, p. 24).

¹⁴¹ PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 252.

¹⁴² FERRAZ, Esther de Figueiredo. *Atribuições...*, op. cit., p. 39.

¹⁴³ MACEDO, Hilda. *Polícia Feminina*, op. cit., p. 19.

¹⁴⁴ Idem.

usual que classifica os acontecimentos e processos históricos, através da polarização entre rupturas *versus* permanências, não me parece convir, uma vez, que estão sobrepostas¹⁴⁵.

Em defesa do policiamento como uma atividade também “feminina” e, como tal, considerada um prolongamento, extensão e até evidência do essencialismo biológico, os espaços/esferas se encontram embaralhados. Assim, como nos enunciados das sufragistas, as falas em defesa do policiamento feminino trazem ao debate político/público, questões pensadas como privadas e cotidianas, e que confundem “[...] as esferas pública e privada dando fluidez aos seus limites”¹⁴⁶. Ao mesmo tempo, a categoria mulher permanece simbolicamente na esteira do privado, uma vez, que “[...] continua definindo sua ação na esfera pública, vinculada à dicotomia espacial do confinamento – não mais no interior da casa, mas no interior de si”¹⁴⁷, de seu corpo.

O maternalismo, que no século XIX foi construído com base na Medicina anátomo-fisiológica¹⁴⁸, e que reatualizou através de uma base científica a distribuição dos corpos em funções ditas públicas e privadas, sofreu um deslocamento nos enunciados das sufragistas. A maternidade/maternagem, considerada a capacidade intrínseca e definidora das mulheres no cuidado com o outro, no âmbito privado

¹⁴⁵ Contrastando por exemplo, com a ótica de Pierre Bourdieu, para o qual a manutenção da ideia de extensão do privado nas ações desenvolvidas na esfera pública pelas mulheres é tida como um dos princípios práticos da permanência da prevalência do masculino na sociedade (BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 112-113).

¹⁴⁶ PEDRO, op. cit., p. 37.

¹⁴⁷ MOREIRA, Rosemeri. “*Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope*”: a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná (1970-1981). 2007. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná. 2007. p. 100.

¹⁴⁸ A construção do modelo do dimorfismo sexual foi impulsionada com a exploração do corpo feito pela medicina anátomo-fisiológica no séc. XIX. A separação em dois sexos distintos, pela anatomia e pela fisiologia, definiu uma hierarquia radical entre os sexos/gênero, uma vez que considerava que os corpos encerravam em si uma realidade intransponível. O corpo como objeto, e especificamente o corpo das mulheres embalaram a formulação discursiva da medicina anátomo-fisiológica criando diversas representações num processo de exploração e gerenciamento que não tivera precedentes até então. O útero e os ovários eram para os médicos a metonímia da mulher. O maternalismo, antes de base religiosa, ganhou fôlego científico (MOREIRA, *Corpo e maternalismo...*, op. cit., p. 144-145). Ver: FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Orgs.) *História do Corpo. Da Revolução à Grande Guerra*. Vol. II. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 13-56; MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Orgs.) *História do Corpo. As mutações do olhar: o século XX*. Vol. III. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.15-82.

(filhos, maridos, pais, idosos, doentes, etc.) foi expandida para a esfera pública, ampliando as demarcações da construção anterior. A maternidade foi transformada em prática política e expandida para toda a sociedade.

Ferraz, Macedo e Pedroso utilizaram os enunciados das sufragistas no que diz respeito: ao dever patriótico de atuarem na esfera pública; ao olhar vitimizador e à superioridade intrínseca das mulheres no trato com a prostituição e a delinquência infantil/juvenil; ao recurso da legitimidade das falas de homens; e por fim, ao afastamento de um feminismo “agressivo” e de qualquer aspecto considerado virilizante na idealização do policiamento feminino. De qualquer forma, ao defenderem feminilizar/maternalizar um dos espaços construtores/reprodutores da masculinidade viril (a atividade policial), as justificativas de inclusão de mulheres na Polícia, por elas elaboradas, deslocaram as delimitações simbólica entre masculino e feminino.

Os enunciados sobre a necessidade de um policiamento feminino se coadunam aos pressupostos do Estado benemerente, em que a chamada “questão social” fazia parte da pauta política. É relevante assinalar que o Estado benemerente está enraizado no assistencialismo e no pensamento criminológico, que definem a ação estatal como um auxílio e/ou controle sobre determinados segmentos sociais, considerados incapazes e/ou inferiores, e não como direitos extensivos a todos os cidadãos¹⁴⁹. A temática acerca dos “menores”, mulheres, idosos, prostitutas, e pobres em geral, legitimadores da criação de um policiamento feminino, e de um Estado percebido como protetor e/ou controlador dos “desvalidos”, atingiu a percepção relativa à prática policial, que acontecia sob o enfoque da criminologia e do direito positivista.

1.4 As mulheres a criminalidade no pensamento jurídico-policial

A fim de situar a trama discursiva na qual se insere a defesa da criação de um policiamento feminino, é preciso analisar as leituras sobre o feminino/mulheres presentes no aparato jurídico-policial. Essas

¹⁴⁹ Sobre o surgimento da “questão social” no Brasil nos 1920 e o assistencialismo dos anos 1930, Ver: CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

leituras eram provenientes do pensamento criminológico positivista das décadas de 1930 e 1940.

A formação policial feita na Escola de Polícia estava baseada nos pressupostos da criminologia positivista, que haviam sido formalmente inseridos na cultura jurídica brasileira pelo Código Penal de 1940 e pelo Código de Processo Penal, de 1941¹⁵⁰. Desde fins do séc. XIX, os criminologistas brasileiros interpretavam o duplo problema da construção da pátria e do progresso, frente aos obstáculos da modernidade, por eles percebidos na composição da população¹⁵¹. Em defesa da sociedade, com vistas ao progresso, cabia ao Estado e ao criminologista – seu principal agente – criar as instituições de detecção, prevenção e correção daqueles julgados potencialmente perigosos¹⁵².

A reorganização do aparato jurídico criminal, e consequentemente policial, tornou-se imprescindível frente às concepções do direito positivo sobre crime, criminalidade e criminosos. A figura do duplo ilícito do Código Penal de 1890, crime e contravenção, já havia ampliado o espaço de controle das polícias sobre o cotidiano das classes populares. O discurso político-jurídico foi reorganizado junto ao aparato repressivo no Brasil, durante a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas. A criminologia desse período, como assinala James Green, foi o instrumento de contenção da chamada desordem social, renovada nesse momento, pela presença de “[...]”

¹⁵⁰ De forma sub-reptícia a Criminologia Positivista estava inserida no sistema penal brasileiro antes mesmo da promulgação do Código Penal de 1940. Durante toda a 1ª República, o Código Penal de 1890 foi considerado ineficaz pelos médicos, bacharéis e juristas defensores do Direito Positivo, mediante a possibilidade de uma da população – posta como incapaz – participar da construção da nova ordem política. (ALVAREZ, Marcos C.; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio. *A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais da 1ª República*. Disponível em: <<http://www.nevusp.org>>. Acesso em: 10 abr. 2010. p. 5.) De qualquer maneira, Segundo Ribeiro Filho, o direito positivo foi mesclado ao direito clássico a partir do Código Penal de 1940 e do Código de Processo Penal de 1941 (RIBEIRO FILHO, op. cit., p. 133).

¹⁵¹ Ver: ALVAREZ, Marcos C.. Entre o homem delinqüente e o social naturalizado: por uma história da Criminologia no Brasil. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 47 (2005). pp. 71-92; SCHWARCZ, Lilian M. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵² Segundo Salvatore e Sozzo, a Criminologia Positivista foi o discurso mais forte na construção da modernidade latino americana entre 1880-1930, e também o mais duradouro. A influência da Criminologia Positivista na América Latina coincidiu com o contexto de consolidação de regimes políticos liberais e oligárquicos, que com base em uma determinada “ordem”, intentavam chegar ao “progresso”. Principalmente no Brasil, México, Argentina e Cuba (SALVATORE; SOZZO, op. cit., p. 19-20).

comunistas, fascistas, criminosos, menores delinquentes, negros degenerados, homossexuais [...]”¹⁵³, e outras figuras “desviantes”.

A noção de crime foi sobremaneira estendida, abarcando uma ampla variedade de práticas, que supostamente continham perigo à sociedade. Mesmo havendo àqueles, que pouco aceitaram o determinismo biológico, de Cesare Lombroso (1835-1909), o que permaneceu da vertente italiana, no direito penal positivista brasileiro, foi a figura do *homo criminalis*¹⁵⁴. O principal efeito da criminologia positivista, segundo Salvatore e Sozzo, foi “[...] ter proporcionado as categorias e razões que justificariam a intervenção do Estado na vida dos pobres”¹⁵⁵ ao mesmo tempo em que propugnava a necessidade de tratamento penal diferenciado, e acirrava o olhar preventivo das polícias sobre determinados grupos da população, buscando a delimitação dos espaços sociais.

O cárcere configurou-se como sendo o laboratório, por excelência, para a identificação dos delinquentes, homicidas, perversos e demais criminosos, que obstaculizavam o ordenamento social. Mantendo uma relação estreita com o aparato policial, os criminologistas brasileiros direcionaram o desenvolvimento do policiamento moderno brasileiro, principalmente, por meio da formação técnica feita na Escola de Polícia¹⁵⁶.

¹⁵³ GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 193. Através da reorganização da Polícia Civil do Distrito Federal, Luzardo Batista criou no Gabinete de Identificação o Laboratório de Antropologia Criminal instalando de vez a polícia dita científica (CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da UNB, 1993. p.53).

¹⁵⁴ Ao contrário do direito liberal, os juristas positivistas defendiam a desresponsabilização penal de alguns grupos. A mudança de foco – do crime para o criminoso – é parte do processo de individuação da pena. A punição legal, legitimada pela ciência médica não enfocava as infrações, mas os indivíduos: “[...] sobre aquilo que eles são, serão ou possam ser” (FOUCAULT, *Vigiar e punir...*, op. cit., p. 22). Mesmo no Código Penal de 1890, em que as concepções do Direito Penal Clássico prevaleceram, o sistema judiciário adotou paulatinamente medidas defendidas pelos positivistas, como: penas personalizadas; ação policial preventiva e a ideia de proteção social.

¹⁵⁵ SALVATORE; SOZZO, op. cit., p. 22. José Murilo de Carvalho aponta as leituras específicas feitas no Brasil sobre os ideais liberais em meio à virada republicana. Este autor aponta as contradições e adaptações efetuadas pela intelectualidade e pelos políticos brasileiros na construção de um liberalismo e republicanismo “à brasileira”, em vista de uma desconfiança dessas elites frente à ideia de igualdade e democracia e uma população de ex-escravos e analfabetos. (CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

¹⁵⁶ Segundo Salvatore e Sozzo, em comparação com os demais países latino-americanos, no Brasil se deu a maior colaboração direta entre criminologistas e policiais. Além da

As principais mudanças efetuadas no código penal de 1940 se referiam à família. Esse código representa uma tentativa de contenção moral e recondução das mulheres às atividades de cuidados com os filhos, maridos, etc., como cabia às “guardiãs” da moral e dos bons costumes¹⁵⁷. O crime de sedução, presente nesse código, colocava o corpo e a moral das mulheres, como objetos de tutela do Estado¹⁵⁸. Nesse contexto de fortalecimento do poder do Estado, em detrimento do poder patriarcal, os corpos das mulheres foram deslocados simbolicamente. Sua “virtude” passou a pertencer à sociedade como um todo e a ter o Estado, como seu principal guardião.

Com relação à tipologia desviante, elencada por Green, a ser contida no espaço urbano, é necessário acrescentar a prostituta e a “mulher moderna”. A primeira, dissecada nos textos dos criminologistas há longa data, mantinha-se presente nas preocupações ordenadoras do espaço urbano. A segunda, um pouco mais recente, passou a constar nas problematizações feitas no início do séc. XX, pelo jurista Francisco Viveiro de Castro (1862-1906); nos anos 1930, pelos criminologistas Afrânio Peixoto (1876-1947) e Leonídio Ribeiro (1893-1976); e nos anos 1940/1950, pelo jurista Nelson Hungria (1891-1969), frente à expansão da presença feminina no espaço urbano fabril¹⁵⁹. Nessa

participação ativa na elaboração da legislação penal e na estrutura e formação das polícias, não poucos criminologistas foram nomeadas comissários. Afrânio Peixoto, por exemplo, mantinha vínculo com as polícias do Distrito federal desde 1907, foi nomeado em 1931, diretor do recém-criado Gabinete de Investigação Criminal, e elaborou, através dos detidos e encarcerados, tipologias criminosas e estatísticas nacionais do crime, assessorando o governo na implementação de uma política de defesa social. Em busca da profissionalização e especialização policial, Afrânio Peixoto organizou, a partir de 1931, o serviço médico legal da instituição e capacitou os policiais civis com técnicas antropométricas, a fim de ensiná-los a registrar as marcas encontradas nos corpos dos detidos e presidiários. (SALVATORE; SOZZO, op. cit., p. 31-32).

¹⁵⁷ MUNIZ, Diva Contijo. Gênero, poder e o Código Penal de 1940. In: *Anais XXIII Simpósio Nacional de História*. Guerra e Paz, 2006, Londrina: Ed. Mídia, 2006. CD-ROM.

¹⁵⁸ Segundo Sueann Caulfield a noção de honra sexual impregnava os debates públicos em torno da modernização da nação brasileira. Debates próprios do estado varguista que relacionava a importância da honra na manutenção da família e desta no futuro da nação, principalmente a partir de 1937. A honra nacional e o Estado se encontravam enraizados na moral pública, na família e no comportamento das mulheres (CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000).

¹⁵⁹ Principal criminologista da primeira metade do século XX, Afrânio Peixoto produziu mais de 141 livros jurídicos e literários contabilizando a tiragem total de noventa obras impressas e 599.200 exemplares (MOTA, Joaquim A, et. al.. Afrânio Peixoto (1876-1947). In: HERSCHMANN; PEREIRA, op. cit., p. 147).

“vanguarda” da criminologia, permanecia dos antecessores, Lombroso e Nina Rodrigues, a ideia de “periculosidade” e a necessidade da “defesa social” por parte do Estado, além de se dedicarem a descrever, classificar e reordenar a contenção moral das mulheres.

Visto como um apavorante afrouxamento nos costumes, a maior circulação de mulheres pela cidade trouxe transformações à ideia de feminino, uma vez, que as mulheres, antes descritas como ociosas, passaram a ser vistas como fúteis¹⁶⁰, tal como a Angélica, de Costa Rêgo. Para Afrânio Peixoto e outros tantos criminalistas, potencialmente prostitutas¹⁶¹. O trabalho das mulheres no espaço urbano era visto pelos juristas e criminologistas como um passo à prostituição, assim como, também os lazes da cidade incitavam ainda mais a mulher moderna, já a um passo da devassidão. Presente nos textos de Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro, ou ainda, de Nelson Hungria, a mulher moderna, participante da cidade, pelo trabalho e/ou pelo lazer, era posta como a causa de desagregação da família e, conseqüentemente, da sociedade, e, por isso, precisava ser contida. A expansão dos meios de comunicação, na vida urbana nesse período, é vista como algo negativo às mulheres. O rádio, a imprensa e o cinema são considerados nesses discursos, como disseminadores de uma modernidade prejudicial à família¹⁶².

A contenção das mulheres edificou-se no Código Penal, de 1940, que buscava restringir uma mulher que saiu “[...] da proteção da intimidade vigilante do lar, para ir trabalhar e ou receber uma educação moderna, tornou-se objeto de toda sorte de sedução”¹⁶³, uma vez que as mulheres não possuíam força moral para sua própria proteção, afetando assim, toda a estrutura da família. A criminologia, que emergiu nesse período, colocava as mulheres como indesejáveis no espaço público, prováveis prostitutas, incapazes de racionalidade, excessivamente sensíveis. O poder moral e maternal, posto como características

¹⁶⁰ RAGO, *Os prazeres da noite...*, op. cit., p. 67-79.

¹⁶¹ Afrânio Peixoto aponta as vítimas: são as divorciadas, as que casaram muito cedo, as que recebiam pouco salário (professoras, governantas), as com pouca instrução (domésticas, copeiras, costureiras, arrumadeiras, aias) as de “ofícios de passagem” (cantoras, cabeleireiras e manicures). Todas apresentam potencial à prostituição (PEIXOTO, op. cit., pp. 201-202).

¹⁶² Os discursos desses criminologistas se aproximavam dos ditames da Igreja Católica que a partir do pontificado de Pio IX condenava o mundo moderno, passando por Leão XIII e Pio X, e que em 1910 determinou que “[...] todos os candidatos a ordens religiosas deviam prestar juramento abjurando o modernismo”. FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. *Léxico dos papas. De Pedro a João Paulo II*. Petrópolis: Vozes, 1991.

¹⁶³ PEIXOTO, op. cit., p. 126.

intrínsecas às mulheres, estava ameaçado frente à vida moderna¹⁶⁴. A maternidade era pensada como antídoto, não contra a imoralidade do mundo moderno, mas contra a imoralidade ou doença delas próprias¹⁶⁵. Uma misoginia latente, que seguia *pari passu* com a concretude de mulheres, em espaços “nunca dantes navegados”, como o próprio Direito e a Medicina.

Não sem razão, Esther Ferraz, Hilda Macedo e Maria de Lourdes Pedroso, contemporâneas da influência desses postulados, organizaram-se em defesa da criação do policiamento feminino, reafirmando um maternalismo intrínseco às mulheres e, ao mesmo tempo, uma prática edificadora da sociedade como um todo. Sobre as mulheres desviantes presentes nos pressupostos dos juristas e dos criminologistas, que por ventura, tivessem caído nos males da modernidade, elas respondiam com a necessidade da criação da Polícia Feminina.

Para além dessa confrontação entre as representações de um feminino/mulheres, o contexto de disputa entre as polícias paulistas, no período pós 1945, mostrou-se favorável à germinação da ideia de um policiamento feminino.

1.5. Pós Guerra, pós Vargas, as polícias de São Paulo e a Polícia Feminina

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, a estrutura de policiamento forjada no período 1930-1945 foi mantida, mesmo frente às demandas que se voltavam cada vez mais a um estado de direito. Após a deposição de Vargas, o Gen. Eurico Gaspar Dutra adotou uma política altamente

¹⁶⁴ O corpo das mulheres e a maternagem dele decorrente, haviam sido descritos sob diversas perspectivas no decorrer do séc. XIX: a maternidade foi percebida como antídoto tranquilizador ao excesso de fluxo menstrual que ensandecia as mulheres (Lombroso); a maternidade propícia a contenção moral da sociedade devido à evolução primitiva das mulheres e imune ao progresso, grande causador da criminalidade (Auguste Morel); a maternidade como destino anátomo-fisiológico excludente das atividades intelectuais e delimitador do espaço público/privado (viés iluminista) e ainda a maternidade detentora da profilaxia física e moral (Higienismo). Ver: MOREIRA, *Corpo e maternalismo...*, op. cit.

¹⁶⁵ Afrânio Peixoto relaciona a criminalidade em geral e, principalmente, a das mulheres ao mau funcionamento do sistema endócrino. As mulheres devassas e “insaciáveis messalinas [...] têm apenas foliculina demais” ao passo que “[...] as mulheres invertidas, as mulheres estéreis, as mulheres obesas, naufragadas na gordura, endireitam-se, curam-se, adelgaçam-se com a foliculina. Foliculina, és tóda a mulher!” (PEIXOTO, Afrânio. *Criminologia*. 4.ed. Revista por Hilário Veiga de Carvalho. São Paulo: Saraiva, 1953. p. 57. A solução para uma gama diversificada de problemas percebidos nas mulheres resumia-se à maternidade e à prática do aleitamento.

repressiva frente às manifestações operárias¹⁶⁶. Seu governo foi marcado pela manutenção da estrutura da repressão, engendrada na década de 1940 contra os crimes de ordem política, e pela ampliação da cooperação entre as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), existentes em cada estado¹⁶⁷.

As greves operárias ressurgiram em São Paulo, a partir de 1944, e as reivindicações e ações populares multiplicaram-se com o fim da guerra¹⁶⁸. Como discutido anteriormente, a polícia paulista tornara-se centro dos debates a partir do episódio do Quebra Bondes, de 1947. No início da nova década, cada vez mais, jornalistas, vereadores, deputados estaduais e federais, sindicalistas, e também policiais, traziam à arena política os problemas de segurança e de violência, tornando-os pauta discursiva.

Thaís Battibugli analisa a pressão feita às autoridades policiais pela imprensa paulista e pelo poder legislativo municipal/estadual, entre 1946 e 1964, principalmente, por meio de figuras como Jânio Quadros, Caio Prado Junior, Ulisses Guimarães, Porfírio da Paz, e outros¹⁶⁹. Alguns estavam preocupados com a manutenção da ordem e com a ineficiência da polícia frente às manifestações populares, e outros, com as arbitrariedades policiais, cotidianamente observadas. As críticas visavam, principalmente, às ações da militarizada Fôrça Pública.

A nova Constituição de 1946 e o alinhamento brasileiro aos EUA, no contexto da Guerra Fria, a partir de 1947, mostravam os limites da democracia apregoadas. Era visível à população a dissonância entre as atividades dos policiais e os proclamados ares democráticos do pós-guerra. Segundo Battibugli, aos contemporâneos, a percepção de que viviam sob um regime democrático era de 44,8%, na cidade de São Paulo¹⁷⁰. De qualquer forma, proliferaram sobremaneira os debates públicos sobre as atividades e a estrutura das polícias paulistas.

¹⁶⁶ Presidente da República entre jan/1946 a jan/ 1951. Eurico Gaspar Dutra havia sido Ministro da Guerra de Vargas entre 1936-1945. Sobre a estrutura das polícias desse período ver: CANCELLI, op. cit..

¹⁶⁷ Vale lembrar que a estruturação da polícia política no Brasil consolidou-se na década de 1950, em pleno vigor dos “anos dourados” do governo JK. (Ver: FELTRIM, Luciana da Conceição. A extensão do sistema de informação do governo JK. *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina* - Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Londrina, UEL. CD-ROM).

¹⁶⁸ DUARTE; PAOLI, op. cit., p. 86. Greves dos metalúrgicos; dos trabalhadores têxteis; bancários, químicos e motoristas de ônibus.

¹⁶⁹ BATTIBUGLI, op. cit., p. 22-29.

¹⁷⁰ Idem.

A defesa da inclusão de mulheres na atividade policial está inserida na disputa entre os modelos de policiamento, propostos pelas principais corporações policiais paulistas do pós-guerra: a Polícia Civil, a Guarda Civil e a Fôrça Pública¹⁷¹. O modelo de Polícia Feminina, descrito nos enunciados apresentados anteriormente, se coadunava ao projeto de predominância de um policiamento de tipo civil, propugnado pela Guarda Civil e pela Polícia Civil (polícia judiciária), e se distanciava do modelo conhecido como *gendarme*, base identitária da Fôrça Pública¹⁷².

A estrutura policial paulista dos anos 1950 (anexo A), contava com várias corporações policiais baseadas em modelos teoricamente opostos de policiamento. A formação dessa estrutura se coaduna a um processo histórico bastante conflituoso, que remonta os embates políticos travados entre governo federal e estadual, desde a 1ª República. Independentes entre si e com funções separadas e/ou conflitantes, as polícias possuíam modelos antagônicos de policiamento: o civil e o militar. Cada uma das corporações policiais paulistas da época era portadora de uma cultura policial específica, referente à estrutura interna administrativa, aos valores institucionais, e à função desempenhada no aparato da segurança¹⁷³.

Até a década de 1930, a Fôrça Pública, segundo Fernandes, havia recebido “[...] melhoramentos contínuos, desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia e, inclusive, uma esquadrilha de aviação”¹⁷⁴. Devido ao se poder militar, a Fôrça Pública foi peça-chave nos levantes e

¹⁷¹ Completam o quadro das organizações paulistas: a Polícia Marítima e Aérea dos Portos do Estado e a Guarda Noturna, ambas anexadas a Guarda Civil, respectivamente, em 1957 e 1954.

¹⁷² Esse modelo de policiamento se pauta pela estrutura e disciplina militar tal qual exercida pelas Forças Armadas. No caso paulista, a configuração política do início do séc. XX, pautada na política dos governadores, propiciou o desenvolvimento principalmente da Fôrça Pública, chamada por Heloísa Fernandes de “exército particular dos governadores de São Paulo”. Para Fernandes, a expansão da Fôrça Pública se deu frente às mudanças econômicas e sociais de uma nova ordem urbano-industrial em que as contestações ao *status quo* partiam da classe operária (FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A Fôrça Pública do Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III Brasil Republicano. v. II Sociedades e instituições – 1889 – 1930. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 237).

¹⁷³ BATTIBUGLI, Thaís. *Cultura Policial paulista e estado de direito* (1946-1964; 1985-2006). Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/22301>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

¹⁷⁴ FERNANDES, *op. cit.*, p. 251.

conflitos na primeira metade do séc. XX. O fato de seus integrantes estarem presentes nos dois lados conflituosos, dos levantes de 1922 e 1924¹⁷⁵, refletiu de forma negativa nos anos posteriores.

Em 1926, foi criada a Guarda Civil com comando independente da Força Pública, e o governo estadual passou a preocupar-se em diminuir o poder desta última reduzindo seus efetivos e armamentos¹⁷⁶. A Guarda Civil, concebida especificamente como uma polícia, tinha a função de policiamento da capital e fiscalização das “[...] solenidades e divertimentos públicos [...]”¹⁷⁷. Inspirada no mitificado modelo inglês¹⁷⁸, além do caráter civil dessa corporação, os policiais da “Farda Azul” recebiam instruções por meio da Escola de Polícia¹⁷⁹, sob os auspícios da Polícia Civil.

Atuando somente na capital, as atribuições legais da Guarda Civil não diferiam das funções da Força Pública, a não ser, pelo fato da segunda ocupar-se também do policiamento do interior. Nas percepções

¹⁷⁵ Na greve operária de 1917, parte significativa dos policiais da Força Pública recusou-se a agir contra os manifestantes. Como resultado desta “relutância” e, segundo Michael Hall, devido ao medo e preocupações com a expansão da atividade sindical, o governo do estado aumentou o salário da Força Pública, prometeu benefícios aos soldados, e aumentou o efetivo em 1000 policiais (HALL, Michael. O movimento operário de São Paulo – 1890-1954. In: PORTA, *op. cit.*, p. 278). Em 1922, a exemplo do que ocorria no Exército, já estava exposto o antagonismo entre os jovens e velhos oficiais (FERNANDES, *op. cit.*, p. 251). Em 1924 o Major Miguel Costa foi o grande articulador da ala revolucionária que ajudou a compor a coluna Prestes – Costa (QUEIROZ, *op. cit.*, p. 28-30). Ver: BORGES, Vavy Pacheco; COHEN, Ilka Stern. A cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932, In: PORTA, *op. cit.*, p. 291-339.

¹⁷⁶ ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.141, de 22 de Outubro de 1926.

¹⁷⁷ FERNANDES, *op. cit.*, p. 249.

¹⁷⁸ A polícia de Robert Peel passou a ser o modelo copiado pelos demais países europeus no decorrer do séc. XIX. Até mesmo na França foi criada uma polícia civil para patrulhar a capital Paris. Reiner enfatiza que nesse período houve reviravolta nas percepções sobre ordem e segurança, uma vez que a elite política pretendia limitar os riscos de enfrentamento com as camadas operárias urbanas através da sensibilização aos valores políticos e as novas disciplinas provenientes da modernização social. Além disso, nos meios judiciários e médicos, se desenvolveu a concepção preventiva ao comportamento criminal, que passou a ser a base conceitual do policiamento (REINER, Robert. A pesquisa policial no Reino Unido: uma análise crítica. In: TORNY, Michael; MORRIS, Norval (orgs). *Policiamento Moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 51; 53).

¹⁷⁹ A Escola de Polícia de São Paulo, sob os auspícios da Polícia Civil, teve seus ensinamentos reformulados a partir das concepções da criminologia durante a reforma do ensino técnico-policial realizada por Adhemar de Barros e em 1937 foi substituída pelo Instituto de Criminologia do Estado de São Paulo. Em 1942 voltou a denominar-se Escola de Polícia, mantendo a mesma estrutura até 1951, momento em que se consolidou como o principal centro de formação policial do país (SÃO PAULO. Decreto Estadual nº 12.497, de 7 de fevereiro de 1942. Art. 19. Acervo BMP/PMESP).

correntes, desde o início do séc. XX, como mostra Marcos Bretas, a polícia de caráter civil equivalia ao “soldado das Oropia” (soldados das europas) e a Fôrça Pública ao “cabra veio largado, o capoera de farda”¹⁸⁰. Bretas assinala que a Guarda Civil da capital federal fora organizada com o propósito de diminuir “[...] a hostilidade do público diante do patrulhamento uniformizado e oferecendo uma polícia de aparência melhor para o centro da cidade renovada [...]”, uma vez, que o modelo inglês “[...] **sugere** uma polícia sob maior controle dos cidadãos, preocupada principalmente com a segurança individual [...]”¹⁸¹ e menos com a proteção do Estado. Além disso, a estrutura da hierarquia na Guarda Civil, não postulante do militarismo, permitia que seus integrantes ascendessem desde o primeiro posto (estagiário) até o cargo de inspetor chefe superintendente, passando por todos os cargos e funções.

A Fôrça Pública, após 1945, pleiteava maior espaço de atuação nas tarefas relativas ao policiamento judiciário, que eram de encargo da Polícia Civil, como a investigação e a instauração dos inquéritos policiais. Além disso, todos os integrantes da Fôrça Pública e da Guarda Civil eram considerados “agentes de execução”, e, portanto estavam legalmente, subordinados à Polícia Civil, posta como “autoridade policial”¹⁸². A não aceitação dessa subordinação, por parte, principalmente, da Fôrça Pública, era o motivo primeiro da rivalidade declarada entre essas corporações.

Além da função de polícia judiciária, a Polícia Civil tinha ampla atribuição administrativa¹⁸³. Essa corporação tentava conservar a preponderância sobre as demais polícias através da manutenção da autoridade policial máxima, do delegado de carreira, que legalmente, estava designado para coordenar a execução das tarefas policiais. Nesse contexto, a Polícia Civil ainda era responsável pelo chamado Serviço de

¹⁸⁰ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Cap. V.

¹⁸¹ Idem, passim, p. 39-49. Grifo meu.

¹⁸² SÃO PAULO. Decreto Lei n. 4405-A, de 17 de abril de 1928. Institui o Regulamento Policial. Nesta legislação eram consideradas autoridades policiais: o Secretario de Segurança Pública, os delegados de carreira, os inspetores de quarteirão, os subdelegados e os suplentes de delegado.

¹⁸³ A Polícia Civil era ainda responsável pelo emplantamento, vistoria e licenciamento de veículos; exames médicos de motoristas; controle de preços; expedição de passaportes; censura e expedição de alvarás para bailes e espetáculos circenses. PESTANA, op. cit., 223-229.

Proteção e Previdência (8ª Divisão Policial) de cunho assistencialista. No início dos anos 1950, era corrente a discussão sobre o desencargo da Polícia Civil, e das demais polícias, das tarefas ditas assistenciais. O que veio a se concretizar, parcialmente, em 1956, com a aglutinação de outros setores nessa mesma divisão policial e a consequente perda de verba orçamentária destinada à dita assistência¹⁸⁴.

Na Constituição Estadual de 1947¹⁸⁵, a Guarda Civil foi mantida como uma corporação independente da Força Pública. Essa constituição aumentou-lhe a abrangência de atuação levando-a para outras cidades do estado. O contingente da Guarda Noturna, de caráter particular, no ano de 1954, foi incorporado à Guarda Civil. Em 1956, desagradando a Força Pública, o governador Jânio Quadros dividiu a cidade de São Paulo em áreas de abrangência específicas (anexo A), as quais os policiais satirizavam, chamando de paralelo 38¹⁸⁶. Com essa divisão, a Guarda Civil deveria policiar a maior parte da área central, as áreas mais populosas e as consideradas mais nobres¹⁸⁷, como cabia à polícia percebida como mais urbana. Percepção presente nas lembranças de policiais da Guarda:

[...] Eram formações completamente diferentes na Guarda Civil e na Força Pública. [...] Hoje se fala muito em policiamento comunitário. Eu entendo que naquela época o guarda civil já fazia policiamento comunitário. O relacionamento do guarda com a comunidade com sociedade era impressionante de próximo. Então você pegava, por exemplo, guardas que trabalhavam em escola, eram guardas fixos em escolas e o sistema funcionava perfeitamente, muito interessante. Então, era comum, a criança fazia aniversário e

¹⁸⁴ Nessa mesma divisão policial foram aglutinados os setores: Escola de Polícia; Serviço de Identificação e o Serviço Médico Legal (BATTIBUGLI, op. cit., p. 46).

¹⁸⁵ SAO PAULO. Constituição Estadual de 09 de julho de 1947. Art. 150.

¹⁸⁶ Segundo Cel. Geraldo, essa sátira fazia referência a linha imaginária que dividia as Coréias em 1948 (GOMES, Geraldo de Menezes. São Paulo: 17 maio 2011. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. MP3 – 40 min. Coronel da Reserva Remunerada da PMESP. Ex-integrante da extinta Força Pública).

¹⁸⁷ Na área central a Guarda Civil patrulhava: Sé, Santa Ifigênia, Brás, Consolação, Liberdade, Cambucí. E ainda os bairros: Lapa, Santo Amaro, Butantã, Saúde, Jardim Paulista, Ipiranga e Mooca (PESTANA, op. cit., 101).

fazia questão que o guarda fosse ao aniversário dele.¹⁸⁸

O saudosismo com relação à extinta Guarda Civil e a necessidade de demarcar a diferenciação em relação à Fôrça Pública, está presente nas falas de todos os/as policiais entrevistados/as. As possíveis diferenças entre essas corporações, no trato com a população, são representativas do olhar dual que o Estado lançava sobre os segmentos e espaços urbanos. Sob essa perspectiva, longe de se contraporem, essas polícias se complementavam no aparato da segurança, sentimento que não era compartilhado pelos seus integrantes.

Além disso, as polícias paulistas estavam inseridas no jogo político polarizado entre o Adhemarismo e o Janismo¹⁸⁹, característica do período 1947-1964. As acusações de corrupção, contra o governo de Adhemar de Barros, abarcavam principalmente sua nebulosa ligação com a Fôrça Pública e as famosas verbas secretas¹⁹⁰. A partir de 1955, a administração de Jânio Quadros passou a investir maciçamente na Guarda Civil. Segundo Battibugli, Quadros investiu na Guarda Civil 47% a mais que seu sucessor, Nogueira Garcez, e 85% a mais que Adhemar de Barros. Com relação à Fôrça Pública, a redução foi de 10%, e, referente à Polícia Civil, 9%¹⁹¹. Sob os auspícios de Jânio, a ação da Fôrça Pública foi limitada ao entorno de seus quartéis e a áreas menos desenvolvidas da cidade de São Paulo.

Contrapondo-se aos pressupostos cristalizados na formação dos policiais sobre o “feminino”, elaborados por juristas e criminologistas dos anos 1930/1940, e partindo do viés maternalista, a criação do policiamento feminino ganhou vazão frente aos anseios de desmilitarização das polícias. Se por um lado, a presença de um feminino nas polícias convinha aos defensores do policiamento civil, por outro, a defesa da assistência como prática policial se encontrava na contramão do processo da especialização profissional voltada ao combate à criminalidade.

¹⁸⁸ SANTOS, Álvaro Guimarães, Coronel da Reserva Remunerada da PMSP e ex-diretor da Biblioteca e Museu da Polícia. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. MP3 – 32 min. São Paulo: 23 mar. 2010.

¹⁸⁹ WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. *As origens do Janismo: São Paulo. 1948-1953*. 1992. 194f. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP. São Paulo, 1992.

¹⁹⁰ Ver: COTTA, op. cit..

¹⁹¹ BATTIBUGLI, *Democracia e segurança...*, op. cit., p. 124.

Entretanto, sob a concepção de um Estado benemerente, propugnado pela própria criminologia, auxílio e controle eram lados de uma mesma moeda, e a ideia de amparo policial às crianças, idosos e mulheres era adaptada à polícia das mulheres - a Polícia Feminina. Quarenta e dois dias após sua posse como governador do estado, Jânio Quadros promulgou o Decreto Lei, que instituiu na Guarda Civil, o “Corpo de Policiamento Especial Feminino”. O projeto da Polícia Feminina oportunizava o paulatino desencargo da polícia judiciária das tarefas consideradas menos nobres e/ou viris da assistência, ao mesmo tempo em que propugnava a superioridade de um policiamento do tipo civil à cidade de São Paulo.

A partir do natal de 1955, a presença de mulheres policiais na cidade de São Paulo dava ensejo a leituras romantizadas de um espaço posto como de violência, sofrimento, misérias e dores, o espaço urbano:

SURGEM AS FADAS. [...] como que milagrosamente, o ambiente negro e triste da Central de Polícia sofreu radical modificação [...] Foi um toque maravilhoso. Como fadas, treinadas para vencerem à força da meiguice, da feminilidade, as policiais femininas, no seu garboso uniforme azul, com o seu quepe, sempre bem posto na cabeça [...] iluminando os corredores, antes tétricos e escuros, com sua graça e os seus encantos de mulher.¹⁹²

Enfim, a polícia e a rua perdiam um pouco da áurea viril, ao mesmo tempo em que adquiriam contornos tão diáfanos quanto essas fadas bandeirantes¹⁹³.

¹⁹² Surgem as fadas. *Jornal Gazeta*. 24 de dezembro de 1955.

¹⁹³ O mito do bandeirantismo foi um dos grandes motes do IV Centenário Paulista de 1954, momento em que as palavras paulista e bandeirante estão definitivamente associadas (SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, op. cit., p. 585).

III. AS POLICIAIS NAS RUAS PAULISTANAS – (1955/1964): “ANJO AZUL” OU “SELVAGEM FERA”?

Uma família de retirantes desembarca na plataforma da estação. Pai, mãe e filhos olham em torno. A multidão se entrecruza indiferente. O sonho da Canaã sulina começa a desfazer-se ante a realidade hostil. Mudos e aparência apática, vão saindo com suas trouxas, umas poucas esperanças e muita desilusão. Na rua, buzinas estridentes, barulho infernal de bondes, gritaria, corre-corre e a mesma indiferença brutal. A agitação da metrópole agita a alma sertaneja, desperta a vontade de luta oculta sob a modorra aparente. Mas o que fazer? Para onde ir? Não lhes ocorre resposta. Anoitece e a família trata-se de acomodar-se na calçada. É então que aparece um afigura inesperada: uma moça vestida de azul.¹

No período inicial das atividades do policiamento feminino, em diversos textos e reportagens, o trabalho das policiais femininas passou a ser enaltecido frente à figura do “retirante”. Este último, presença recorrente nos debates, sobre a configuração do espaço urbano paulista no período.

Em busca desse anjo de azul², neste capítulo, são discutidos os conflitos e as acomodações, entre o discurso formador da policial feminina e o cotidiano da atividade policial, vivida nas ruas e em algumas estações de trens, da cidade de São Paulo. Para tanto, num primeiro momento, são analisados os lugares definidos para a atuação das policiais femininas, através das imagens fotográficas produzidas nesses espaços.

A seguir, por meio dos mapas estatísticos de ocorrências, são discutidos os números produzidos sobre a atividade cotidiana dessas mulheres. Na sequência, a fim de esboçar o cotidiano vivenciado pelas policiais, nos primeiros seis meses de trabalho, são enfocadas as

¹Polícia Feminina – O que é e o que não é? *Revista Militia*, nº 87, ano XIII, Agosto/1960 – p. 48. Acervo BMP/PMESP.

² Os anjos também são policiais. *Revista Alterosa*, Jan. 1961. s/p. Pasta 073/1958 - Divulgação Programas de Rádio Televisão e Cinema.

narrativas construídas nos relatórios diários. Esses relatórios expõem de forma sub-reptícia, estratégias de sobrevivência de segmentos da população e revelam brechas de ação e resistência frente à ação policial, e usos sociais específicos que os grupos empobrecidos faziam das polícias. Por fim, são analisados os olhares da corporação, da população e da imprensa que incidiram sobre as policiais femininas, exercendo um rígido controle moral sobre elas.

3.1 Os lugares do policiamento feminino

[...] as policiais femininas levaram maior espírito de humanidade à Central de Polícia – já que não são tão tetricos os corredores do casarão histórico – Meiguice, feminilidade e educação dominando o ambiente. [...] Uma árvore de Natal e uma oração: “Senhor, fazei de mim um instrumento da tua paz!”³

Na edição da *Gazeta do Povo*, de 24 de dezembro de 1958, consta uma fotografia que foca o dístico da Polícia Feminina, sob uma árvore de natal montada na Central de Polícia. Esse dístico se encontra ladeado por “[...] quepis [sic] graciosos, símbolos da ordem e bondade [...]”⁴, da Polícia Feminina e pela famosa oração da paz, de São Francisco de Assis.

Troféus em exibição, pedras e papelotes de entorpecentes e munições de diferentes calibres, cotidianamente, desenham o nome das corporações policiais, em aparições na mídia televisiva e impressa. A autorrepresentação propagandeada pelas diversas corporações policiais, pautada em exibições de força e subjugação daqueles julgados “fora da lei”, contrasta sobremaneira, com as imagens relativas à Polícia Feminina de São Paulo, na década de 50. Ao invés de projéteis e narcóticos, as policiais femininas estavam representadas a partir de orações e símbolos natalinos.

³Surgem as fadas. *Gazeta*. 24 de dezembro de 1958. s/p. Pasta 073/58 – Divulgação Programas de Rádio, Televisão e Cinema. Acervo BMP/PMESP.

⁴ Idem.

Nos relatos dessa reportagem, a presença humanizadora das mulheres é exaltada frente ao mundo policial, mundo feito de:

[...] sangue e lamentos, morte e dor sempre foram as constantes enchendo de sombras os lúgubres corredores [...]. Lugar onde trabalhavam quase que exclusivamente homens, a vida na Central de Polícia era geralmente muito dura, muito áspera, com violências revoltantes, gritos, insultos, palavrões desnecessários, tudo muito chocante para os mais sensíveis. [...] Os policiais controlam seus arroubos de violência. Os presos já não são levados aos safanões para os xadrezes e nem os ébrios são vítimas da chacota de todos. É que lá estão as policiais femininas com sua presença de fadas benfazejas, impedindo que tal aconteça.⁵

A reportagem atribuía às policiais uma de capacidade civilizatória, uma vez, que as mulheres estão postas como contentoras das “pulsões masculinas”, seus “arroubos de violência”, gritos, insultos e palavrões. O comedimento e a exigência das boas maneiras dos homens, perante a presença de mulheres, apontados por Norbert Elias, denota a ideia de que na presença de um feminino, o áspero mundo dos homens, da dor e da violência, ficasse em suspenso⁶. O feminino, nesse sentido, se configura como uma idealização de um mundo civilizado, superior e pleno, em sua capacidade fugidia.

Mesmo que a Central de Polícia fosse um lugar de trabalho de homens, diuturnamente, muitas mulheres por aí circulavam, como vítimas, testemunhas, queixosas, contraventoras ou criminosas⁷. Entretanto, as cenas descritas na reportagem, de uma possível suspensão

⁵ Ibidem.

⁶ Norbert Elias analisa o papel civilizatório das castelãs para o processo civilizatório nas grandes cortes europeias, a partir do século XII, ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

⁷ O plantão da Polícia Central funcionava no pátio do Colégio, na Sé, e correspondia a um serviço subordinado ao Delegado Auxiliar da 1ª Divisão Policial. Funcionando ininterruptamente o plantão da central contava com um delegado de plantão; escrivães; investigadores; controladores de rádio patrulha; subdelegados, estagiários, motoristas e carcereiros, além de guarda da Força Pública (PESTANA, José César. *Manual de Organização Policial do Estado de São Paulo*. Coletânea Acácio Nogueira. v. 5. São Paulo: T. D. I., 1955. p. 118).

dos gritos, safanões e palavrões se dava, não devido à presença de mulheres em si, mas, perante a presença de um feminino modelar, que agregava na sua imagem todo o ordenamento social.

Além disso, a marcação indelével da presença das policiais, na Central de Polícia, perante o contingente de homens policiais, baseava-se na repetição de rituais domésticos e religiosos. As policiais se apresentavam e se representavam como gestoras das atividades de recepção e acolhida⁸. No entanto, essa imagem de compreensão, paz, amor e bondade de policiais “sem revólver nem ‘casse-tête’”⁹, presente nos discursos fundadores, e, vaticinada em muitos periódicos, passaria a sofrer um revés.

O trabalho policial desse exíguo grupo começou na noite de sua apresentação à população paulistana, em 24 de dezembro de 1955. Os primeiros relatórios de serviço registram a assistência prestada a mulheres e crianças, durante os festejos da véspera de natal, de 1955. Três crianças, ditos menores perdidos, foram entregues às mães; uma gestante “acometida de mal súbito”; uma senhora desmaiada em meio à multidão; encaminhamento de uma senhora com “ataque e alcoolizada”; ou ainda, o acompanhamento de uma mulher, detida pela Fôrça Pública, ferida “na testa e no rosto”, até o pronto socorro¹⁰. Desde o primeiro dia de trabalho, as policiais passaram a interagir com essas personagens, oficialmente designadas sob sua alçada.

Consta em alguns relatos a presença de homens policiais nas proximidades dos locais de trabalho designados às mulheres, nos primeiros meses de suas atividades. A Cel. Yara, divertidamente, relembra sua primeira ocorrência, em que seu marido, na época namorado e guarda civil, em horário de folga, estava “[...] por perto por

⁸ Segundo Pierre Bourdieu: “[...] direcionadas à gestão do capital simbólico das famílias, as mulheres são logicamente levadas a transportar este papel para dentro da empresa, onde se lhes pede quase sempre para coordenar as atividades de apresentação e de representação, de recepção e de acolhida [...], e também a gestão dos grandes rituais burocráticos que, tais como os rituais domésticos, contribuem para a manutenção e o aumento do capital social de relações e do capital simbólico da empresa [...]”. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 119.

⁹ Sem revólver nem “casse-tête” elas ajudam a policial S. Paulo. *Diário da Noite*, 20 abr. 1956. p. 1. Pasta 073/58 - Divulgação Programas de Rádio, Televisão e Cinema Pasta. Acervo BMP/PMESP.

¹⁰ Livro Geral nº 1. Polícia Feminina. Relatórios Diários de Ocorrências - Postos “1, 2 e 3”. Início em: 24 de dezembro de 1955. Término em: 16 de junho de 1956. Ocorrência nº 424, de 29/02/1956, Aeroporto de Congonhas. Acervo BMP/PMESP.

acaso [...]”¹¹, e a ajudou no atendimento de uma mulher que havia desmaiado. Nos primeiros dias de trabalho, além da presença masculina, de alguém da família, seguindo a ronda das policiais, guardas civis à paisana, acompanhavam-nas a distância. Sem alarde, o acompanhamento velado às atividades das policiais revela o temor inicial da corporação perante a reação da população com a presença física das policiais.



Figura 26: s/l (Yara Duarte à direita, 1955-1956).
Acervo pessoal: Cel. Yara Duarte Fukcs.

Descendo a ladeira, em passos ordenados, como se estivessem em marcha, com as luvas ordenadamente seguras, a dupla das “meninas de

¹¹FUCKS, Yara Duarte. Cel. RR PMESP. Entrevista concedida à Rosemeri Moreira. MP3 – 45 min. São Paulo: 28 jul. 2009.

azul”, ou ainda, “Martha e Maria”¹², deixavam atrás de si o burburinho, de quem saiu à rua para vê-las (figura 26). As lembranças de policial da reserva, Dayse Seyssel Piro Barreto, parecem descrever a expressão das policiais da Figura 26, “[...] atitude serena, porém ativa e resoluta [...]”¹³, segundo ela, uma postura sob orientação explícita da Cmt. Hilda Macedo. O patrulhamento a pé das policiais era feito ocasionalmente, nas ruas, aos arredores das estações ferroviárias, onde cumpriam a escala de serviço.

Em busca de máxima visibilidade, os postos de trabalho e a escala de serviço das policiais eram divulgados nos periódicos locais¹⁴. A definição dos primeiros postos da Polícia Feminina, na Estação da Luz e na Estação Júlio Prestes, muito além, da exaustivamente anunciada aproximação com a tríade mulheres, idosos e crianças, ia ao encontro da figura do migrante, problematizada na cidade de São Paulo, desde meados dos anos 1940. Migrante, identificado principalmente como nordestino¹⁵.

Além da presença nesses lugares reveladores, de uma cidade múltipla na sua diferença, gradativamente, as policiais passaram a cumprir serviço acompanhando o plantão da Delegacia Central, e no Aeroporto de Congonhas, a partir do mês de fevereiro de 1956¹⁶. Até o golpe militar de 1964, doze postos de policiamento estavam a cargo das policiais na cidade de São Paulo¹⁷.

¹² BARRETO, Dayse Seyssel Piro. São Paulo década de 50: as meninas de azul. Disponível em <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=181>. Acesso em: 20 mar. 2008. O projeto São Paulo Minha Cidade foi organizado pela Prefeitura de São Paulo tendo por objetivo a exposição de relatos e fotografias dos moradores da cidade.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Secretaria de Segurança Pública. Comunicado nº 09, de 26 de março de 1956. Do Chefe do Setor de Relações Públicas – João Amoroso Neto – ao Redator-chefe: “[...] seria de toda conveniência que o mesmo desse à divulgação, a escala extraordinária de serviço a que obedecerão as componentes da Polícia Feminina de São Paulo [...]”. Pasta 073/58 - Divulgação Programas de Rádio, Televisão e Cinema Pasta. Acervo BMP/PMESP.

¹⁵ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001.

¹⁶ Mais especificamente a partir de 23 de fevereiro de 1956 (Livro Geral nº 1, op. cit.).

¹⁷ No decorrer de 1956, além do trabalho nas escalas extras, foram criados oito postos fixos do policiamento feminino: na sede; nas estações de Trem da Luz, Júlio Prestes e Roosevelt; Central de Polícia; Juizado de Menores; Aeroporto de Congonhas, e um posto na Zona Leste da cidade. Em 1957, foram acrescentados postos na Zona Sul, Zona Oeste e no Hospital das Clínicas. Em 1958 foram criados postos na Zona Norte e as policiais passaram a cumprir plantão na 8ª D. P. .

As estações ferroviárias paulistanas se apresentavam não como espaços representativos da cidade, mas como lugares reveladores da multiplicidade das diferenças. Locais em que a presença de uma multiplicidade de pessoas se configurava como contrassenso às idealizações do espaço urbano e às concepções sobre trabalho, sociedade e família, que atravessavam a ação policial. São lugares heterotópicos, uma vez, que carregam a justaposição de versões múltiplas e incompatíveis da cidade¹⁸. Espaços em que se chocam e, ao mesmo tempo, convivem a escassez e a abundância. Lugares em que a idealização do espaço público está sobreposta às suas transgressões. Lugares de chegar e partir, ordenados enquanto fluxo, enquanto circulação, e onde o ato de ficar era motivo de suspeição. As estações de trens são lugares centrais da ideia de movimento e velocidade, associados à cidade como um todo, e exemplos da conversão, apontada por Maria Celia Paoli e Adriano Duarte, do espaço público em pano de fundo, em paisagem, no decorrer da primeira metade do século XX¹⁹.

A Estação da Luz, situada na zona central da cidade, num dos bairros mais antigos de São Paulo, era responsável pela ligação entre o noroeste e o sudoeste do estado, de Jundiaí a Santos, passando pela capital²⁰. Reinaugurada no início do séc. XX, a segunda Estação da Luz representou a substituição da cidade de taipa, pela cidade de ferro como utopia da modernidade e do progresso, que veio para São Paulo através do oceano atlântico²¹. A Estação Júlio Prestes faz ligação entre a capital

¹⁸ FOUCAULT, Michel. Michel Foucault. *Des espacesautres. Hétérotopies*. Disponível em: <<http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>> Acesso em: jan. 2010. Ver: ECHETO, Victor Silva; SARTORI, Rodrigo Browne. Las ciudades invisibles: heterotopías nômadas y postpatriarcado. *Revista Estudos Feministas*. v. 17, n. 2, maio-agosto 2009. p. 335-348.

¹⁹ PAOLI, Mª Celia; DUARTE, Adriano. São Paulo no plural: espaço público e rede de sociabilidades. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*. A cidade na primeira metade do século XX. v. 3. São Paulo: Paz e Terra. p. 73.

²⁰ Construída em 1867 pela Estrada de Ferro Inglesa, *The São Paulo Railway*, a primeira Estação da Luz era responsável pelo escoamento da produção cafeeira. Segundo Candido Campos, a reinauguração da “[...] magnífica Estação da Luz, inaugurada em 1901, foi resultado exemplar da renegociação do contrato de concessão com a *São Paulo Railway Company*” (CAMPOS, Candido Malta. Trezentos anos em trinta: a remodelação de São Paulo sob a Primeira República. In: CAMPOS; Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETTA, Vladimir (Orgs.). *São Paulo metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004. p. 77).

²¹ Primeiro do gênero na América Latina, segundo Cacilda Costa, de Londres vieram “[...] desde as plantas até as estruturas de ferro e aço para as pontes e arcos da gare, os tijolos

e a cidade de Sorocaba e era, no período, um importante ponto de junção com o oeste paulista. Popularmente conhecida como Sorocabana, a Estação Júlio Prestes, fica a cerca de um quilometro da Estação da Luz, facilitando o embarque de pessoas e mercadorias para o interior do estado²².



Figura 27: Policiamento na área interna da Estação da Luz (Ala oeste - 1956).

Acervo: BMP/PMESP – Pasta 051/Gav. 06.

vermelhos, o madeiramento e até os parafusos, sendo na realidade um edifício europeu transportado pelo Brasil.” (COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a Técnica. A arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 103).

²² A implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em 1867; da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em 1870; da Estrada de Ferro Sorocabana e a instalação da Estrada de Ferro Mogiana em 1872, segundo M^a Adélia Souza, reforçaram “[...] a função de centro receptor de riqueza e irradiador de informações e de serviços sempre desempenhado por São Paulo (SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da metrópole contemporânea*. In: PORTA, op. cit., p. 525). Em termos arquitetônicos, segundo Beatriz Kuhl, a Estação Júlio Prestes, representando uma composição de alvenaria e metal, marca o fim da arquitetura de ferro no Estado (KUHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial; Fapesp; Secretaria da Cultura, 1998. p. 126).



Figura 28: S/legenda (Estação da Luz - 1956).
Acervo: BMP/PMESP – Álbum 053/Gav. 06.

Os ornamentos de ferro, a gare, o passadiço, a vasta galeria envidraçada, e a balaustrada que protege a frenética multidão no andar superior, são reavivados como fragmentos de um mundo de sonho²³, junto à dupla de policiais em patrulhamento, na plataforma (figura 27). Sonho de modernidade, tal qual há meio século, o conjunto arquitetônico e a figura das policiais são símbolos tangíveis, que repetem os anseios de “[...] integração com o mundo civilizado [...]”²⁴. No entanto, ao contrário do início do século, em que os sonhos se projetavam na idealização de um futuro de ferro e aço, essas imagens (figura 27 e 28) são idealizadoras de um futuro repousado no retorno a um feminino, em que a modernidade das polícias se confirma, por meio da conservação de um estereótipo pautado pelo maternalismo.

²³ Segundo Cacilda Costa os componentes da Estação da Luz “[...] vieram como resíduos de um mundo de sonho [...]” (COSTA, op. cit., p. 16). Importante lembrar que em novembro de 1946, dois dias antes da absorção da São Paulo Railway pelo governo federal, a Estação da Luz sofreu um incêndio de grandes proporções sendo destruída parcialmente.

²⁴ Idem, p. 101.

A figura estática da policial (figura 28) contrasta com a espera dinâmica da multidão. Com o olhar voltado aos trilhos, a policial parece fazer parte da estrutura física da estação, dando as costas à população e à curiosidade suscitada. Propositalmente afastada dos demais, circunscrita pela sintaxe corporal e pelo uniforme, a figura da policial em isolamento será uma constante nas fotografias em que elas aparecem em patrulhamento (figura 27 e 28). O rompimento desse estudado distanciamento ocorre, nas imagens fotográficas, na aproximação focada, principalmente, na figura da infância e na categoria do migrante.

A exemplo das figuras 29 a 31, diversas imagens do acervo fotográfico da BMP (anexo G) exaltam as policiais orientando as crianças, mesmo no período posterior a 1964. Sempre com o olhar adiante ou aos céus, com suave apoio traduzido no toque dos ombros infantis e na expressão afável e sorridente, a policial aponta a correta direção às crianças.



Figura 29: S/legenda (Estação da Luz – 1956).
Acervo: BMP/PMESP – Álbum 053/Gav. 06.



Figuras 30 e 31: S/legenda (1957).

Acervo: BMP/PMESP – Pasta 062/Gav. 06.

Nessas fotos posadas, muito além de uma orientação espacial, o que está sendo propagado é um olhar direcionador de futuro. Maltrapilha às portas da estação ferroviária, que se abrem à vastidão e às contradições da cidade (figura 29), ou cordato em espera sobre as malas da família viajante (figura 31), ou ainda, compartilhando alegremente a mesma visão – ou status social - (figura 30), as crianças como objetos da ação das policiais agregam simultaneamente a ideia de futuro e o seu temor.

A legitimidade do policiamento feminino, baseada na maternagem e constantemente exaltada, vai ao encontro dos pressupostos assistencialistas com relação aos “menores”. Como apontado anteriormente, a figura do menor construída nos meios jurídicos e criminológicos, além de sua existência social, é resultante da percepção das elites sobre a presença de crianças e jovens nas ruas das cidades, sendo alvo privilegiado de intervenção e regulamentação²⁵.

²⁵ Ver: MARIANO, Hélio. *A Assistência à Infância e o Amparo à Maternidade no Brasil entre o público e o particular: 1927-1940*. 127f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. 2007.

Mesmo que o termo menor seja utilizado pelas policiais indiscriminadamente, na referência às crianças e jovens em geral, cabe lembrar, à crítica de Boris Fausto, que “[...] a menoridade na sua dimensão ligada a esfera de trabalho ou a pedagogia terapêutica é um conceito aplicável à gente pobre”²⁶. A abordagem pedagógica das policiais sobre as crianças pobres reproduz essa concepção.

Além do uso de imagens da infância, pautado no auxílio e orientação aos menores, a figura do migrante pobre, como objeto de amparo, foi utilizada até o momento da unificação das polícias em 1970. Nas fotografias, as policiais reiteram o papel maternal frente aos migrantes.

A busca pelo conhecimento institucional sobre a população paulistana pobre, conforme assinalam Paoli e Duarte²⁷, levada a cabo desde 1943 por assistentes sociais da prefeitura, é repetida nas estações de trens, na década de 1950, pela ação das policiais. Como recepcionistas do mundo urbano, a abordagem inquisitiva das policiais, que recaía sobre os viajantes, e, principalmente, sobre os migrantes desprovidos materialmente, marca a ilusória pretensão, policial e política, de ordenar o caos citadino percebido, a partir do fluxo migratório e do crescimento urbano desordenado.

Em 1950, a população do município de São Paulo correspondia a 4, 2% da população do país²⁸. Intensificado, a partir dos anos 1930, o fluxo migratório interno é um dos traços característicos da década de 1950. Década marcada pela consolidação do processo de metropolização e extravasamento dos limites do município. No período de 1940 a 1960, segundo Marta Grostein, o trecho urbano oficial de São Paulo cresceu

²⁶FAUSTO, Bóris. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 80.

²⁷PAOLI, M^a Celia;DUARTE, Adriano. *São Paulo no plural*. . . , op. cit. , p. 63.

²⁸Em 1940, esse índice correspondia a 3, 2%. O saldo migratório interno para o Estado de São Paulo nos período 1935-1945 foi de 401. 990 pessoas, a maior parte delas para a capital. (SILVA, Luis Octávio. Verticalização, expansionismo e grandes obras viárias: a modernização limitada. In: CAMPOS; GAMA, SACCHETTA, op. cit., p. 100). Maria Adélia de Souza apresenta os seguintes dados populacionais do município de São Paulo: 1944 – 1. 435. 700/h.; 1950 – 2. 213. 300/h.; 1960 – 3. 781. 446/h. (SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da metrópole contemporânea*. In: PORTA, op. cit., p. 520).

171%, ao passo que, as periferias cresceram 364%²⁹. Em fins de 1950 já se estimavam 141 favelas, somando 50 mil moradores³⁰.

O crescimento acelerado da cidade clandestina atemorizava a cidade oficial, onde a vinda de migrantes era percebida como agravante ou como causa da escassez dos recursos públicos da cidade. Segundo Paoli e Duarte, desde os anos 1940, na concepção dos assistentes sociais, os migrantes nordestinos representavam a imagem de inadaptação frente ao mundo urbano, os quais, considerados sob o ponto de vista higiênico “[...] enchem os hospitais ou ainda perambulam de cidade em cidade à procura de serviço ou vivendo de caridade publica”³¹.

A percepção da migração como problema urbano se dá a partir da mudança visível, nos anos 1950, na economia da cidade. Apesar da substancial expansão da indústria entre o período 1940-1950, Flávio Saes aponta que nos anos 1950, o sistema fabril do estado entrara em uma nova fase da industrialização, e as maiores escalas de produção exigiam a busca por espaços mais baratos, menos congestionados e mais amplos para os investimentos³². Dessa forma, mesmo não sendo novidade a presença de trabalhadores à margem do mercado de trabalho, para Saes, o que surpreendia, no período, era a dimensão dessa massa, vivendo em habitações precárias e sobrevivendo através de “bicos”³³.

Postadas nas estações de trem, as policiais representavam os anseios do poder público de contatar e de minimamente, conhecer o migrante, num empenho precavido em tomar ciência dos destinos e procedências dessa desconhecida população por meio dos

²⁹ Segundo Marta Grostein, devido à especulação imobiliária a metropolização foi construída através de grandes vazios urbanos (GROSTEIN, Marta Dora. *Periferias: loteamentos ilegais e formas de crescimento urbano*. In: CAMPOS; GAMA; SACCHETTA, op. cit. , p. 130).

³⁰ FELDMAN, Sarah. A configuração espacial da metrópole 1945-1960. In: CAMPOS; GAMA, SACCHETTA, op. cit., p. 127.

³¹ PRADO, Hailil Apud PAOLI, Mª Celia; DUARTE, Adriano. *São Paulo no plural*. . . , op. cit. , p. 74.

³² Nesse processo, além do ABC paulista, o interior do estado e ainda outros estados passaram a fazer concorrência com a cidade de São Paulo pela instalação dessas indústrias. Além desse processo de deslocamento físico das indústrias, segundo Saes, o uso de técnicas modernas que demandavam uma quantidade menor de mão de obra foi responsável pelo lento crescimento do emprego industrial, o qual não correspondeu ao fluxo migratório e ao crescimento vegetativo. SAES, Flávio. *São Paulo Republicana: vida econômica*. In: Porta, op. cit. , p. 257.

³³ Idem, p. 256.

procedimentos reguladores de assistência. Um esforço de dimensões bastante acanhadas, considerando o número exíguo das policiais e a incapacidade das instituições assistenciais, de prover o elevado número de pobres e indigentes.

Com relação aos migrantes e viajantes, as policiais representavam o auxílio e o controle, que eram oferecidos pelo Estado a alguns recém-chegados à capital paulista. Idosos e crianças recebem o toque das policiais como se fosse um afago, um apoio ou um exame (figuras 32, 36 e 37). Diferente das fotos posadas somente com as crianças, o olhar das policiais faz frente, não ao futuro que se avizinha, mas, ao presente de penúria estampado na face das pessoas.



Figura 32: S/legenda (1959).



Figura 33: Estação da Luz, 1956.

Acervo: BMP/PMESP – Álbum 053/Gav. 06



Figura 34: S/legenda (Estação da Luz, 1958).
Acervo: BMP/PMESP – Pasta 054/Gav. 06.



Figuras 35 e 36: S/legenda (Estação Júlio Prestes, 1956).
Acervo: Cel. RR PMESP Yara Duarte Fukcs.



Figura 37: S/legenda (Estação da Luz, 1957).
Acervo: BMP/PMESP – Álbum 053/Gav. 06.

Entre cueiros, sacos e mochilas, expandindo-se pelas arestas em busca de abrigo noturno ou diurno (figuras 32 a 34), a ocupação das estações ferroviárias pelas famílias ia de encontro aos anseios urbanísticos, da separação rigorosa entre público e privado, contradizendo os romantizados estereótipos sobre mulheres e crianças. São presenças reais, que se recostam e se espalham sobre o ricamente trabalhado revestimento europeu da Estação da Luz, expondo com suas bugigangas, quinquilharias e provisões, a incompatibilidade com o projeto de cidade e de família das elites urbanas.

Além do ato de curvar-se para chegar até o outro (figuras 32 a 34), a postura corporal das policiais e também de seus interlocutores estão pautadas pelo signo da autoridade e da subordinação. As policiais

se curvam com a altivez conferida àqueles que auxiliam e/ou vigiam. A postura corporal dos viajantes (figuras 34 a 36) denota a gramática de um ordenamento social, em que o uso do uniforme confirma o poder de mando ao seu detentor/a.

Na fotografia, com esmero posta entre cantoneiras (figura 35), a postura do homem idoso, mãos juntas, frente ao corpo e olhar ao chão, condensa a necessidade da população desprovida, em se submeter ao mando da autoridade instituída, a fim de obter alguns parcos benefícios assistenciais, como a alimentação e um local para pernoite. O poder discricionário da polícia e das/dos policiais, de classificar as mais diversas situações encontradas no trabalho cotidiano como crime, contravenção ou auxílio, a despeito dos textos legais, é responsável pelo desenvolvimento de códigos específicos embutidos nos gestuais, falas e posturas dos estratos sociais empobrecidos.

Como “propriedades da polícia”³⁴, os grupos sociais mais desfavorecidos sabiamente apreendem a adotar uma postura de respeito e humildade perante a autoridade policial, a fim de obterem uma avaliação favorável de suas condutas, as quais, podem variar entre criminoso, contraventor, vítima, testemunha ou “necessitado”. No caso dos auxílios prestados por encaminhamento médico-hospitalar, empregatício ou ainda, pela concessão de passes (passagens gratuitas para outras cidades ou estados), não bastava aos pedintes serem desprovidos materialmente. Era necessário se colocar em posição de inferioridade social e de subordinação à autoridade para merecer o auxílio institucional. A assistência era dada e recebida, não como um direito, mas como um favor³⁵.

Raras exceções nas imagens fotográficas, algumas fisionomias expressam melindre ou desagrado com a interferência inquisitiva das policiais (figuras 33 e 34). O propagado amparo policial, nem sempre bem-vindo ou requerido, se conjugava a estratégias de verificação e de controle da população, sendo intrínsecas ao trabalho das polícias em

³⁴Termo usado por Robert Reiner para enfatizar o abandono e empobrecimento de segmentos da população (REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004).

³⁵Marcos Bretas discute como a condição social dos envolvidos influencia a classificação das pessoas nos relatos policiais em vítimas, criminosos, infratores, etc., e discute a postura das classes populares necessária à obtenção das graças das autoridades (BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 17; 132).

geral. Sobre o Rio de Janeiro, Marcos Bretas enfatiza que a ação paternalista dos policiais cariocas sobre as mulheres, no início do século XX, frequentemente não solicitada, ocorria em “[...] circunstâncias que se faziam até difícil definir, se elas eram vítimas ou infratoras da moralidade pública”³⁶. Receber um tratamento, a princípio, afável e simpático por parte das policiais, não parece inibir a percepção que as pessoas pobres tinham, do temor e do desagrado a sua presença suscitava.



Figura 38: S/legenda (1956).

Acervo: BMP/PMESP – Pasta 062/Gav. 06.

³⁶Idem, p. 175.



Figura 39: Policiais Femininas na Estação da Luz - 1957.
Acervo: BMP/PMESP – Quadro em exposição no Museu.



Figura 40: S/legenda (Estação da Luz, 1956-57).
Acervo: BMP/PMESP – Pasta 054/Gav. 06.

Indesejáveis na cidade, as famílias migrantes são conduzidas ou escoltadas sob o cuidado materno-policial (figura 38 e 39). Essas fotos, publicadas e republicadas em alguns periódicos e revistas, tinham o intuito de enfatizar o tratamento exemplar dado pelas polícias à população carente. No entanto, não deixam de suscitar, ao olhar contemporâneo, a ideia de expulsão e afugentamento dos pobres, por meio do poder público da cidade. Conduzidas até os trens, mulheres e crianças são embarcadas até os primeiros degraus, já de um outro lugar (figura 38).

A imagem recorrente de amparo e de orientação das policiais, focada nas mulheres e crianças fazia com que os homens raramente fizessem parte do enquadramento da objetiva (figura 39 e 40). Em raras fotografias, eles estão à frente da família, carregando suas posses (figura 39) ou, como pai/irmão entre as crianças sob o olhar vigilante da policial (figura 40). A ausência de uma figura adulta feminina, acompanhando as crianças, levanta suspeita frente à lógica do cuidado infantil a cargo das mulheres. Com exceção dos idosos, os homens de forma isolada não são apresentados como interlocutores da ação das policiais nas fontes fotográficas. A produção dessas imagens busca, principalmente, repetir os enunciados fundadores do policiamento feminino, uma vez, que a fotografia é pensada como testemunha da ação policial benemerente, para a qual foi idealizada.

3.2 Os números do cotidiano

Além das representações contidas nas imagens fotográficas, um esboço do cotidiano das policiais é possível de ser delineado, através da análise dos relatórios diários de ocorrências. A partir da leitura desses relatórios é possível perceber como as situações cotidianas foram classificadas pelas policiais, gerando os panos de fundo dos mapas estatísticos³⁷. Comparando ambos, é perceptível o fato de que várias circunstâncias atendidas pelas policiais são deixadas de lado, por não condizerem com o que era considerado papel da Polícia Feminina.

As estatísticas policiais se apresentam como um esforço do poder público, em retratar a criminalidade real, em busca de dados numéricos

³⁷Segundo Boris Fausto, as estatísticas criminais e os censos, foram desenvolvimentos a partir de 1892/1893 ligados ao intuito das elites em instituir uma ordem urbana (FAUSTO, op. cit., p. 11).

que espelhem uma realidade objetiva, mas apontam, principalmente, como o sistema policial e as elites percebem a criminalidade. De acordo com Fausto, os dados estatísticos refletem a preocupação das elites “[...] com relação a determinados comportamentos”³⁸, definidos ou não nos códigos. Os relatórios e os dados estatísticos, como Bretas afirma, exemplificam como os administradores policiais e as elites, que eles representam, percebiam a criminalidade e o comportamento das pessoas pobres, uma vez, que são “[...] as percepções que geram os registros e as estatísticas”³⁹, e não o oposto.

Nos mapas estatísticos produzidos pela Polícia Feminina no período de 1956 a 1964, a maior parte das ações das policiais está classificada como “encaminhamentos”. Essa classificação, marca característica da atuação das policiais femininas, condiz às justificativas simbólicas da possibilidade e da existência de um policiamento feito por mulheres, as quais encaminhavam as pessoas para instituições diversas. Mesmo quando os relatórios informam sobre a detenção de pessoas, a ação das policiais é descrita como sendo de auxílio ou acompanhamento à detenção feita por outrem: o soldado da Força Pública, o Guarda Civil ou ainda, “a pedido do delegado”⁴⁰.

Nos arquivos da biblioteca da PMESP, se encontra um mapa estatístico geral de ocorrências atendidas pelas policiais, no período de 1956 a 1964. A produção desse mapa estatístico geral, feito a pedido da Secretaria de Segurança Pública, vincula-se ao contexto político após o golpe militar, e, a decorrente preocupação de reorganização e controle das polícias estaduais pelas Forças Armadas, da qual, a Polícia Feminina não passou incólume.

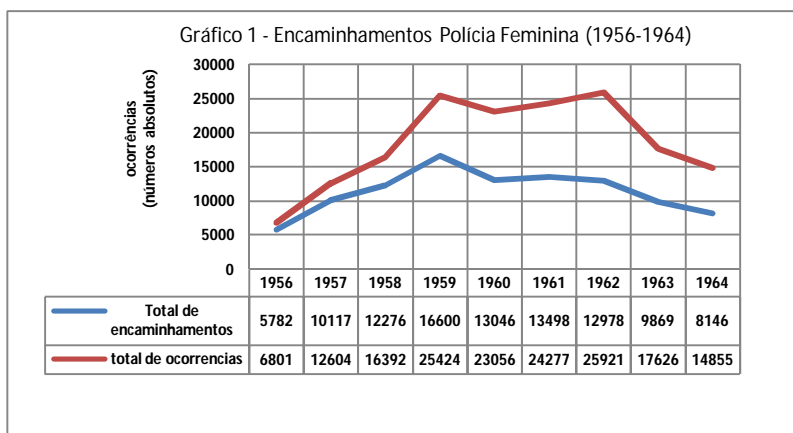
Entre janeiro de 1956 e dezembro de 1964, os ditos encaminhamentos perfazem, aproximadamente, a média de 61,2%, do

³⁸ Idem, p. 20. Sobre a criminalidade em São Paulo no início do séc. XX, Fausto demonstra como o aumento ou decréscimo de algumas contravenções indicam a variação das preocupações repressivas da elite, e não um aumento ou diminuição da criminalidade em si, uma vez que a criminalização, ou não, dos diversos comportamentos sociais faz parte de uma seleção.

³⁹ Sobre os números da “vadiagem” no Rio de Janeiro do início do século, o autor assinala, que o aumento desse índice, nas estatísticas policiais, refletiam o aumento do temor ao não-trabalho, ao invés do temor à vadiagem aumentar porque os índices cresceram (BRETAS, op. cit, p. 61).

⁴⁰ Livro Geral nº 1, op. cit.

total das ocorrências registradas nas estatísticas⁴¹. O mapa estatístico de ocorrências, relativo ao ano de 1956, aponta o valor aproximado de 85% de encaminhamentos. Número que foi, paulatinamente, decrescendo até chegar ao índice de 54,8%, em 1964. Esse decréscimo, mais do que traduzir a diminuição da demanda aos diversos serviços assistenciais do estado, indica a variação da necessidade de legitimação, da existência do policiamento feminino, posto em contextos diferentes (gráfico 1), assim como um esmaecimento dos pressupostos estatais, referente à assistência a cargo das polícias em geral.



Fonte: POLÍCIA FEMININA. Mapas Estatísticos 1956-1964 (anexo H1).

Ademais, o foco nos encaminhamentos também decorria das implicações legais, que poderiam sobrevir pela efetivação de detenções, realizadas pelas policiais, devido à inexistência, até 1959, de uma lei, que a elas atribuisse o chamado poder de polícia. Mesmo que, aos olhos da população, principalmente, dos pobres, o uso do uniforme fosse eficaz à delegação desse poder arbitrário.

Nos postos de serviço, principalmente nas estações de trem, a policial se configurava como ordenadora de uma primeira triagem entre os considerados doentes; ébrios/as; prostitutas; desempregados/os;

⁴¹ POLÍCIA FEMININA. Mapa Estatístico das Ocorrências – Jan/1956 a Dez/1964. Pasta Organização PFEM. Acervo BMP/PMESP. Ver: Tabela H1 - anexos. Os dados relativos ao mês de dezembro de 1955, não foram computados na elaboração dos gráficos anuais.

vadio/as; menores fugitivos ou abandonados; mendicantes; migrantes e delinquentes.

O cotidiano do policiamento feminino estava baseado no esforço em dar lógica ao caótico fluxo humano, próprio desses espaços de confluência. Focada principalmente, nas situações sem nenhum caráter legal, a policial classificava as diversas situações e “encaminhava” as pessoas para instituições, que teoricamente resolveriam a questão, o pedido ou a necessidade. Os encaminhamentos registrados correspondem à atuação das policiais como intermediadoras entre segmentos da população, que eram vistos ou que se postavam como necessitados, e as diversas instituições regulatórias da presença de sujeitos empobrecidos na cidade.

Entre instituições, departamentos e secretarias, os mapas estatísticos listam vinte espaços ou lugares possíveis de condução de pessoas. Desde ambulatórios, hospitais, departamento de Assistência Social do Estado, passando pelo Juizado de Menores e, principalmente, a 8ª Divisão Policial (8ª D. P. ou Serviço de Proteção e Previdência e Setor de Polícia Científica). As demandas diversas registradas pelas policiais, nos relatórios de ocorrências e posteriormente, nos mapas estatísticos, interpelavam essencialmente, por atendimento médico, emprego, passagens, pernoite e alimentação.

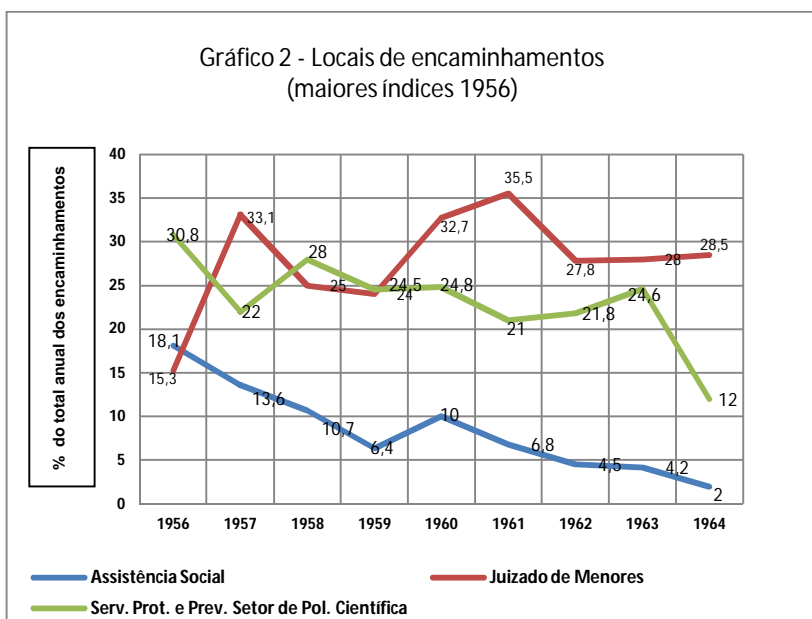
Além da diminuição do percentual dos registros de encaminhamento, nesse período, também é observado o decréscimo gradativo do número total de ocorrências registradas pela Polícia Feminina, a partir de 1959. O aumento registrado de 85%, nos casos atendidos pelas policiais entre 1956 e 1957, seguido de crescimento até o ano de 1959⁴², contribuem à legitimação do policiamento feminino ainda carente de dispositivos legais, perante a administração policial do estado.

É interessante observar, que a partir de 1959, com a promulgação da lei de criação da Polícia Feminina, mesmo com um número maior de policiais e de postos fixos, o número de ocorrências registradas apresenta acentuada queda, chegando a diminuir, aproximadamente, 32%, entre os anos de 1962/1963, e 15,7%, entre 1963/1964 (gráfico 1).

Dentre as ocorrências classificadas como encaminhamentos, os registros de condução até 8ª D. P., em 1956, estão em primeiro lugar e

⁴² Aumento de 30% entre 1957/1958, e 55% entre 1958-1959.

correspondem a 30,8%, do total dos encaminhamentos, como pode ser observado no gráfico 2. Respectivamente, em segundo e terceiro lugar, no mapa estatístico de 1956, estão os registros de encaminhamento ao Departamento de Assistência Social do Estado, com 18%, e ao Juizado de Menores, com 15,3%. No mapa estatístico de 1964, o direcionamento a 8ª D. P. foi reduzido a aproximadamente, 12% do total dos encaminhamentos; para o Departamento de Assistência Social, os dados caíram em 2%, enquanto que, a condução de menores para o Juizado subiu para 28,5%. A variação desses índices, no período 1956 a 1964, pode ser observada no gráfico 2:



Fonte: POLÍCIA FEMININA. Mapas Estatísticos 1956-1964 (anexo H2).

Com relação aos encaminhamentos a 8ª D. P. é necessário lembrar que essa divisão policial havia sido criada em 1947⁴³, para auxiliar na resolução da chamada “questão social”. Mesmo após a

⁴³ SÃO PAULO. Decreto Lei nº 17.029, de 06 de Março de 1947. A 8ª D. P. era composta por diversas delegacias atuando em todo o estado.

remodelação efetuada, em 1951, por Jânio Quadros (discutida no capítulo I), a 8ª D.P. ainda cumpria a função de abrigo noturno aos viajantes e pobres em geral, fornecendo além de alimentação, passagens gratuitas à população pobre para fora da cidade e do estado. Justificando a criação dessa delegacia, o delegado, diretor e professor da Escola de Polícia, José César Pestana afirmava:

À Polícia, dentre os órgãos governamentais, incumbe uma grande responsabilidade da assistência social aos desajustados, não só em razão do seu aparelhamento eficiente, como precipuamente, em virtude da sua função preventiva. Presentemente, a questão social preocupa, de modo sensível aos dirigentes do mundo. O grande líder das democracias, Harry Truman, afirmou: “O comunismo não pode ser detido pela força das armas. Uma de suas armas mais perigosas é a atração falsa que exerce sobre as pessoas que sofrem de fome, moléstias, pobreza e ignorância”. Atendendo a essas considerações, as organizações policiais modernas criaram órgãos especializados para atender a essas questões sociais e humanitárias, que interesam, de maneira inequívoca, à ordem e à segurança pública.⁴⁴

A ênfase referente à assistência aos pobres feita pela polícia ia de encontro ao processo de modernização do policiamento, que se pautava na busca da profissionalização e especialização das atividades policiais. No entanto, pautado pelas cores da Guerra Fria, os EUA buscavam exportar um modelo de polícia, por eles não adotado, que incentivava a permanência de atividades assistencialistas a cargo das polícias, como forma de ajudar na contenção ao comunismo, através de auxílios prestados à população carente. Contraditoriamente, esse modelo tentava agregar as concepções de assistência e modernização.

A 8ª D. P. era composta, até 1955, por diversas delegacias, as quais estavam divididas em sete setores: Serviço Médico Assistencial; Serviço de Investigações; Serviço de Recolhimento e Internação de

⁴⁴ PESTANA, op. cit., p. 224.

Dementes; Secção de Repressão à Mendicância; Secção de Expedição de Passes; Serviço de Recuperação Moral e Social e Setor de Xadrezes. O Serviço Médico Assistencial da 8ª D.P., por sua vez, estava subdividido em: Plantão Médico; Recolhimento de Retirantes e Deslocados; Laboratório de Análises Clínicas; Gabinete de Rádio-Diagnósticos; Subsistência e Higiene Corporal e Readaptação⁴⁵.

Como apontado no capítulo I, a partir de 1956, os setores da Escola de Polícia, do Serviço de Identificação e o Serviço Médico Legal, foram aglutinados na 8ª D. P., o que implicou na diminuição das verbas destinadas à assistência, a cargo da Polícia Civil. Além disso, o que mais diverge entre os dados de 1956 e 1964, com relação aos encaminhamentos, é o percentual dos registros para “Lugares Diversos” que, de menos de 1% em 1956, passaram ao primeiro lugar, representando 28,7% dos encaminhamentos, em 1964 (gráfico 3). Com a diminuição da capacidade e da função da 8ª D. P., em fornecer abrigo e alimentação para alguns pobres da cidade, os “lugares diversos” correspondem aos encaminhamentos feitos, principalmente, às instituições privadas de assistência.

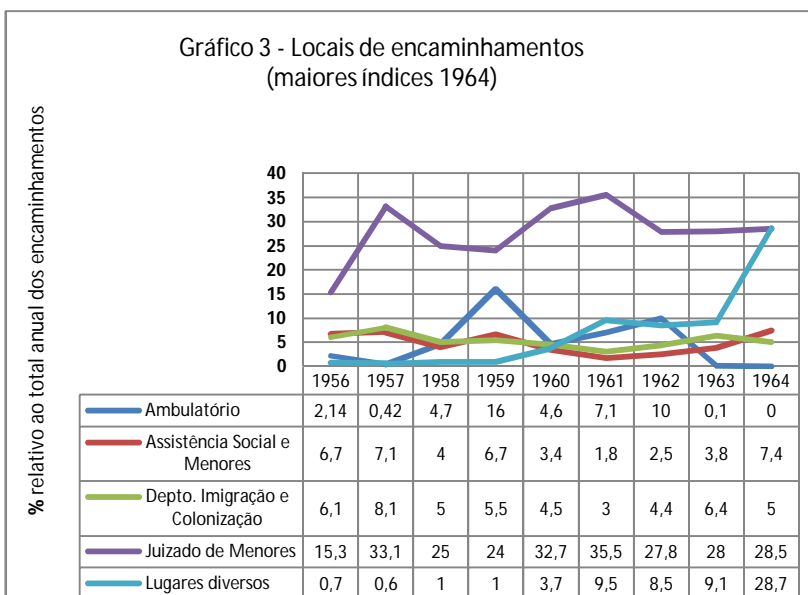
A atuação das policiais femininas, baseada na chamada assistência, ia de encontro à diminuição orçamentária dessa atribuição, por parte da polícia, no decorrer da década de 1950. A parca estratégia assistencialista, para “combater o comunismo”, parece não se mostrar eficiente após dez anos, da criação da 8ª D.P.. Na perspectiva de um paulatino abandono do assistencialismo, por parte das polícias, verificável também, no decréscimo de encaminhamentos à Assistência Social do Estado, os pobres e a pobreza parecem ser percebidos como já não sendo passíveis de controlar/ajudar.

O aumento do percentual dos encaminhamentos ao Juizado de Menores (gráficos 2 e 3) e a pequena variação no índice, relativo à assistência focada na infância e jovens (gráfico 3) mantida em 7,4%, em 1964, indicam uma tendência à manutenção desse grupo como interlocutores principais da ação das policiais. O Juizado de Menores se configura como uma instituição simultaneamente assistencial e criminal, assim como, o pensado campo de atuação da Polícia Feminina.

No decorrer do período, o gradual desacoplamento das funções de assistência da 8ª D.P., principalmente de pernoite e alimentação,

⁴⁵ Idem, p. 225-226.

corroborar com a ideia de afastamento da Polícia Civil, e, consequentemente, das policiais femininas e demais polícias das ações assistenciais focadas na categoria do migrante. No entanto, os dados referentes aos encaminhamentos ao Departamento de Imigração e Colonização, no período de 1956 a 1964, sofreram pequena variação de 6,1%, em 1956, para 5%, em 1964 (gráfico 3). Fora do âmbito policial, o auxílio com estadia e passagens aos migrantes continuou sendo fornecido àqueles, que aparentemente, aceitavam instalar-se no interior do estado.



Fonte: POLÍCIA FEMININA. Mapas Estatísticos 1956-1964 (anexo H2).

Além disso, os mapas estatísticos dos postos de serviço apontam para a diminuição do registro de atendimentos nas estações de trem, lugares por excelência do olhar focado no migrante, e para o aumento substancial no registro de ocorrências no posto da Central de Polícia (anexo H3). Ao que tudo indica, mesmo que as policiais continuassem presentes nas estações de trem, e a partir de 1962, também na estação rodoviária, a imagem do migrante, paulatinamente, deixou de ser focada.

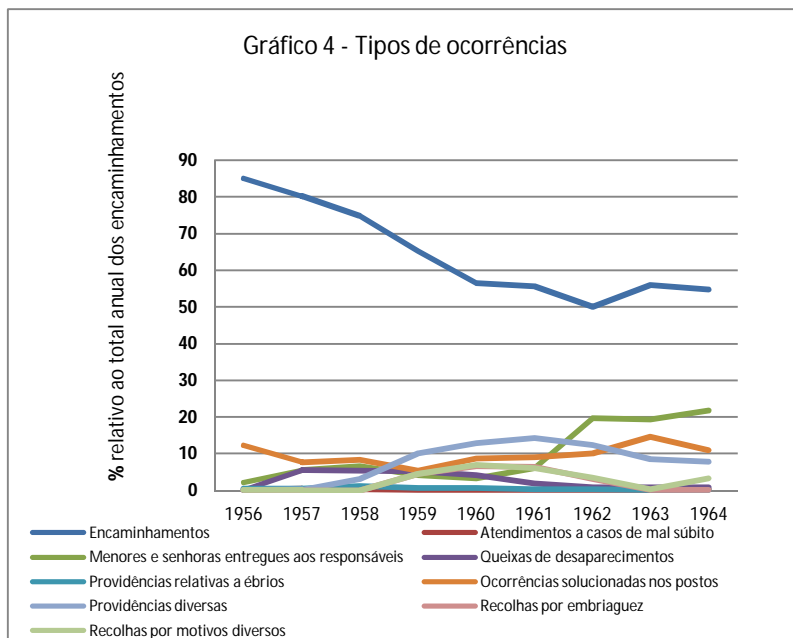
Em relação aos doentes, machucados e acidentados, os encaminhamentos para hospitais e para os prontos-socorros tiveram pequena variação, no período aqui enfocado, correspondendo, respectivamente, aos índices de 5,4%, em 1956 e de 5%, em 1964 (anexo H2). Entretanto, sofrendo grande variação, uma classificação que praticamente desapareceu foi a dos encaminhamentos aos ambulatórios (gráfico 3). Esse índice, de 2%, em 1956, saltou para 16%, em 1959 e, praticamente, desapareceu no mapa estatístico de 1964. Encaminhar as pessoas e as famílias que chegavam, principalmente do interior do estado, em busca de consulta médica deixou de fazer parte dos números oficiais das atividades das policiais femininas, a partir de 1964.

Os relatórios diários de ocorrências mostram que, algumas vezes, as policiais conduziam as pessoas até os ambulatórios, hospitais e prontos-socorros e, outras vezes, faziam a intermediação via telefone⁴⁶. Entretanto, esses mesmos relatórios apontam que, em muitos casos, o “encaminhamento” se restringia na orientação verbal as pessoas, sobre os locais possíveis para a resolução das diversas demandas ou obtenção das solicitações.

Os demais locais como Casa Maternal; Departamento Jurídico; Departamento Médico Legal; Departamento de Assistência a Psicopatas; Delegacia Auxiliar; Delegacia de Circunscrição; Delegacias de Investigação; Institutos diversos; Polícia Central; Serviço de Colocação e Zonas Policiais, representaram entre, menos de 1% até 2%, do total dos encaminhamentos.

Além das ocorrências registradas como encaminhamentos e subdivididas nas classificações acima discutidas, os mapas estatísticos trazem, ainda, oito distintas denominações das situações vividas, no cotidiano pelas policiais (gráfico 4).

⁴⁶No início de 1956 foi destinada à Polícia Feminina uma “perua” (Kombi), a qual era dirigida por um Guarda Civil homem, até 1959.



Fonte: POLÍCIA FEMININA. Mapas Estatísticos 1956-1964 (anexo H2).

Observando o gráfico 4, referente ao total das ocorrências atendidas pelas policiais, no período de 1956/1964, como já apontado, os encaminhamentos, sofreram paulatino decréscimo. Entretanto, no final desse período, encaminhar as pessoas aos “Locais Diversos” continuou sendo parte significativa do trabalho das policiais. Mesmo que os locais prioritários de envio tenham mudado substancialmente com relação ao auxílio prestado pela 8ª D. P. e pela Assistência Social do Estado, as demais situações e providências, oficialmente tomadas pelas policiais, reafirmavam a manutenção dos menores (crianças e jovens) e das/os idosas/os (principalmente mulheres), sob os cuidados e a vigilância da Polícia Feminina.

A guinada, dos índices relativos à entrega de “menores e senhoras aos responsáveis”, somados, aos já citados índices, de encaminhamentos referentes a crianças e jovens (assistência social e juizado de menores), demonstra que a Polícia Feminina não deixou de manter, como base de sua atividade, uma ligação intrínseca com essas figuras. Esse viés

permanece mesmo com o arrefecimento das intenções ou capacidades policiais, em gerir a pobreza urbana, por meio do controle, pautado no assistencialismo. Apesar do abandono paulatino da conexão com a imagem da família migrante.

Apresentando índice significativo com relação às demais classificações, sob o leque das “ocorrências solucionadas nos postos” e “providências diversas”, resolver situações não previstas oficialmente era comum ao cotidiano das policiais. Sob essa classificação, tinham abrigo situações de caráter moral: “[...], 17 anos, dizendo residir com uma tia, no largo do Arouche, 44, como estivesse chamando a atenção pelo seu comportamento, as Policiais convidaram-na a ir até o Posto e lá aproveitaram para dar conselhos”⁴⁷, ou ainda:

[...] Isaura M., Joao L. S. e duas menores de 6 e 9 anos; estando o casal separado e ambos pretendendo ficar com as filhas; conseguiram as policiais que, mediante uma “declaração de bem viver”, seguissem viagem para Londrina, onde iriam resolver o caso junto aos parentes.⁴⁸

Além das interferências de cunho moral feitas pelas policiais, principalmente, no que diz respeito ao comportamento público das mulheres e jovens, diversas demandas, sem nenhum caráter legal ou mesmo assistencial, eram por elas tratadas. O poder de arbitrar em disputas diversas, exercido pelos policiais em geral, não é decorrente de nenhum texto legal, mas, se coaduna a uma sociedade, na qual, o uniforme policial é um símbolo de autoridade e superioridade frente às classes populares.

Emaranhados no gráfico 4, os casos de “mal-súbito”⁴⁹; as “providências relativas à ébrios”; e as “recolhas por embriaguez”, são ocorrências, que com pequenas variações, não chegam a perfazer 1% do total. No entanto, a partir de 1959, a presença, mesmo que recatada, nos números oficiais sobre as “recolhas” de pessoas (leia-se detenções), é

⁴⁷ Livro Geral nº 1, op. cit., ocorrência nº 424, de 29/02/1956, Aeroporto de Congonhas. Acervo BMP/PMESP.

⁴⁸ Idem, ocorrência nº 435, de 01/03/1956, Estação Júlio Prestes. Acervo BMP/PMESP.

⁴⁹ Referente aos desmaios ou tonturas, principalmente de mulheres, na rua.

sintomática da paulatina assunção da função de mantenedoras da ordem pública, de forma mais ativa, por parte das policiais.

As pessoas e as famílias, vagando ou recostadas pelas estações, afetavam de forma passiva a manutenção de uma ordem moral. Contradiam com a sua presença a dicotomia privado *versus* público, e as decorrentes concepções de família, mulher e infância. As brigas, bebedeiras, safanões e xingamentos, que contrariavam a proclamada ordem pública, de modo mais acintoso e contundente, paulatinamente, passaram a constar nos registros das policiais, que iam deixando de lado o embaraço em registrar a tarefa de suprimir qualquer situação potencialmente conflitiva.

Com a diversificada classificação das ocorrências, encaminhamentos ou não, como tarefas de auxílio e/ou assistência, e condizentes aos pressupostos do cuidado policial-feminino, a Polícia Feminina mantinha-se distante das atividades mais contundentes, relativas à manutenção da ordem e, mais ainda, das atividades classificadas como sendo de combate à criminalidade⁵⁰.

É importante lembrar, que na cultura policial as tarefas de combate à criminalidade e de manutenção da ordem e a ideia de assistência à população, que pode decorrer desta última, são postas como completamente diferentes. Sobre as polícias cariocas do início do século, Marcos Bretas assinala, que a atividade de prestação de serviço à população aparecia em número elevado nos relatórios de ocorrências policiais, sendo, no entanto, ignorada ou subestimada nos mapas estatísticos, uma vez, que não condiziam com o que era pensado como papel da polícia. Isso decorria da percepção que os policiais tinham de si, como combatentes do crime, criticando duramente e tentando afastar-se das tarefas assistenciais⁵¹.

No caso da Polícia Feminina ocorre o inverso, já que as tarefas assistenciais eram o mote de sua existência. As tarefas consideradas de combate à criminalidade, esboçadas nos relatórios diários, através de algumas detenções, eram consideradas fora de sua alçada e tiveram, nos tempos iniciais, pouca ou nenhuma representatividade nos mapas estatísticos.

⁵⁰ Tais como as detenções decorrentes dos patrulhamentos diurnos e noturnos, blitz, revistas em bares e bailes, investigação de homicídios, assaltos, arrombamentos, tráfico de entorpecentes, etc..

⁵¹ BRETAS, op. cit, p. 24.

De qualquer forma, mesmo que se possa observar uma tendência à queda na assistência prestada aos pobres recém-chegados à cidade, a atuação das policiais nos dados oficiais ainda é traçada pela ênfase no cuidado com o outro, nesse caso, um outro muito próximo de si, da ideia de mulher e de feminino. As policiais referenciadas nos mapas estatísticos chegaram no final de 1964, focadas principalmente, nas crianças e nas mulheres individuais e menos nas famílias de migrantes, passando a agir sobre a pobreza com “providências diversas”, levando os infortunados para “lugares diversos”, e, timidamente, esboçavam a função de deter os indesejáveis da cidade.

Além das percepções da administração policial acerca das funções do policiamento feminino, presentes nos mapas estatísticos, para além dos números produzidos, é preciso focar o cotidiano experienciado pelas policiais.

3.3 O cotidiano dos números (jan. a jul./1956)

Observando o primeiro livro de registro das ocorrências diárias, é possível esboçar o cotidiano vivido pelas policiais nos seis primeiros meses de trabalho. Presentes nos relatórios diários, os “migrantes”, os “menores” e as “incautas mulheres” foram os objetos principais da ação das policiais, trazendo à tona o cotidiano vivido por elas, assim como, a dramaticidade contida na luta dos segmentos mais pobres pela sobrevivência, na cidade de São Paulo.

O primeiro livro de registros de ocorrências, “Livro Geral nº 1”, foi manuscrito pela comandante Hilda Macedo, a partir da transcrição de dados anotados nos postos de trabalho diariamente. Grande parte das ocorrências que envolviam crianças e jovens, descritas nos relatórios diários, se relacionam à concepção de menoridade, como uma atribuição que necessitava ser constantemente vigiada no espaço público. Crianças e jovens desacompanhados nas estações de trem, viajando ou não, eram objetos da atenção das policiais.

É relevante observar o número elevado de rapazes (noventa e oito) encaminhados ao Juizado de Menores, a fim de obter autorização para viajar, em comparação ao número de moças (vinte), entre 15 e 18 anos de idade. Muitas vezes, rapazes, moças, e também crianças eram

retirados de dentro dos trens⁵². Os encaminhamentos ao juizado decorriam da responsabilização assumida pelo Estado no que concerne à circulação, considerada indevida, dos jovens na cidade. Esse número aponta a resistência ou a inadaptação por parte das famílias, com relação ao processo de diminuição da autoridade paterna frente ao Estado, analisado por Jurandir Freire da Costa⁵³. Esses números indicam também, a diferença na liberdade de mobilidade, entre rapazes e moças, conferida ou não pelos pais.

Contudo, além da necessidade da permissão paterna ser ratificada pelo Estado, haja vista que muitos deles sobreviviam sozinhos na cidade, o Juizado de Menores intencionava controlar as atividades dos jovens no espaço público. Muitos deles conseguiam a autorização de viagem ao apresentarem a carteira de trabalho, que se configurava como um objeto ainda norteador da classificação das pessoas como honestas ou desonestas.

Impedidos de viajar sem autorização expedida pelo juizado, no entanto, jovens e crianças não estavam impedidos de trabalhar, sendo, pelo contrário, incentivados a isso. Dentre os pedidos de emprego às policiais e os encaminhamentos dos jovens e crianças ao “Departamento de Colocação” eram comuns: mãe pedindo emprego à filha de onze anos como “pagem” (babá); meninas de doze anos, pedindo emprego como domésticas⁵⁴ e também meninos com treze anos, oferecendo-se para qualquer tipo de trabalho⁵⁵.

As fugas dos empregos eram comuns e indicam as condições de trabalho que essas crianças e jovens vivenciavam⁵⁶. Esses “pedidos” de empregos feitos pelas crianças e jovens às policiais devem ser relativizados. Frente à interpelação das policiais, os jovens e as crianças, ao

⁵² Entre Dezembro de 1955 a junho de 1956, foram encaminhados ao Juizado de Menores 28 crianças entre 7 a 15 anos, por estarem viajando desacompanhadas.

⁵³ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁵⁴ Livro Geral nº 1, op. cit., ocorrência nº 326, de 18/02/1956. Estação Júlio Prestes; ocorrência nº 850, de 10/04/1956. Estação da Luz; ocorrência nº 835, de 09/04/1956. Estação da Luz.

⁵⁵ Livro Geral nº 1, op. cit., ocorrência nº 839, de 09/04/56. Estação da Luz; ocorrência nº 863, de 11/04/1956. Estação da Luz.

⁵⁶ “[...] M. L. G., 12 anos; tendo a menor fugido da casa onde trabalhava, foi encaminhada ao Juizado de Menores.” Livro Geral nº 1, op. cit., ocorrência nº 988, de 22/04/1956. Estação Júlio Prestes.

demonstrarem a “intenção” de trabalhar, construíam um parecer favorável sobre si, na relação com a autoridade constituída. De qualquer forma, longe dos empregos, o trabalho nas ruas, colocava esses menores sob a mira de todas as polícias: J.A.F, 10 anos e F.A. de 13 anos, foram levados ao Posto da PF, por se encontrarem em via pública tomando conta dos carros estacionados no aeroporto [...]; ambos os menores foram prelecionados sobre o perigo de trabalharem na rua.⁵⁷

Mesmo com os “conselhos” pedagógico-policiais, a mendicância infantil e juvenil e a sobrevivência na rua, através da informalidade, eram frequentes na cidade e incomodavam sobremaneira o olhar ordenador do espaço público⁵⁸. Pela narrativa das policiais é possível perceber a presença maciça dos jovens e crianças nesses espaços, tocando em praça pública; vendendo produtos diversos; envolvendo-se em jogos e brincadeiras; ou praticando a mendicância e pequenos furtos e golpes. Tais como: os três irmãos músicos, “[...] de 16, 17 e 19 anos, de Santa Catarina, [...] pretendendo tocar em praça pública a fim de angariar dinheiro [...]”⁵⁹; os meninos, que com frequência, eram expulsos do Aeroporto e “[...] levados até o posto por um policial da Força Pública, por se encontrarem passeando na pista; depois de terem sido advertidos, foram dispensados”⁶⁰. Ou ainda:

[...] A pedido de um funcionário do aeroporto e de um policial da Força Pública, compareceram as policiais a um local próximo a pista, onde existe uma lagôa e se achavam alguns menores tomando banho; as policiais conseguiram conversar com alguns responsáveis pelos menores [...].⁶¹

⁵⁷Livro Geral nº 1, op. cit. , ocorrência nº 951, de 19/04/1956. Aeroporto.

⁵⁸ “[...] de oito anos; o menor foi entregue na residência na Vila Ponte Rasa, por se encontrar em companhia do pai pedindo esmolas. Tendo o pai ficado detido. ”Livro Geral nº 1, op. cit. , ocorrência nº 1130, de 02/05/1956. Sede.

⁵⁹Idem, op. cit. , ocorrência nº 366, de 22/02/1956. Estação Júlio Prestes.

⁶⁰ Ibidem, ocorrência nº 448, de 03/03/1956. Aeroporto de Congonhas.

⁶¹ Ibidem, ocorrência nº 418, de 28/02/1956. Aeroporto de Congonhas.

Não sem resistência os rapazes acatavam a autoridade das policiais, principalmente, com relação à proibição das viagens solitárias: “[...] insistindo o menor que ninguém por ele se responsabilizava [...]”⁶². Aos rapazes e moças provenientes da zona rural, a interferência das policiais causava, acima de tudo, estranheza, uma vez, que os termos menoridade e maioridade eram obsoletos frente à necessidade de lutar pela própria sobrevivência, tendo ou não perto de si, pais e familiares. Essas crianças e jovens, sob os olhos da administração policial eram potenciais contraventores. Contradizendo o estereótipo da família protetora, eles sobreviviam por conta própria e de diversas formas, sob as quais, os conselhos e preleções das policiais não pareciam ter eficácia.

Os casos considerados mais graves, como os pequenos furtos e as práticas sexuais dos meninos e rapazes, consideradas desviantes, não eram solucionados nos postos com os conselhos das policiais. Os suspeitos dessas práticas, após a passagem pelo Juizado de Menores, ou pela Polícia Central, eram enviados pelas policiais aos abrigos correccionais:

F. C. J, 16 anos, entregue ao posto pelos guardas do Regimento da Cavalaria Fôrça Pública [...], havendo contra o menor acima referido queixa por ter sido visto à noite praticando atos atentatórios a moral com menores, inclusive com o filho do motorista de 15 anos [...], sendo encaminhado ao juizado.⁶³

M. M. P, menor, foi detida pelo Sr. I. P. A. , quando tentava furtar, com um cabo de vassoura, a roupa do interior de seu quarto [...]. Entregando a ocorrência ao delegado de plantão [...]; sendo constatado que a suspeita não tinha nenhuma passagem pela Polícia, apenas foram anotados os nomes das policiais e em seguida foram dispensadas.⁶⁴

⁶² Ibidem, ocorrência nº 830, de 08/04/1956. Estação Júlio Prestes.

⁶³ Ibidem, ocorrência nº 983, de 22/04/1956. Aeroporto.

⁶⁴ Ibidem, ocorrência nº 1040, de 26/04/1956. Serviço extraordinário X Jogos Abertos Femininos do Estado.

Nas narrativas das fugas dos meninos, considerados loucos, dos furtos praticados por moças e rapazes, e nos relatos dos comportamentos indecorosos dos menores, é perceptível a constante presença de um policial da Fôrça Pública ou da Guarda Civil. Longe de demonstrar as relações harmônicas entre a Polícia Feminina e as demais polícias, as narrativas dos relatórios diários indicam que, algumas vezes, os homens policiais é que tomavam a dianteira, na triagem do que caberia às policiais. De forma polida, alguns relatos esboçam indignação:

Um casal, encontrado na estação, sentado no chão e pelo que verificou a policial, conversando; quando se aproxima o guarda civil [...] **e diz já ter tomado todas as providências**, isto é, já havia telefonado ao oficial do Gabinete do Palácio, pedindo providências, **sem ter feito o caso chegar ao conhecimento das policiais** (para maiores esclarecimentos, vê o relatório das policiais).⁶⁵

Contrariedade essa esboçada, não somente pela dianteira tomada pelo policial em relação às funções da Polícia Feminina, mas, principalmente, pelo desdém que lhes foi dedicado, enquanto policiais. Esse relato é explicativo e foi elaborado a partir de críticas sobre a atuação das policiais, por parte dos homens. Nos meses iniciais do policiamento feminino, as atuações das mulheres, em postos fixos, colidem com o patrulhamento masculino que havia nas imediações das estações de trem e do aeroporto. Presente ainda, nos relatórios diários, o descontentamento das policiais com relação à ausência ou aos atrasos nos chamados “apoios”, quando solicitados:

[...] Geny M. G., 54 anos, [...] detida por um policial da Fôrça Pública, por se se encontrar promovendo desordem na via publica [...]; ficaram as mesmas [as policiais] junto a detida, aguardando a chegada da viatura. Como a mesma

⁶⁵ Ibidem, ocorrência nº 325, de 18/02/1956. Estação Júlio Prestes. Grifo meu.

demorasse, as policiais tomaram um táxi e transportaram detida à Polícia Central⁶⁶.

A presença das policiais parece causar desconforto aos homens policiais, e precisavam ser postas continuamente em “seus lugares”, através de uma constante orientação/supervisão que denotavam principalmente hierarquia. Os encaminhamentos, por parte dos homens policiais, dos casos considerados corriqueiros e com baixo teor de periculosidade para as policiais, condizem à concepção de que o combate à criminalidade é a tarefa principal da Polícia, da polícia dos homens.

A relação das policiais com as meninas e as mulheres em geral, tinha por base o espectro da prostituição e da “vadiagem”, que rondava a presença feminina nas estações de trem e arredores do bairro Bom Retiro. Na narração sutil das policiais, jovens ou adultas, as mulheres eram constantemente interpeladas: “Clara M., 15 anos, [...] residindo com os tios em Americana; encontrada vagando [...], foi encaminhada ao juizado”⁶⁷. Ou ainda:

[...] como houvesse necessidade da menor ser ouvida **mais demoradamente** para que as policiais pudessem encaminhá-la, teve que permanecer no posto até o encerramento do plantão, quando foi encaminhada ao Instituto de Aprendizado Doméstico.⁶⁸

[...] veio a São Paulo fazer compras, porém, como tivesse chegado tarde e as lojas já estivessem fechadas, pretendia dormir em um banco da estação.⁶⁹

As meninas e mulheres pobres desacompanhadas (de homens) fervilhavam pelas estações de trem. Recém-chegadas a São Paulo, quando inquiridas, essas mulheres pedem emprego ou passagem para algum lugar, onde parentes as esperam. Com fraturas, queimaduras ou

⁶⁶ Ibidem, ocorrência nº 1090, de 30/04/1956. Serviço Extra.

⁶⁷ Ibidem, ocorrência nº 885, de 12/04/1956. Sede.

⁶⁸ Ibidem, ocorrência nº 563, de 14/03/1956. Estação da Luz. Sem grifo no original.

⁶⁹ Ibidem, ocorrência nº 539, de 12/03/1956. Estação da Luz.

males diversos, ainda não diagnosticados, elas solicitavam consulta médica ou internação em hospitais. No limiar da pobreza pediam comida para si e para os filhos, ou ainda, um lugar para dormir.

Quando com filhos, declaravam-se casadas ou viúvas. Em seis meses de ocorrências, somente uma mulher, de 35 anos e com dois filhos, se declarou solteira⁷⁰. A presença de um homem, mesmo que distante, parecia manter as mulheres dentro do padrão de moralidade aceito. Em alguns momentos, elas queriam entregar os filhos⁷¹; em outros, precisavam interná-los, por estarem doentes e/ou dementes. Algumas mulheres eram jovens grávidas, que se declaravam vindas do interior⁷²; outras eram recolhidas pelas policiais e levadas até a 8ª D.P., por estarem dormindo nas imediações das estações de trem e do aeroporto⁷³.

O vai e vem dessas desventuradas mulheres às estações de trem e à sede do policiamento feminino revelam os limites das instituições estatais, no intento de gerir a pobreza urbana por meio do assistencialismo. A exemplo disso são as idas e vindas de Maria de S. D., com duas filhas pequenas, a qual, pedindo emprego e internação das meninas, vagava entre a Estação Júlio Prestes e o Serviço Social do Estado. Encaminhadas pelas policiais no meio da tarde, à noite estavam “[...] novamente ao posto, alegando nada haver conseguido; a conselho das policiais, ficou de voltar no dia seguinte”⁷⁴. Com o aval silencioso das policiais passaram a noite na estação. No dia seguinte, foram novamente encaminhadas ao serviço social⁷⁵. As reivindicações diretas das policiais, aos funcionários responsáveis das instituições assistenciais, em favor das pessoas postas sob sua vigilância, revelam tanto a incapacidade do estado, em promover o assistencialismo, quanto

⁷⁰ Ibidem, ocorrência nº 1081, de 29/04/1956. Estação da Luz.

⁷¹ “[...] apresentou queixa sobre o comportamento do esposo e tendo duas filhas de três e sete anos, solicitou internamento das mesmas em um colégio [...]”. Ibidem, ocorrência nº 789, de 04/04/1956. Sede.

⁷² “Maria A. da S., 16 anos, natural de Barueri, sem residência fixa; estando a mesma em adiantado estado de gestação [...]”. Ibidem, ocorrência nº 925, de 17/04/1956. Estação da Luz.

⁷³ “[...] mulher sozinha, dormindo em frente à estação do Brás, onde já se encontrava há vários dias [...]”. Ibidem, ocorrência nº 888, de 12/04/1956. Serviço externo do plantão, Estação Roosevelt.

⁷⁴ Ibidem, ocorrência 303, de 16/02/1956. Estação Júlio Prestes.

⁷⁵ Ibidem, ocorrência 316, de 17/02/1956. Estação Júlio Prestes.

o descontentamento delas, uma vez imbuídas da crença em seu papel de auxílio.

Nos períodos iniciais do policiamento feminino, algumas policiais chegaram a levar para a própria casa crianças e jovens, ou a pagarem táxi para o deslocamento de doentes e gestantes, tal como: “Martha A., 12 anos, encaminhada pela 21ª Circunscrição, Vila Matilda; não tendo para onde ser encaminhada devido o adiantado da hora, foi entregue a Polícia Feminina, indo dormir na casa da policial [...]”⁷⁶. Com passar do tempo, essas atitudes desaparecem, e, as policiais perante a dimensão da pobreza e da miséria da cidade, parecem perceber a ineficácia de sua presença, e, o quão vazios, eram os discursos legitimadores de sua existência. Porém, através desses registros não é possível adentrar no pensamento das policiais, a respeito da ineficácia das ações por elas praticadas, frente à pobreza urbana.

É importante observar, que não era permitido às policiais conceder entrevistas, sem a permissão expressa da corporação. Os pronunciamentos sobre a Polícia Feminina eram feitos somente pela comandante ou pela subcomandante. Nas fontes do arquivo da BMP, somente em uma reportagem de 1967, de forma anônima, consta a insatisfação de uma policial: “[...] diariamente temos que encaminhar velhos e crianças nos albergues e Juizado de Menor, mas nem isso conseguimos fazer. Os albergues nunca têm vagas [...], o Juizado dispensa as crianças antes mesmo da gente sair”⁷⁷.

Mulheres carregando malas e filhos iam e vinham. Um dia pediam passe de viagem, outro dia retornavam, pedindo emprego⁷⁸. Algumas pessoas eram detidas por tentarem vender os passes fornecidos pela 8ª D. P.. A sobrevivência nas ruas também era obtida por meio do aprendizado sobre o “uso” que poderia ser feito das polícias. Uso este vinculado à utilização de códigos específicos, de se postar enquanto “necessitado/a”, não deixando margem à classificação como

⁷⁶ “Martha A. , 12 anos, encaminhada pela 21ª Circunscrição – Vila Matilda; não tendo para onde ser encaminhada devido o adiantado da hora, foi entregue a Polícia Feminina, indo dormir na casa da policial [...]”. Ibidem, ocorrência nº 011, de 01/01/1956. Central de Polícia.

⁷⁷ Casamento é o problema para a Polícia Feminina. *Estado de São Paulo*, 12 maio 1967. p. 3. Pasta 073/1958 - Divulgação Programas de Rádio Televisão e Cinema.

⁷⁸ Maria C. da S. às 11h da manhã pedindo passe para Juazeiro, retornou no dia seguinte pedindo emprego. Livro Geral nº 1, op. cit. Ocorrência nº 403, de 26/02/1956 e ocorrência nº 411, de 27/02/56. Estação Júlio Prestes.

contraventor/a ou criminoso/a. Linha divisória bastante tênue, sob a perspectiva das polícias em geral.

Resistências ao ordenamento proposto pelas autoridades policiais transparecem em muitas ocorrências. Margarida B., grávida aos 22 anos de idade, chegando do interior de Minas Gerais, conseguiu um emprego através do Serviço Social do Estado e fugiu três dias depois, voltando a frequentar a Estação da Luz⁷⁹. Leopoldina P. dos S. acompanhada de cinco filhos menores, vagou entre o Serviço Social do Estado e a 8ª D. P., em 18 de fevereiro de 1956⁸⁰. No dia 21, do mesmo mês, acompanhada de outras duas mulheres, foi novamente encaminhada à assistência social “[...] solicitando colocação, já havia sido encaminhada ao Serviço Social. Mas não pode ser atendida por falta de verba [...]”⁸¹. No outro dia, Leopoldina, acompanhada de seus filhos, abordada novamente pelas policiais na Estação da Luz, solicitou passes para retornar a cidade de origem⁸².

Leopoldinas, Margaridas e Marias aparecem e reaparecem em muitas ocorrências. Ao que parece essas mulheres resistiam tanto ao ordenamento buscado pela polícia, quanto à exploração nos empregos, que lhes eram arranjados. Preferiam a crueza das ruas à opressão dos patrões, demonstrando ter sabido jogar com as expectativas que existiam sobre elas. Jogo que poderia resultar em algumas benesses, mesmo que parcas.

Vale enfatizar novamente a aparência de moralidade exigida às mulheres no espaço público. Além da contenção no gestual e no vozerio, a vestimenta das mulheres estava sob a mira de todos:

Mariza G. A. ,encaminhada à Organização de Auxílio Fraterno, [...]a fim de arranjar um vestido e um par de sapatos, pois a mesma estava em trajes masculinizados [sic]. Depois seguiu para o Serviço Social, onde seria arranjado um emprego, porém indo para o local arranjado, não aceitou por

⁷⁹ Idem, ocorrência nº430, de 01/03/1956. Estação da Luz; ocorrência nº 471, de 06/03/1956. Estação da Luz.

⁸⁰ Ibidem, ocorrência nº 322, de 18/02/1956. Estação da Luz.

⁸¹ Ibidem, ocorrência nº 350, de 21/02/1956. Estação da Luz.

⁸² Ibidem, ocorrência nº359, de 22/02/1956. Assim como JandaP. , “[. . .] que foi encaminhada ao Albergue Noturno, foi constatado pelas policiais de que lá não havia ido [. . .]”. Ibidem, ocorrência nº 519, de 10/03/1956. Estação Júlio Prestes.

achar que iria ganhar muito pouco; voltou a Séde da Polícia Feminina, seguindo depois para a Av. Pompéia, 929, onde haviam indicado em emprego como doméstica.⁸³

Assim como, a carnavalesca espanhola, que a “pedido do delegado de plantão” foi acompanhada pelas policiais, a fim de mudar os trajes “[...] por se achar inconvenientemente vestida”⁸⁴, em calças, camisas, e sem sapatos, vestida na sua pobreza, Mariza subvertia a divisão dos sexos e causava a suspeição de alguma trama ilegal e/ou imoral. As policiais contribuíam na tarefa de colocar as mulheres em seus lugares, nos seus descentes vestidos e nos empregos domésticos.

Mulheres pobres, que vieram em busca das promessas da cidade, estão presentes nas lembranças da Cel. Yara:

E tinha uma também que ia ao batalhão. [...] uma tal de Lúcia. [inaudível], então, ela ia tomar banho. No batalhão tinha um banheiro fora e ela usava. Tomava banho. Dávamos alguma roupinha, porque tinha pessoas que levavam roupa lá. E ela ia embora. E tinha gente que vinha de viagem muitos dias, cheirando mal porque não tomava banho e precisava de um banho pra arrumar emprego, porque uma mulher fedida e mal arrumada não arrumava emprego. Então tomava banho... Elas tomavam banho e depois elas eram encaminhadas para o emprego. Às vezes elas até tinham emprego, mas como é que vai fedida e mal arrumada?⁸⁵

A higiene corporal se encontra imbricada aos atributos morais das mulheres, na apresentação de si no espaço público, perante a polícia e perante o patrão. Os pressupostos da medicina ambientalista, desenvolvida no século XIX, acarretou a imputação ao corpo das mulheres, de um poder moral de ordenar os costumes através das regras

⁸³ Ibidem, ocorrência nº 351, de 21/02/1956. Sede.

⁸⁴ Ibidem, ocorrência nº 265, de 12/02/1956. Central de Polícia.

⁸⁵ Fucks, Yara Duarte. Cel. RR PMESP. Entrevista concedida a Rosemeri Moreira. MP3 – 45 min. São Paulo: 28 jul. 2009.

sanitárias⁸⁶. Discursivamente, as mulheres foram postas como guardiãs morais do espaço familiar higienizado. Essa profilaxia a cargo das mulheres, ápice do maternalismo científico⁸⁷, vinha a reboque do imbricamento entre medicina e política⁸⁸. O desasseio e o desalinho das pessoas em público as colocavam/colocam em suspeição uma vez, que eram/são considerados indicativos morais.



Figura 41: Seccional Centro, 1958.
Acervo: BMP/PMESP – Álbum 053/Gav. 06.

⁸⁶ MOREIRA, *Corpo e maternalismo*. . . , op. cit. , p. 145.

⁸⁷ Ver: FREIRE, Maria Marta de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 264 p.

⁸⁸ O saber médico higienista, além de prevenir, contribuiria para reintegrar o corpo na sociedade de forma física e moral, através da transformação dos “costumes”. Este último, grande causador dos males que corroem o corpo e a alma, o caráter (Ver: FAURE, Olivier. Olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (orgs.) *História do Corpo. Da Revolução à Grande Guerra*. v. II, 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. pp. 1-56; MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (orgs.) *História do Corpo. As mutações do olhar*. v. III, 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 15-82.

Para a ideia de profilaxia, sempre tão presente na cultura policial, a cor da pele, as roupas sujas, amarrotadas e descosturadas, os cabelos desgrehados, assim como, as curvas são considerados ofensivos, posto que obscenos. Obscenidade exaltada pelo contraste com a brancura da pele, o asseio dos cabelos e um vestuário pautado nas retas, que escondem quaisquer possíveis volúpias das policiais (figura 41). Além disso, nessa imagem, canetas, óculos, telefone, mesa e papéis se constituem também, como demarcadores das distâncias sociais.

Encabeçando as famílias em deslocamento, essas muitas mães e avós estão inseridas num processo frenético de migração, onde o lugar de destino, longe de ser determinado de antemão, se define num processo de circulação, de ensaio e erro⁸⁹. Com relação à solicitação dos passes de viagem, fornecidos pela 8ª D. P. e também pelo Departamento de Imigração e Colonização, aproximadamente, 33% dos pedidos foram feitos por mulheres com filhos. Esse mesmo grupo representou 52% dos encaminhamentos para pernoite e alimentação na 8ª D. P., entre dezembro de 1955 e junho de 1956.

“Lindus”⁹⁰ em atitude, não se pode deixar de considerar, que para essas muitas mulheres, desprovidas de redes de apoio, no destino e também na origem, a figura das policiais pode ter significado um pouco de alento à dramaticidade experienciada nos deslocamentos. Postas sob os auspícios das policiais, essas mulheres e suas famílias são representativas daqueles migrantes menos preparados à transição urbano/rural e mais “[...] vulneráveis às situações de risco de um urbano precário e mal constituído”⁹¹.

⁸⁹ É necessário apontar as considerações de Maria José Magliano, sobre a invisibilidade das mulheres nos processos migratórios, que recentemente foi posta em cheque com a consideração do gênero como um dos princípios estruturantes dos deslocamentos humanos. As mulheres foram redefinidas como atrizes centrais nos processos migratórios, desfazendo a imagem consolidada de dependente do marido ou da família na hora de compreender suas trajetórias migratórias (MAGLIANO, María José. Migración, género y desigualdade social. La migración de mujeres bolivianas hacia Argentina. REF, v. 17, n. 2, 2009. p. 349). Como assinala José de Souza Martins, “[...] a chegada ao destino foi o coroamento de um demorado processo de desvinculação em relação a uma localidade de origem [...]” (MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, op. cit. , p. 153-213.

⁹⁰ Referência a história de Eurídice Ferreira de Melo, Dona Lindu, a qual penosamente migrou de Garanhuns – PE, com sete filhos para o litoral de São Paulo, vindo a se estabelecer na capital paulista em 1954. Ver: BETTO, Frei. Lula: biografia política de um operário. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

⁹¹ Martins defende que o migrar interno não foi marcado somente pelo transitar do tradicional para o moderno. Para este pesquisador, nos anos 30 e 40 migraram para São Paulo grupos

Mesmo levando em consideração, que os relatórios diários produzidos pelas policiais tinham a pretensão de marcar aproximação com as mulheres, crianças e jovens, não se pode ignorar a face feminina da migração exposta nas estações de trens de São Paulo.

A dicotomia urbano/rural está presente na figura, simultaneamente estigmatizada e romantizada, do migrante. Nas lembranças da Cel. Yara:

Então chegava aquela pessoa do interior que vinha pra cá, interior e outros estados, sentavam na porta da estação com saco, papagaio, aquelas coisas que eles traziam, aquelas moringas ...Tinha que ir lá abordar: o que você está fazendo? O que está precisando? Aí encaminhava para o serviço social, médico... porque às vezes eles vinham doentes. E para evitar também, que as pessoas se aproveitassem deles. Lá tinha até banco de sangue que ofereciam dinheiro pra eles: vão doar sangue? Eu pago tanto... Levavam pra tirar o sangue, quando vinham de volta vinha quase morto porque... então era pra evitar a abordagem dessas pessoas. Às vezes precisava um passe pra retornar; às vezes precisavam hospitalização; às vezes precisavam de albergue porque não tinha onde ficar. Enquanto isso tinha pessoas em volta da estação, aqueles hotéis de beira de estação que existia muito antigamente, aí precisavam de cozinha, faxineira e já levava...⁹²

A descrição de uma imagem ingênua e frágil relativa ao migrante, beirando a infantilização, é recorrente desde os anos 1930. Longe de negar o dramático e as peripécias vividas pelas populações migrantes ao desembarcarem na desmesurada cidade, é importante salientar, que o

relativamente urbanizados, providos de redes de apoio e que estavam inseridos em ocupações urbanas nas regiões de ocupação agrícola mais antiga. Entretanto, migravam também para São Paulo populações rurais desprovidas de redes de proteção e que traziam a sociedade tradicional quase na íntegra na bagagem. MARTINS, José de Souza. *O migrante brasileiro...*, op. cit. , p. 172-174.

⁹² FUCKS, Yara Duarte. Cel. RR PMESP. Entrevista concedida à Rosemeri Moreira. MP3 – 45 min. São Paulo: 28 jul. 2009.

migrante foi/é percebido de forma diversa, conforme o contexto sócio econômico⁹³. Da imagem romantizada, porém, positiva da década de 1920, sobre o mundo rural e o “caipira”, passou-se à percepção de inferioridade e despreparo do migrante no enfrentamento do mundo urbano. Indesejáveis, posto que caipiras e desprovidos das sensibilidades e capacidades laborais referentes à cidade, os migrantes se encontram no rol dos acudidos pelas policiais.

A policial feminina exaltada, frente a um danoso mundo urbano em suas qualidades morais, como “moça do interior” e como tal, destituída dos vícios, malícias e perversidades da cidade, paradoxalmente, é incumbida de orientar, ordenar, conter, encaminhar e despachar um outro “do interior” - o migrante - o qual se encontrava discursivamente envolvido nessa mesma imagem.

Além das representações e fazeres das policiais, com relação ao “menor” e as mulheres, desacompanhados ou não, é importante discutir também, o controle moral exercido pela população voltado às próprias mulheres uniformizadas.

3.4 Os olhares sobre as policiais

Como apontado no início deste capítulo, tão logo as policiais iniciaram suas atividades, a imagem de compreensão, paz, amor e bondade das moças de interior, assim como, a moral inatacável de moças de família, passaria a sofrer vicissitudes.

O relato indignado de Benedito de S. D., feito vinte e cinco dias após o início do trabalho das policiais, é sintomático da convergência de olhares moralizantes direcionados a elas:

Benedito de S. D. , 35 anos [...], procurou o Posto para comunicar que na gare da referida estação, estava uma policial feminina em companhia de um soldado da Fôrça pública, se comportando de maneira um tanto inconveniente; a policial de

⁹³ Nos anos 1920, a construção do migrante nacional como protótipo da brasilidade se deu frente às desagregações percebidas do mundo urbano. Segundo Martins, nesse momento, as imagens de um mundo rural coerente e harmônico, condensadas na figura do caipira, foram utilizadas na afirmação da elite de sua identidade brasileira, a qual utilizou essa imagem “[...] para fazer crítica da modernidade e dos estrangeirismos incômodos” (MARTINS, José de Souza. *O migrante brasileiro...*, op. cit. , p. 205-206).

plantão tratou imediatamente de comunicar a ocorrência ao comando, tendo o mesmo comparecido imediatamente ao local. Ao chegar, verificou que a pessoa que era apontada como Policial Feminina, nada tinha a haver com a referida Corporação [...].⁹⁴

A ocorrência em questão rendeu, para a comandante da Polícia Feminina, uma carta explicativa, feita a pedido verbal do Secretário de Segurança Pública do estado. O bisbilhoteiro Benedito, segundo a carta de Hilda Macedo, após declarar, que “[...] pensava ter sido a Polícia Feminina criada para o bem público mas que ao invéz, estava dando os piores exemplos [...]”⁹⁵, continuou propalando sua história no bar da estação, que de alguma forma chegou aos conhecimentos do secretário.

Além dos mexericos e intrigas causados pelo olhar moralizante dos beneditos, outro golpe surgia na praça, o das “falsas policiais”. Não tardaram a aparecer nas manchetes jornalísticas, notícias sobre os golpes aplicados pelas falsas policiais e também sobre algumas prisões efetuadas. Além da autoridade, conferida pelo uniforme, as falsas policiais poderiam beneficiar-se da circulação insuspeita pela cidade, principalmente no período noturno, ganhando dessa forma, maior mobilidade.

Uma das primeiras falsas policiais detidas foi descrita nos jornais como “Terezinha P. do V., 23 anos [...], diretora de um conjunto musical que atua em ‘boites’ [...]”⁹⁶. Ao que tudo indica, essa moça apresentando somente uma insígnia de policial, conseguia circular tranquilamente pelas casas noturnas, além de ter “[...] obtido várias facilidades de licença [...]”⁹⁷ para os shows musicais que promovia nas boates.

⁹⁴ Livro Geral nº 1, op. cit. , ocorrência nº 318, de 18/01/1956. Estação da Luz.

⁹⁵ Carta de Hilda Macedo ao Secretário de Segurança Pública. Pasta Falsas Policiais. Processo nº 44/56. Acervo BMP/PMESP.

⁹⁶ Notas Policiais. *O Estado de São Paulo*, de 24/02/56. s/p. ; Falsa componente da polícia feminina. *Diário da Noite*, 24/02/56. s/p. . Pasta Falsas Policiais. Processo nº 44/56. Acervo BMP/PMESP. ; Falsa policial feminina autuada ontem na delegacia de contravenções penais. *Folha da Tarde*, de 24/02/56. p. 1. Disponível em: acervo. folha. com. br. Acesso em: dez 2010.

⁹⁷ Hilda Macedo. Cópia do Termo de Declaração, de 09/03/1956. Pasta Falsas Policiais. Processo nº 44/56. Acervo BMP/PMESP.

Além de Terezinha, a detenção de outra falsa policial, Sonia M. B. de O. , de 18 anos, precisa ser mencionada:

Fardava-se de miliciana da P. F. para melhor ‘agir’ nas sortidas noturnas. A decaída afirma que era obrigada, sob pancada, por um cavalariano da Fôrça Pública, a fazer isso. Um alfaiate da rua João Teodoro confeccionou-lhe o fardamento ilegal. Uma medalha de brinde-vinho como distintivo. Farto mate de arrombamento e várias chaves apreendidas no quarto do hotel. A “miliciana” estaria ligada a um bando de perigosos assaltantes.⁹⁸

Descrita pela polícia e pelos jornais, como prostituta, uma vez que se encontrava “[...] homiziada em uma casa de tolerância em São José dos Campos [...]”⁹⁹, a jovem Sonia, no entanto, é posta como vítima das tramas encabeçadas pelo soldado da Fôrça Pública, Joaquim G. e por um guarda civil não nomeado. Declarada analfabeta, Sonia nada mais era do que a policial apontada pelo falante Benedito, por estar se portando, indecorosamente, com um soldado da Fôrça Pública.

A investigação realizada pela Polícia Civil, em busca de uma falsa policial, sempre vista com um cavalariano, valeu-se principalmente, do olhar moralizador que incidia sob essa mulher com uniforme. Se o uso do uniforme, por um lado, facilitava a aplicação de golpes, a circulação e mobilidade dessas mulheres contraventoras e/ou criminosas, por outro lado, atraía os olhares para o comportamento moral daquelas que o usavam. Uma mulher pensada como policial feminina, trocando carinhos e afagos em público foi o estopim das investigações, que culminaram na detenção desse grupo de assaltantes e arrombadores.

Diversas outras denúncias sobre a atuação de falsas policiais chegavam até a Cmt. Hilda Macedo. Algumas das falsas policiais foram

⁹⁸ O novo golpe pegou: presa outra falsa polícia feminina. *A Defeza*, Campinas, de 28/02/1956. s. /p. ; Falsa policial. *Folha da Tarde*, de 28/02/1956. p. 1. ; Fantasiava-se com a farda da Polícia Feminina. *O Valeparaíso*, São José dos Campos, de 04/03/1956. Pasta Falsas Policiais. Processo nº 44/56. Acervo BMP/PMESP.

⁹⁹ Idem.

presas, outras não¹⁰⁰. Devido à propagação na imprensa, o que ficou, no entanto, foi uma desconfiança generalizada em torno do uso legítimo, ou não, do uniforme policial, pelas mulheres. Desconfiança que gerou a apreensão da indumentária, de uma toureira circense, que trajava sua fantasia, enquanto comprava frutas na feira¹⁰¹.

Com relação ao olhar moralizante sobre as policiais, Cel. Yara relata as chacotas que sofriam por parte de seus colegas:

Um dia eu estava de folga e tinha uma ocorrência de rua, eu telefonei para patrulha trazer uma viatura. Então eu tive que me identificar, que era Yara, policial em folga, etc. [...] Aí me perguntaram: qual é o programa? E eu disse: o problema é que tem uma senhora aqui na rua... Aí ele disse: não, eu disse o programa!¹⁰²

Observadas por todos os lados, as policiais precisavam, continuamente, demonstrar em gestos e atitudes uma moral ilibada. Foi ordenada pela comandante uma investigação secreta, com o objetivo de descobrir qual das policiais era amante de Domingos C.. A denúncia da esposa, aconselhada por um Guarda Civil, feita na sede da Polícia Feminina, e pedia providências ao suposto comportamento da policial “destruidora de lares”¹⁰³. Após duas semanas de investigação sigilosa, realizada por duas policiais à paisana, foi identificada uma funcionária do Instituto de Polícia Técnica, como sendo a dita amante. Esses relatos

¹⁰⁰ O Diário da Noite publicou a denúncia de duas mulheres, que teriam pago Cr\$ 1.000, 00 (mil cruzeiros) à Etelvina B. de C., para ingressar no cargo de enfermeira da polícia feminina (Negociava emprego da Polícia Feminina. *Diário da Noite*, de 22/11/1956. s. /p. . O delegado Ely Mourão da Delegacia de Vigilância e Capturas, comunicou a Cmt. Hilda sobre a detenção Helena O. do N. Connor do nascimento, a qual utilizava um distintivo com emblema e armas da República (of. nº 7993 de 26/02/1957). Ou ainda o comunicado de que havia em “[...] Marília uma policial (falsa), parda cabelos avermelhados, estatura mediana, meio gorda, trajando uma farda azul marinho desbotada [sic] e com divisas nos ombros, arrecadando dinheiro e roupas dizendo ser da Polícia Feminina de São Paulo” (Carta de Ely Souza à Cmt. Hilda Macedo, de 21/03/1960. Pasta Falsas Policiais. Processo nº 44/56. Acervo BMP/PMESP).

¹⁰¹ A toureira parecia Polícia Feminina. s. /l. Recorte de Jornal. Pasta Falsas Policiais. Processo nº 44/56. Acervo BMP/PMESP.

¹⁰² FUCKS, Yara Duarte. Op. cit..

¹⁰³ Declaração de Leonor C., de 04/10/1964. Pasta Falsas Policiais. Processo nº 44/56. Acervo BMP/PMESP.

apontam a exacerbação das exigências morais feitas às mulheres policiais, assim como, o constante olhar desconfiado, que sobre elas pairava, abarcando a vida privada.

A censura feita ao curta-metragem “Polícia Feminina”, dirigido por Ozualdo Candeias¹⁰⁴ e financiado pelo governo do estado, é um exemplo da preocupação com a manutenção da imagem assexuada da policial. Produzido em 1959/1960, e logo em seguida, censurado, o curta de 10 minutos, primeira película dirigida por Candeias, raramente, é citado nos textos sobre a filmografia do diretor. No início e nos créditos finais do filme Candeias utilizou imagens das policiais legítimas, em treinamento de defesa pessoal e em marcha. As policiais ativas em marcha estão sobrepostas às imagens de portentosos edifícios paulistanos. A grandeza da cidade, expressa na imagem dos arranha-céus, é fundida à imagem das policiais, onde prédios e mulheres em uniforme se entremeiam, adquirindo a mesma estatura.

O filme, que contou com elenco de atrizes e atores, é um breve desenrolar da história de um menino chamado Roberto, que chega sozinho em São Paulo e fica sob os cuidados das policiais, até seus pais serem encontrados. O menino fica sob os cuidados da policial Renata (atriz), que em período de folga passeia com Roberto num parque desportivo. Roberto tenta fugir mais uma vez, mas, ao ver a policial cair, enquanto tentava alcançá-lo, retorna para ajudá-la, preferindo ficar com ela. Destituído de qualquer conotação política desfavorável, ao que tudo indica, a censura do filme se deveu à cena em que a policial, após cair, fica estendida sobre a grama, com mechas do cabelo soltas sobre o rosto e uma alça da saída de banho caída sobre o ombro¹⁰⁵. A policial, mesmo que fora de serviço, exposta como uma mulher extremamente sensual parece ter sido o motivo da não exibição e censura imediata do filme, que havia sido feito em comemoração à lei sancionada em 1959.

¹⁰⁴ Ozualdo Candeias é cultuado como o diretor “marginal entre os marginais”. Seu longa-metragem “A Margem (1967) ganhou a Coruja de Ouro deu início ao chamado Cinema Marginal. Traço característico de seus trabalhos é a produção paupérrima, pequena equipe técnica e elenco composto por iniciantes (RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Orgs.). *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Editora do Senac, 1997. p. 81-82).

¹⁰⁵ Polícia Feminina. Curta-metragem, 10’ Sonoro (não-ficção). 1959/1960. Material Original: 35mm, BP, 302m, 24q. Direção de Ozualdo Candeias. Produção Paulo Vital. Patrocínio Governo do Estado de São Paulo. Filme censurado em 20/07/1960. Acervo Biblioteca da Cinemateca Brasileira, São Paulo.

Além do olhar fiscalizador da população, da comandante e dos demais policiais, no que se refere às possíveis transgressões da imagem de pureza maternal associada às policiais, reclamações sobre suas atividades não tardaram a surgir. Hilda Macedo era constantemente inquerida nas entrevistas concedidas às rádios e televisões, sendo indagada sobre “Por que as policiais fazem apenas o trabalho de encaminhamento a repartições ou delegacias competentes sem estudar o caso em si?”¹⁰⁶. Os relatórios e transcrições de entrevistas da comandante, feitas às rádios e canais de TV se preocupavam somente em anotar as questões feitas a ela, e não as respostas dadas. Os ditos encaminhamentos, aos olhos dos repórteres policiais, não eram considerados como uma atividade de polícia. Segundo transcrição da entrevista acima citada, o mesmo repórter questionava:

Na Estação Sorocabana, foi levada às policiais (que por sinal estavam lendo) uma decaída; esta praticava atos vexatórios, que as policiais assistiram impassíveis. É chamado o carro de presos, que transportou a mulher ao D. I e nada mais fizeram as policiais.¹⁰⁷

Ao mesmo tempo em que, oficialmente, apoiavam o perfil preventivo maternal próprio às mulheres e às policiais, alguns repórteres deixavam claro o menosprezo pelo aspecto assistencial do policiamento feminino, e insinuavam seu caráter político propagandístico. Um quadro desenvolvido no programa “Reportagem da Semana”, da TV Paulista chamado “Cadeira Vazia”, veiculado em março de 1961, teve por objeto as policiais femininas. O inflamado repórter policial proclamava:

[...] que intende [sic] a Polícia Feminina de São Paulo por assistência às mulheres e aos menores, já que São Paulo. . . (SUPERPÔE FILME OU FOTOS DE MENORES E MENDICANTES)... está repleta de creanças sabidamente alugadas por

¹⁰⁶ Relatório de entrevista da Cmt. Hilda Macedo concedida ao repórter Paulo Victor da Rádio Bandeirantes, veiculada em 12/08/1958, às 23h. Pasta 073/1958 - Divulgação Programas de Rádio Televisão e Cinema.

¹⁰⁷ Idem.

falsos mendigos, e mundanas que infestam as ruas, às primeiras horas da noite?¹⁰⁸

Jogando com a sobreposição de imagens, além de criticar duramente a ineficácia do policiamento assistencial, a reportagem também colocava em dúvida a feminilidade/sexualidade das mulheres policiais. O repórter lançava a questão e na sequência rodava a cena de duas mulheres conversando: “Precisamos saber se é verdade o que se ouve com frequência, em todas as camadas sociais: MAXIMIRA – Porquê você não entra para a Polícia Feminina? Elas ganham bem... LÍRIA – Mas não podem se pintar... não podem se casar... Eu, hein?...”,¹⁰⁹

Em toda a reportagem, as policiais estão claramente postas como fora de lugar, como policiais e também como mulheres. Importante lembrar, que os repórteres policiais são, em grande parte, divulgadores da cultura policial, e costumam assumir os discursos justiceiros relativos ao combate ao crime e à manutenção da ordem. No mesmo programa televisivo, o repórter revelava ainda, opiniões compartilhadas por muitos policiais com relação à Polícia Feminina:

Será verdade? E, outra coisa: enquanto os membros das demais corporações policiais, no cumprimento... (SUPERPÔE FILME E FOTOS DE POLICIAL FERIDO)... de seu dever, chegam a pôr em perigo a própria vida, o que acontece com toda frequência... (SOBRE POLTRONA VAZIA SUPERPÔE SLIDE DE POLICIAIS TRANQUILAS)... correm, as policiais femininas de São Paulo, algum risco?

Percebidas como ineficientes, inúteis, e/ou masculinizadas, a crítica ultrapassava a atividade em si, realizada pelas policiais. Inserida num pensamento que circulava entre os policiais, destoando dos enunciados oficiais das polícias, a reportagem condenava a própria existência da Polícia Feminina.

¹⁰⁸ Roteiro do programa Reportagem da Semana, TV Paulista, de 17/04/1961. Organização Vitor Costa. Pasta 073/1958 - Divulgação Programas de Rádio Televisão e Cinema.

¹⁰⁹ Idem.

As transgressões à imagem de compreensão, bondade e carinho, posta como intrínseca à policial feminina, quando percebidas, eram duramente criticadas. A pergunta sempre tão comum nas entrevistas: “[...] Todas as policiais são doces?”¹¹⁰ Por vezes, era contrastada com a seguinte manchete:

INFELIZ MENDIGA ESPANCADA POR UMA POLICIAL FEMININA – “Show de selvageria” - Até os guardas-civis e investigadores ficaram estupefactos. Nem o choro da criancinha, ao lado da mãe, comoveu a “valente”. Por incrível que possa parecer, coube a uma Policial Feminina, na pessoa de uma de suas jovens milicianas o papel de espancador-carrasco. [...] fora tomada de uma explosão de fera autêntica. Sem respeitar ninguém, nem aos rogos da criancinha que berrava de pavor, [...] investiu foribunda contra a indefesa e esquelética mendiga a socos e pontapés. Mais parecia um ‘topa-tudo’ de morro do que uma jovem policial. [...] ao final bamboleando o corpo, como convém a um perfeito capoeira, [...] foi comunicar o fato a um delegado de serviço.¹¹¹

A provável agressão exercida pela policial, que causou estupefação e revolta no repórter, e, segundo ele, nos demais que presenciaram a cena, não foi devido à violência em si, tão comum e tão em seu lugar, quando executada por um homem policial, mas por ter sido praticada por uma mulher, uma policial. O “bambolear” do corpo da selvagem fera é tão ofensivo ao olhar do repórter, quanto os chutes e pontapés desferidos. Essa violência, por estar deslocada no corpo feminino, fazia com que fosse associada ao mundo do crime – e não ao da ordem –, o que se explicita nas alusões a “um ‘topa-tudo’ do morro”

¹¹⁰ Relatório Programa Momentos com Luci. Canal 7 – TV Record. 8/05/1963. Entrevista com a Cmt. Hilda Macedo e as Orleans Celadon e Odete Madureira. Pasta 073/1958 - Divulgação Programas de Rádio Televisão e Cinema.

¹¹¹ Infeliz mendiga espancada por policial feminina. Diário da noite, de 02/01/63. s/p. Pasta 073/1958 - Divulgação Programas de Rádio Televisão e Cinema; Polícia Feminina encontrada morta em hotel. Folha de São Paulo, 31/12/1959. p. 9. Disponível em: acervo. folha. com. br. Acesso em: dez 2010.

e a um “capoeira”, elementos que povoavam o universo da criminalidade na época¹¹².

Nos relatórios diários, convivendo com um rosário inacabável de misérias e dores, a policial é tanto um alento, mesmo que fugidio, quanto uma preletora inócua e base de constrangimentos. O uso do uniforme por mulheres frente à população é um sinal de urbanidade e civilidade, demarcando a idealização pensada acerca das mulheres, a partir de seu uso. A mirada dispensada às mulheres em geral no espaço público era exacerbada com relação às policiais, as quais precisavam prestar conta de suas vidas privadas. Frente aos policiais, e traduzidas pelos repórteres do submundo, foram postas como inúteis, ineficientes e dispensáveis, além de feras selvagens quando ousavam usar de métodos, como os usado por seus pares masculinos.

Anjo azul, fada, instrumento da paz divina, selvagem fera ou beirando o limiar da moralidade permitida, perante a população e aos pares, as policiais foram alvo de muitos enunciados. A policial benfazeja, presente no discurso fundador e que persiste nas imagens fotográficas, aparece na análise dos mapas estatísticos, como posta no não-lugar da assistência no que se refere às polícias no final da década de 1950.

Distante das subjetividades, provavelmente refeitas na assunção da função policial, mesmo que através do estereótipo do feminino e do que foi pensando como sua transgressão, só é possível tatear os múltiplos olhares que incidiram sobre as policiais. Olhares que, mesmo dentro de um caleidoscópio multiplicador, não possibilitam adentrar na aflição e nos tormentos da policial de 24 anos, que, em 30 de dezembro de 1959, repetiu um traçado, muitas vezes atendidos pelas policiais:

Policial Feminina Marcou Encontro Com a Morte
Num Quarto de Hotel!

Carolina F., jovem e bela componente da Polícia
Feminina, foi encontrada, ontem à tarde no
interior de um quarto no Hotel São Paulo. Ao lado

¹¹²Sobre as percepções transformadas sobre a/os capoeiras Ver: REIS, Leticia Vidor de Sousa. A capoeira: de "doença moral" à "gymnástica nacional". *Rev. hist.*, São Paulo, n. 129-131, 1994.

de sua cama, sobre uma mesa, sua bolsa semi-aberta, dentro, um vidro de Nebutal. Suicídio.¹¹³

Somente os noticiários deixaram vestígios desse episódio perante o silêncio das fontes oficiais. Existem poucos indícios sobre como as policiais vivenciavam a experiência de portar um uniforme de policial frente à população paulistana. No primeiro dia de trabalho, o sentimento da policial, expressado num guardanapo de papel, perdido em meio às pastas da correspondência oficial, esboça levemente os conflitos e anseios pessoais sob o uniforme.

Estação da Luz, 1º dia de “oficial” policial.
20 p/ 13 horas. Almoço.
Á frente, tudo bem nos contorno [sic].
Jesus, Maria e José.¹¹⁴

¹¹³ *Última Hora*, 31/12/1959. p. 1. Edição Matutina. Pasta 073/1958 - Divulgação Programas de Rádio Televisão e Cinema.

¹¹⁴ Escrito em guardanapo com o logotipo da companhia de trem, com a data de 26 de janeiro de 1958.